

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES **2014**



Índice

Apresentação	3
Capítulo 1. Mensagem da Diretoria	4
Capítulo 2. O Economus	6
Capítulo 3. Destaques 2014	10
Capítulo 4. Gestão Previdenciária	14
Capítulo 5. Gestão de Investimentos	31
Capítulo 6. Gestão de Assistência à Saúde	60
Capítulo 7. Gestão Contábil	68
Capítulo 8. Pareceres	140
Capítulo 9. Contatos	164





Apresentação

Planejar hoje, pensando no futuro! Esse é o dia a dia do Economus, instituição que atua de forma ética e transparente para proporcionar segurança e bem-estar aos participantes e beneficiários. Para que todos possam acompanhar nossa gestão e a evolução do patrimônio, apresentamos o Relatório Anual de Informações.

Nas páginas a seguir, será possível acompanhar os destaques e as principais iniciativas do ano, assim como conhecer melhor a administração do Economus, sua estrutura e o perfil dos empregados. Além disso, o relatório traz informações consolidadas e relevantes sobre os planos de saúde, a situação de cada plano previdenciário, gestão dos investimentos, parecer atuarial e demonstrações contábeis, para que você possa acompanhar a gestão do seu patrimônio.

Para proporcionar o acesso às informações de forma dinâmica, o Relatório deste ano está em um novo formato, aproveitando a plataforma digital e recursos visuais para tornar a leitura mais interessante e objetiva.

Aproveite a leitura!



Capítulo 1:

Mensagem da Diretoria

Mensagem da Diretoria Executiva

O ano de 2014 foi de muito trabalho, desafios e mudanças, algumas perceptíveis aos nossos participantes, assistidos e beneficiários, e outras de longo prazo, que irão impactar no cumprimento da nossa missão. Isso demonstra que o Economus está em movimento, trilhando o caminho em busca das metas e objetivos traçados.

E nada melhor que o Relatório Anual de Informações para mostrar de forma clara, direta e transparente todas as realizações e resultados do ano passado, com uma finalidade que vai muito além da prestação de contas. Os dados apresentados aqui, não só reportam a governança, estratégias, operações financeiras, investimento do período, despesas administrativas e situação atuarial dos planos de benefícios e dos planos de saúde, mas também refletem o que temos de mais valioso: nosso capital intelectual.

O desempenho apresentado é resultado do trabalho dos dirigentes e funcionários do Instituto, que são a expressão da dedicação e compromisso de todo o Economus, que durante o ano se empenharam para estabelecer uma relação de transparência e proximidade com seus participantes e beneficiários.

Para tornar essa relação mais acessível, investimos em melhorias na Central de Atendimento e em processos internos para agilizar o retorno às solicitações. Além disso, foi implantada a Ouvidoria para analisar as manifestações em segunda instância.

O que se pôde observar no ano de 2014, considerando o desencadear dos acontecimentos advindos dos cenários econômico e político, foi o aumento do risco nos produtos financeiros e a retração do consumo. Situação que foi percebida com a elevação de taxas de juros praticada pelo Banco Central ao longo de 2014, com o objetivo de combater a inflação.

Na busca de minimizar esses efeitos sobre o patrimônio dos planos, no decorrer do ano, realizamos ações estratégicas como: a compra de títulos atrelados à própria inflação; o aumento na participação em investimentos de curto prazo, para diminuir a volatilidade nos preços dos ativos; a venda de parte da renda variável local, aproveitando a janela de oportunidade entre os meses de julho e agosto; e a compra de renda variável no mercado internacional.

Apesar dos desafios enfrentados pela conjuntura, conseguimos manter a nossa trajetória rumo à visão de “sermos reconhecidos no mercado de previdência e de assistência à saúde como referência de gestão e controle dos planos e dos investimentos, bem como pela excelência no atendimento”.

No entanto, reconhecemos que o ano de 2015 será ainda mais desafiador, influenciado principalmente pelos ajustes fiscais do Governo para atingir o equilíbrio nas contas públicas. Além disso, a política monetária atual tende a ser austera para recolocar a inflação dentro da meta, com o intuito de proporcionar maior crescimento da economia brasileira.

Isso indica que os investimentos em 2015 permanecem sujeitos a instabilidades como no ano anterior. Por isso, buscaremos realizar ações como: aumentar a participação de títulos públicos atrelados à inflação, para aproveitar a abertura da taxa de juros que deve continuar ao longo do ano; diminuir a participação de renda variável no portfólio; efetuar movimentos pontuais concentrando os recursos em setores mais defensivos; e aumentar a participação no mercado acionário internacional.

Estamos seguros de que enfrentaremos os desafios e trabalharemos com mais afinco, para além de superar os próprios resultados, proporcionar segurança e bem-estar aos nossos participantes e beneficiários.



Sergio Iunes Brito
Diretor Superintendente



Benilton Couto da Cunha
Diretor Administrativo



Paulo Leite Julião
Diretor Financeiro



Maurício Messias
Diretor de Seguridade



Capítulo 2:
O Economus

O Economus

O Economus - Instituto de Seguridade Social é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, constituído em setembro de 1977 como instrumento da política de recursos humanos do Banco Nossa Caixa S.A., adquirido em 2009 pelo Banco do Brasil S.A.

Administra quatro planos de previdência: três na modalidade Benefício Definido, fechados para novas adesões; e um Plano de Contribuição Variável, aberto a novos participantes oriundos do Banco Nossa Caixa e do próprio Economus.

O Instituto também administra a assistência médico-hospitalar dos participantes e seus dependentes diretos e indiretos.

Missão

“Oferecer soluções em previdência e assistência à saúde que atendam, com eficiência e segurança, as expectativas dos participantes e patrocinadores”.

Visão de Futuro

“Somos reconhecidos no mercado de previdência e de assistência à saúde como referência de gestão e controle dos planos e dos investimentos, bem como pela excelência no atendimento”.

Valores

A gestão do Economus é pautada e reconhecida por:



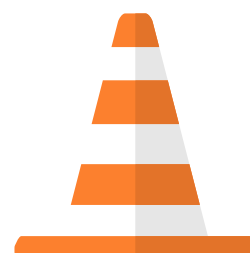
Ética, transparência e sustentabilidade



Desenvolvimento de pessoas e sinergia entre equipes



Excelência operacional e credibilidade



Respeito às normas

Governança Corporativa

A estrutura de governança do Economus é composta por Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior do Economus, cabendo-lhe fixar, dentro dos objetivos sociais, sua política de funcionamento e estabelecer diretrizes e normas gerais para organização e administração, bem como para os planos de benefícios. É composto por seis membros titulares e seis membros suplentes. São nomeados paritariamente entre representantes dos participantes ativos e assistidos do Economus, escolhidos por meio de eleição direta, e de representantes do Patrocinador Banco do Brasil.

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno do Economus, responsável por zelar pela gestão econômico-financeira e o cumprimento das regras de governança. É integrado por, no máximo, quatro membros titulares e quatro membros suplentes. Assim como o Conselho Deliberativo, eles são escolhidos paritariamente entre representantes dos participantes ativos e assistidos do Economus, por meio de eleição direta, e de representantes do Patrocinador Banco do Brasil.

A Diretoria Executiva é o órgão de administração geral, responsável por executar todos os atos necessários ao bom funcionamento, de acordo com as disposições da Lei, do Estatuto e das definições, diretrizes e normas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo. É composto por quatro diretores: Superintendente, Seguridade, Financeiro e Administrativo, escolhidos pelo Patrocinador Banco do Brasil e nomeados pelo Conselho Deliberativo.

Conselho Deliberativo

Titulares

Carlos Célio Andrade Santos

Gilmar Ferreira

Vitor Paulo Camargo Gonçalves

Francisco Vianna de Oliveira Júnior

Itamar de Souza Menezes

Sonia Aparecida Aoki Zaia

Suplentes

Lucia Helena Cruz Moya Cuevas

João Vagnes de Moura Silva

Fernando Sabbi Melgarejo

Itamar Mortágua

Tânia Teixeira Balbino

Max Freddy Frauendorf

Conselho Fiscal

Titulares

José Zamai

Cesar Augusto Jacinto
Teixeira

Eslei José de Moraes

Pedro Amauri Rinaldi

Suplentes

Irinaldo Venancio de Barros

Augusto César Machado

Dhaniel Henrique Martins
Roberto Alves

João Carlos de Faria

Diretoria Executiva

Sergio Lunes Brito

Paulo Leite Julião

Maurício Messias

Benilton Couto da Cunha

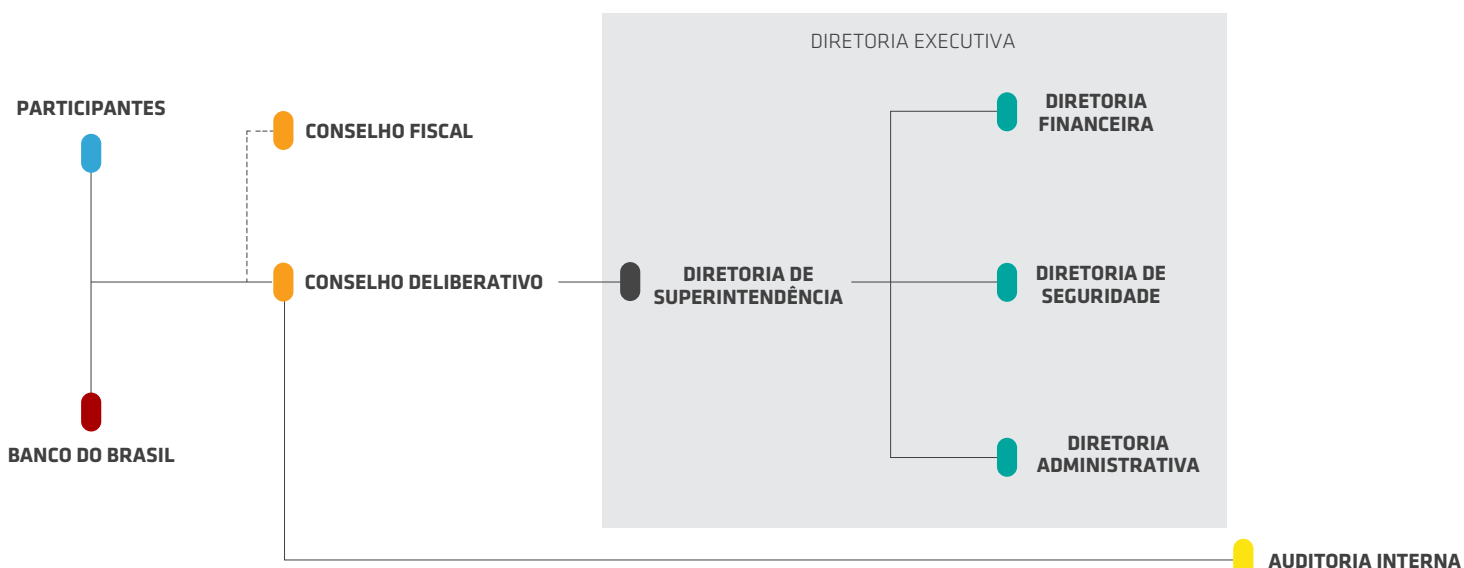
Diretor Superintendente

Diretor Financeiro

Diretor de Seguridade

Diretor Administrativo

Estrutura Organizacional



Perfil dos Empregados

Distribuição entre homens e mulheres



83



116

Total: 199

Média de idade por nível hierárquico

Níveis	Média de Idade	Tempo de Economus	Quantidade de empregados
Diretoria	53	Até 1 ano	74
Gerência	41	De 2 a 3 anos	61
Analistas e técnicos	35	De 4 a 5 anos	13
		Acima de 6 anos	51

Formação Acadêmica

Escolaridade

Quantidade de Empregados

Ensino Médio Incompleto	1
Ensino Médio e Técnico Completo	25
Superior Incompleto	42
Superior Completo	71
Pós-Graduação Incompleta	11
Pós-Graduação Completo	48
Mestrado Incompleto	1
Total	199*

*A quantidade de 199 refere-se aos empregados do Economus, cedidos e diretores.



Capítulo 3:
Destiques

Destaques

Principais Números

- Patrimônio social de **R\$ 5.01 bilhões**.
- **22ª** posição, por volume de investimentos, no ranking elaborado pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), em setembro de 2014, dentre 264 EFPCs listadas.
- **25.069** participantes dos planos de previdência, entre ativos e assistidos.
- **47.379** beneficiários dos planos de saúde, entre empregados ativos, aposentados e familiares.
- **199** empregados.

Gestão de Pessoas

O Economus investiu no ano R\$ 302.670,45 na capacitação do seu corpo funcional, com o objetivo de potencializar o desempenho dos empregados. Esse investimento contempla a participação em cursos, treinamentos, congressos e seminários.

O programa de cursos institucionais ampliou o conhecimento dos empregados em relação aos recursos de informática, além de aprimorar o conhecimento sobre Previdência com os cursos “Atuária para não Atuários” e “Conceitos de Previdência Complementar”, com a participação de empregados de diversas áreas. Para a capacitação do grupo gerencial do Economus, foi realizado curso específico englobando técnicas de liderança e condução de equipes para melhoria de desempenho.

Investimento em Treinamento	Horas	Quantidade de Pessoas
Congressos e seminários	1.116	65
Treinamento e desenvolvimento	6.247	444
Total	7.363	509

Além disso, 13 (treze) profissionais foram certificados por instituições, como Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social (ICSS), Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), em CPA-20, Associação Brasileira de Ouvidoria (ABO) e Febraban, estas duas últimas voltadas para a área de Ouvidoria, implantada em 2014 no Economus.

Houve, também, a implantação do Programa de Avaliação de Desempenho por Competências, que busca solucionar a distância existente entre as competências exigidas para o cargo e as competências apresentadas pelo empregado.

Comunicação

A comunicação é primordial para estabelecer uma relação de confiança com participantes, beneficiários, patrocinador e demais públicos. Por isso, ciente da necessidade de levar cada vez mais informação relevante e transparente, desenvolvemos a Política de Comunicação que norteia as ações do Plano de Comunicação e define os princípios, diretrizes e canais a ser utilizados.

Política de Comunicação

Princípios

- Difundir a Missão, Visão e Valores institucionais
- Atuar de acordo com valores éticos
- Agir com legitimidade e clareza
- Transmitir credibilidade, presteza e proatividade
- Ter foco, eficiência e organização

Diretrizes

- Conduzir a comunicação de acordo com a estratégia institucional
- Promover sinergia entre todas as unidades da organização
- Definir veículos de comunicação apropriados a cada público
- Valorizar a marca para fortalecer a imagem da instituição
- Atuar preventivamente para gerenciar crises

Canais

- Revista Economus
- Relatório Anual de Informações
- Site
- Informativo eletrônico
- Mídias sociais
- Intranet
- Mural

Resultados

- O site do Economus - www.economus.com.br - recebeu, em 2014, 1.774.800 acessos realizados por 192.362 usuários; destes, 39,6% são visitantes que retornaram ao site e 60,4% são novos visitantes.
- Foram enviados 24 Informativos sobre as principais notícias do Instituto; que obtiveram 68.022 acessos e 33.707 leituras.
- A página do Economus no Facebook alcançou 11.432 usuários que visualizaram os conteúdos publicados, gerando a interação com 810 usuários que compartilharam e curtiram as publicações.

Central de Atendimento

A Central de Atendimento do Economus está preparada para acolher as demandas dos participantes e assistidos de previdência, além dos beneficiários e prestadores da saúde, por meio de três tipos de canais: telefônico, presencial e eletrônico.

Em 2014, foram realizados 205.412 atendimentos. Os assuntos mais procurados foram: liberação de procedimentos médicos, esclarecimentos sobre as cobranças dos planos assistenciais e indicação de rede credenciada.



Telefônico
171.251



Eletrônico
25.504



Presencial
7.559



Outros
1.098

O canal mais utilizado pelos participantes e beneficiários foi o telefônico com 83%, seguido do atendimento eletrônico (12%) e o atendimento presencial (4%). Além disso, outros contatos foram recebidos por mídias sociais, órgãos reguladores e governança que representaram (1%).

O canal telefônico está disponível de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h e plantão 24h todos os dias da semana para casos de urgência e emergência médica. Durante o ano foram atendidas 171.251 ligações, distribuídas entre os serviços de saúde (93%) e previdência (7%). É importante ressaltar que 76% das ligações recebidas foram atendidas em até 30 segundos, o restante em 60 segundos, margem praticada pelo mercado.

No canal eletrônico, foram registrados 25.504 atendimentos relativos aos planos de saúde e previdência, com a média de 70% das respostas aos participantes e beneficiários realizadas em até 48 horas.

Quanto ao canal presencial, foram atendidos 7.559 visitantes, em que os assuntos mais consultados se referiam à solicitação de empréstimos, complementação de aposentadoria dos planos de previdência e atualização de dados cadastrais.

Para garantir a melhoria contínua dos indicadores de desempenho, outras importantes ações foram adotadas no decorrer do ano de 2014:

- Campanha interna “Atendimento 10” para as áreas reavaliarem fluxos e processos que impactavam na agilidade e qualidade do atendimento aos beneficiários e participantes;
- Monitoramento diário dos profissionais para garantir a qualidade do processo de atendimento;
- Investimento em treinamentos contínuos para capacitação da equipe;

Ouvidoria

A Ouvidoria do Economus foi implantada em maio de 2014, para recepcionar manifestações sobre Previdência e Assistência Médica. O objetivo é atender as manifestações dos beneficiários e participantes em segunda instância, em alinhamento com as melhores práticas orientadas pelos órgãos reguladores (ANS e Previc) e em atenção à Resolução Normativa N° 323, de 3 de abril de 2013, da ANS.

Além de receber, analisar e responder aos beneficiários e participantes, a Ouvidoria visa também identificar possibilidades de aprimoramento nos processos internos do Economus. No ano, foram recebidas 517 manifestações, todas foram devidamente respondidas dentro do prazo legal estipulado, que são 7 dias úteis para respostas conclusivas, podendo ser prorrogado por até 30 dias úteis.

Educação Previdenciária

Foram realizadas ações institucionais de caráter educativo visando a formação e conscientização dos participantes e assistidos na administração de suas finanças pessoais com o Programa de Educação Previdenciária do Economus - Educonomus, aprovado em 2013 pela Previc.

Uma das ações do Programa com maior destaque foi a Consultoria Previdenciária, prestada por profissionais qualificados a fim de esclarecer os questionamentos dos participantes sobre os planos de previdência administrados pelo Economus, como adesão ao PrevMais e opções de recebimento do benefício. O serviço foi iniciado em abril de 2014 e beneficiou 125 pessoas durante o ano.

Auditoria Interna

Ao longo do ano de 2014, a Auditoria Interna desenvolveu os trabalhos acordados no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna, aprovado pelo Conselho Deliberativo. As ações para superação das fragilidades apontadas e mitigação dos riscos identificados foram acompanhadas e reportadas periodicamente aos Órgãos de Governança do Economus.

Além disso, coordenou o relacionamento das áreas do Economus com a equipe de Fiscalização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), em trabalho realizado nos meses de fevereiro e março de 2014. Coordenou, também, os trabalhos da Auditoria Externa, acompanhando o fornecimento de informações, documentos e cumprimento dos prazos acordados.



Capítulo 4:
Gestão Previdenciária

Gestão Previdenciária

Cenário: ambiente atual e perspectivas

O ambiente em que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) operam no Brasil foi marcado por mudanças de caráter regulatório e por instabilidade econômica.

Com relação à questão regulatória, foram publicadas pelo órgão fiscalizador, em um curto espaço de tempo, diversas instruções, com destaque para a Instrução Previc nº 12, que desobrigou as entidades da emissão das Demonstrações Atuariais para alguns tipos de planos CD (Contribuição Definida); a Instrução Previc nº 13, que trata da divulgação de informações aos participantes e assistidos e que revogou a Instrução Previc nº 05/13, simplificando procedimentos. Estes instrumentos regulatórios proporcionaram a desoneração das entidades, com a simplificação de procedimentos e eliminação das atividades de baixa eficácia e valor agregado.

Destacam-se, também, as Resoluções CNPC de nºs 15 e 16, ambas publicadas em 24 de novembro de 2014, que trouxeram importantes avanços na precificação de ativos e passivos. Os dois instrumentos regulatórios foram fruto de ampla discussão institucional com a participação de representantes da Abrapp e da Previc. No que se refere à norma que trata do passivo, a Resolução CNPC nº 15, houve uma clara opção pelo estabelecimento de regras mais estáveis e alinhadas com a dinâmica do mercado financeiro.

Sob a ótica econômica, espera-se um ano difícil em que medidas ditas impopulares, porém necessárias, precisam ser implementadas. Nesse contexto, o Economus deverá posicionar-se de modo a se adaptar a tais condições em busca dos resultados que assegurem o equilíbrio técnico dos planos de benefícios.

Destaques

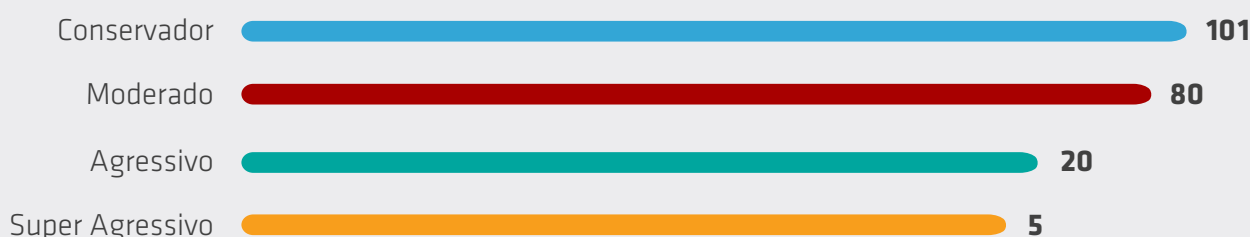
Foram realizadas ações com o objetivo de melhorar os processos que impactam na prestação de serviços aos participantes do Economus. Entre as realizações, destaca-se a parceria com a área de sistemas no desenvolvimento dos requisitos funcionais para o novo sistema de cadastro de pessoas físicas do Economus, para tornar o cadastro único.

Os informes de rendimento dos benefícios oriundos dos planos Regulamento Geral (Grupo C) e PrevMais foram unificados, o que facilitou a elaboração da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda dos assistidos.

Também merece destaque a aprovação, pela Previc, da solicitação de manutenção da taxa de juros do plano de benefícios do Regulamento Geral em 5,75% para a Avaliação Atuarial do exercício de 2014. O trabalho exitoso foi fruto da parceria do Economus com a consultoria Gama, responsável técnico-actuarial pelos planos de benefícios, que apresentou estudo justificando a manutenção da taxa devido à carteira de investimentos e características do plano.

Novas adesões PrevMais

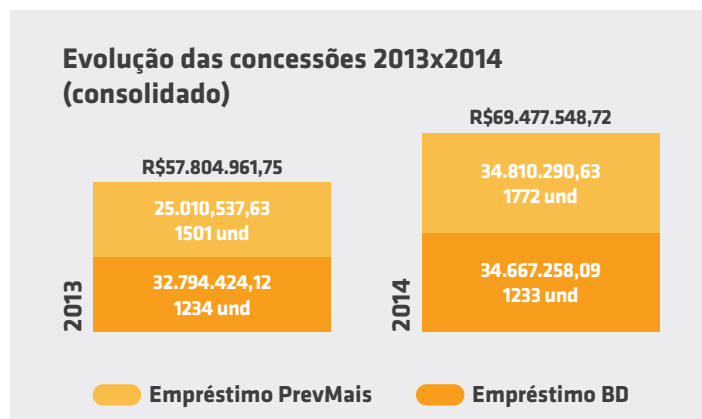
O PrevMais, plano de previdência aberto a novas adesões, contou com 206 novos participantes. Nesse plano, é possível escolher o perfil de investimento que o participante preferir de acordo com a sua disposição ao risco. A maioria dos novos participantes optou pelo perfil Conservador (49%), seguido por Moderado (39%), Agressivo (10%) e Super Agressivo (2%).



Empréstimos

O programa de empréstimo oferecido pelo Economus tem como objetivo disponibilizar uma linha de empréstimo pessoal com taxas de juros compatíveis com as praticadas no mercado, além de proporcionar rentabilidade aos planos de benefícios, que permite a diversificação da carteira de investimentos.

Em 2014, foram concedidos 3.005 empréstimos, totalizando R\$ 69.477.548,72, o que resultou em um aumento de 9,87% de empréstimos concedidos e de 20,19% de valores concedidos em relação a 2013. Observe o gráfico:



Planos e Participantes

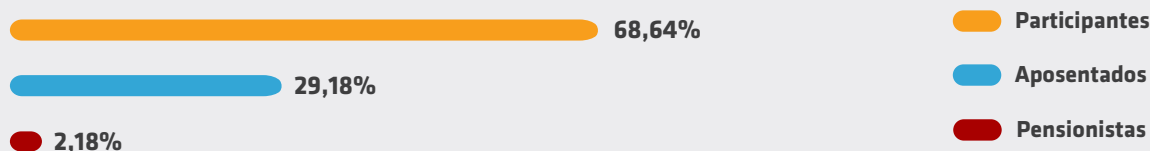
O Economus administra quatro planos de benefícios previdenciários, três na modalidade de Benefício Definido (BD) e um na modalidade de Contribuição Variável (CV).

Ao final de 2014, os planos de benefícios apresentaram as seguintes quantidades de participantes e assistidos:

Planos	Participantes	Aposentados	Pensionistas	Total
Regulamento Complementar N° 1 (Grupo B)	1.197	7	4	1.208
Regulamento Complementar N° 2 (Grupo A)	1.104	0	4	1.108
Regulamento Geral (Grupo C)	5.111	6.153	461	11.725
PrevmMais	9.796	1.155	77	11.028
Total	17.208	7.315	546	25.069*

* Do total de 25.069, 5.995 são participantes e assistidos que possuem dois planos de previdência: O Regulamento Geral e o PrevmMais.

Planos de Benefícios



Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B)

O plano Regulamento Complementar nº 1, é o plano dos empregados do extinto Banco Nossa Caixa S.A. admitidos pelo regime CLT, até 13 de maio de 1974, regidos pelas Leis Estaduais nº 1.386/51 e nº 4.819/58.

Está estruturado na modalidade Benefício Definido, ou seja, o participante tem conhecimento na contratação do plano sobre qual é o valor de seu benefício futuro e as contribuições definidas anualmente no Plano Anual de Custeio.

Os participantes possuem direito aos seguintes benefícios, conforme regulamento:

- Aposentadoria por Tempo de Serviço ou por Idade;
- Aposentadoria por Invalidez;
- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte e Invalidez;
- Auxílio-Doença ou Acidente de Trabalho;
- Auxílio-Adicional;
- Auxílio-Reclusão.

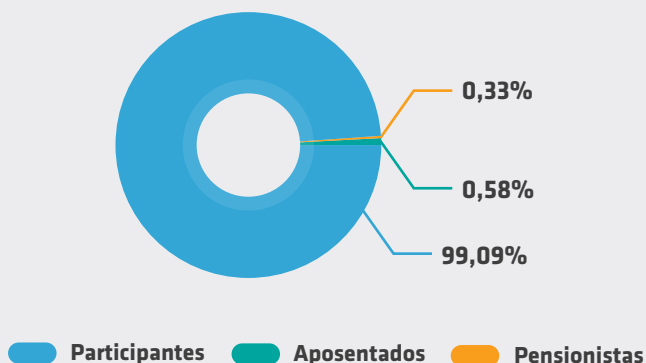
Participantes

Dados	Dezembro/2014
Quantidade	1.197
Idade média (anos)	66,59
Tempo médio de plano (anos)	35,84
Média dos salários de participação (R\$)	10.744,88
Soma dos salários de participação (R\$)	12.861.626,85

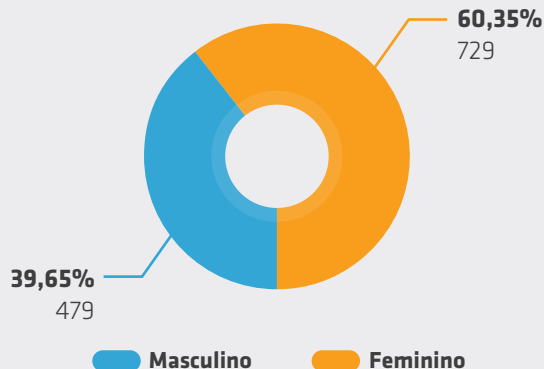
Assistidos em 31/12/2014

Tipo de Benefício	Quantidade	Idade Média (anos)	Benefício Médio (R\$)	Folha Mensal (R\$)
Aposentadoria por Tempo de Serviço ou por Idade	6	68,96	6.530,57	39.183,42
Aposentadoria por Invalidez	1	76,75	3.298,43	3.298,43
Pensão por Morte	4	64,38	2.998,83	11.995,32
Total/Média	11	68,00	4.952,47	54.477,17

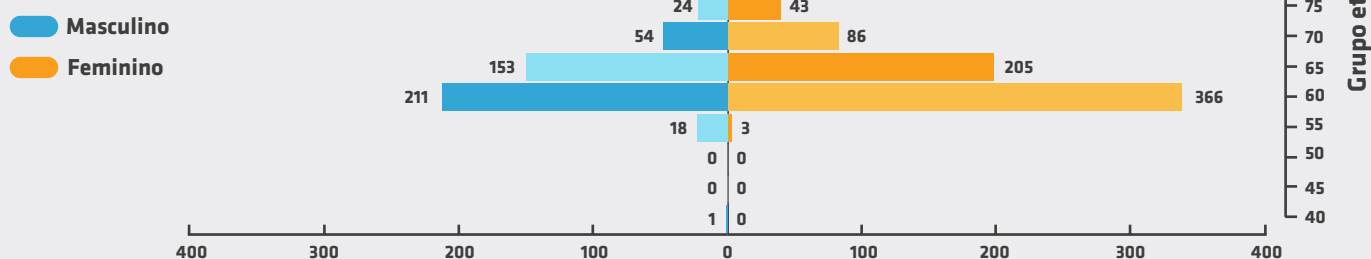
Regulamento Complementar nº 1 Distribuição por Tipo de Participante



Regulamento Complementar nº 1 Distribuição por Sexo



Regulamento Complementar N°1 (pirâmide etária)



Adequação da Taxa Real de Juros

Conforme estudos de aderência realizados, foi atestada a sustentabilidade da hipótese atualmente adotada da taxa de juros de 4,30% ao ano, ou a sua equivalência mensal, após a realização de simulação atuarial que comprovou a manutenção da situação superavitária do plano.

Impactos e Afetações do Plano de Benefícios

Para detectar a adequação ou a suficiência do Patrimônio de Cobertura do Plano frente ao compromisso por ele assumido, dado pelas Provisões Matemáticas, foi realizada a mensuração do Resultado Atuarial do Plano apurado na Avaliação Atuarial, comparando-se com o ano anterior:

Item	Valores em R\$		
	Avaliação Atuarial Anual de 2013 (A)	Avaliação Atuarial Anual de 2014 (B)	Varição Anual (B) / (A) - 1
Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 16.025.619,67	R\$ 16.073.946,99	0,30%
Total de Provisões Matemáticas	R\$ 14.643.680,77	R\$ 15.089.812,68	3,05%
Equilíbrio Técnico	R\$ 1.381.938,90	R\$ 984.134,31	-28,79%
Superávit/Déficit Técnico Acumulado	R\$ 1.381.938,90	R\$ 984.134,31	-28,79%
Reserva de Contingência	R\$ 1.381.938,90	R\$ 984.134,31	-28,79%

A rentabilidade do Plano nos 12 meses que antecederam a data da Avaliação foi de 11,67%, sendo que a meta atuarial no período, dada pela taxa de juros atuariais acrescida do índice do Plano, foi de 10,80%, o que resultou em um ganho técnico atuarial no exercício de 0,79%.

O déficit técnico de 28,79% do exercício de 2014 se deve, principalmente, ao aumento das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos do Plano.

Analisando a evolução do resultado acumulado do Plano, é apresentada, a seguir, a identificação dos valores apurados nos três últimos exercícios, além do resultado calculado na Avaliação Atuarial.

Valores em R\$

Exercício	Superávit/Déficit acumulado	Superávit/Déficit no exercício	Reserva de contingência	Reserva especial
2011	R\$ 2.107.632,70	R\$ 1.435.538,93	R\$ 2.107.632,70	R\$ 0,00
2012	R\$ 2.590.873,86	R\$ 483.241,16	R\$ 2.590.873,86	R\$ 0,00
2013	R\$ 1.381.938,90	(R\$ 1.208.934,96)	R\$ 1.381.938,90	R\$ 0,00
2014	R\$ 984.134,31	(R\$ 397.804,59)	R\$ 984.134,31	R\$ 0,00

Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A)

O plano Regulamento Complementar nº 2 destina-se aos empregados do extinto Banco Nossa Caixa S.A. optantes pelo regime CLT, na forma prevista pela Lei Estadual nº 10.430/71 e Decreto nº 7.711/76.

Está estruturado na modalidade Benefício Definido, ou seja, o participante tem conhecimento na contratação do plano sobre qual é o valor de seu benefício futuro e as contribuições definidas anualmente no Plano Anual de Custeio.

Os participantes possuem direito aos seguintes benefícios em manutenção e com possibilidade de ser concedidos:

- Pensão por Morte
- Pecúlio por Morte

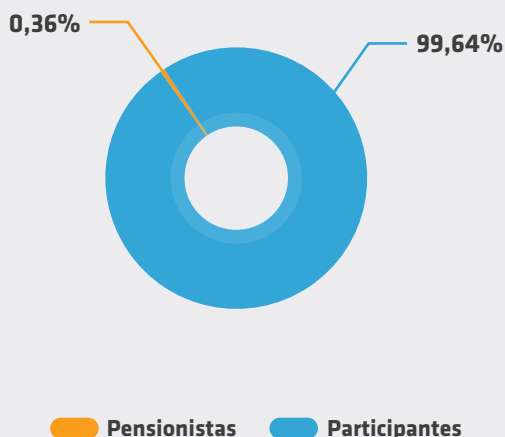
Participantes

Dados	Dezembro/2014
Quantidade	1.104
Idade média (anos)	78,48
Tempo médio de plano (anos)	36,38
Média dos salários de participação (R\$)	9.444,85
Soma dos salários de participação (R\$)	10.427.110,40

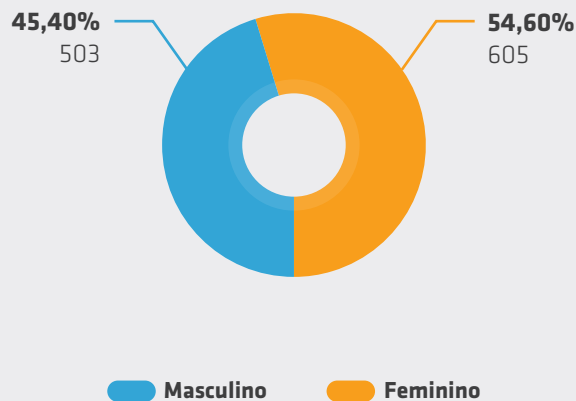
Assistidos em 31/12/2014

Tipo de Benefício	Quantidade	Idade Média (anos)	Benefício Médio (R\$)	Folha Mensal (R\$)
Pensão por Morte	4	73,20	3.632,43	14.529,72
Total/média	4	73,20	3.632,43	14.529,72

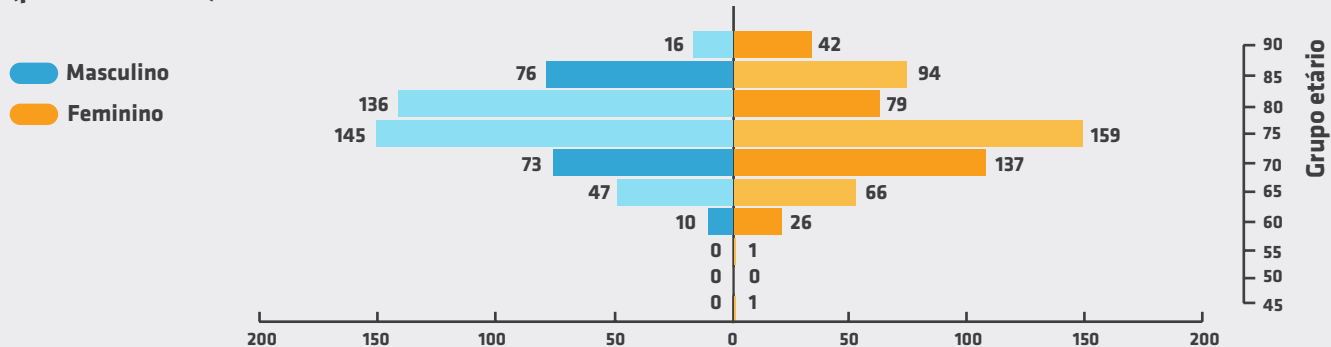
Regulamento Complementar nº 2 Distribuição por Tipo de Participante



Regulamento Complementar nº 2 Distribuição por Sexo



Regulamento Complementar N°2 (pirâmide etária)



Adequação da Taxa Real de Juros

Conforme estudos de aderência realizados, foi atestada a sustentabilidade da hipótese atualmente adotada da taxa de juros de 4,30% ao ano, ou a sua equivalência mensal, após a realização de simulação atuarial que comprovou a manutenção da situação superavitária do plano.

Impactos e Afetações do Plano de Benefícios

Para detectar a adequação ou a suficiência do Patrimônio de Cobertura do Plano frente ao compromisso por este assumido, dado pelas Provisões Matemáticas, foi realizada a mensuração do Resultado Atuarial do Plano apurado na Avaliação Atuarial, comparando-se com o ano anterior:

Valores em R\$

Item	Avaliação Atuarial Anual de 2013 (A)	Avaliação Atuarial Anual de 2014 (B)	Varição Anual (B)/(A)-1
Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 12.368.516,21	R\$ 15.120.406,37	22,25%
Total de Provisões Matemáticas	R\$ 7.635.541,94	R\$ 6.990.138,07	-8,45%
Equilíbrio Técnico	R\$ 4.732.974,27	R\$ 8.130.268,30	71,78%
Superávit/Déficit Técnico Acumulado	R\$ 4.732.974,27	R\$ 8.130.268,30	71,78%
Reserva de Contingência	R\$ 1.908.885,48	R\$ 1.747.534,52	-8,45%
Reserva Especial para Revisão do Plano	R\$ 2.824.088,79	R\$ 6.382.733,78	126,01%

A rentabilidade do Plano nos 12 meses que antecederam a data da Avaliação foi de 11,76%, sendo que a meta atuarial no período, dada pela taxa de juros atuariais acrescida do índice do Plano, foi de 10,80%, o que resultou em um ganho técnico atuarial no exercício de 0,87%.

O superávit técnico de 71,78% do exercício de 2014 se deve à redução das Provisões Matemáticas e à rentabilidade do Plano ter sido superior à meta atuarial do Plano em 0,87%, conforme explicitado anteriormente.

Analisando a evolução do resultado acumulado do Plano, é apresentada, a seguir, a identificação dos valores apurados nos três últimos exercícios, além do resultado calculado na Avaliação Atuarial.

Valores em R\$

Exercício	Superávit/Déficit acumulado	Superávit/Déficit no exercício	Reserva de contingência	Reserva especial
2011	R\$ 1.886.000,73	R\$ 1.691.374,49	R\$ 1.886.000,73	R\$ 0,00
2012	R\$ 3.449.701,59	R\$ 1.563.700,86	R\$ 2.000.128,86	R\$ 1.449.572,73
2013	R\$ 4.732.974,27	R\$ 1.283.272,68	R\$ 1.908.885,48	R\$ 2.824.088,79
2014	R\$ 8.130.268,30	R\$ 3.397.294,03	R\$ 1.747.534,52	R\$ 6.382.733,78

Regulamento Geral (Grupo C)

O plano Regulamento Geral destina-se aos empregados admitidos a partir de 13 de maio de 1974 do extinto Banco Nossa Caixa S.A. contratados pelo regime CLT.

Está estruturado na modalidade Benefício Definido, ou seja, o participante tem conhecimento na contratação do plano sobre qual é o valor de seu benefício futuro e as contribuições definidas anualmente no Plano Anual de Custeio.

Os participantes possuem direito aos seguintes benefícios, conforme regulamento:

- Aposentadoria por Tempo de Serviço ou por Idade;
- Aposentadoria por Invalidez;
- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte e Invalidez;
- Auxílio-Doença ou Acidente de Trabalho;
- Auxílio-Adicional;
- Auxílio-Reclusão.

Participantes

Não optantes pelo saldamento

Dados	Dezembro/2014
Quantidade	32
Idade média (anos)	52,43
Tempo médio de plano (anos)	25,50
Tempo médio de empresa (anos)	23,23
Tempo médio de serviço futuro (anos)	4,91
Média dos salários de participação (R\$)	4.957,97
Soma dos salários de participação (R\$)	158.654,88

Benefício Proporcional Diferido

Dados	Dezembro/2014
Quantidade	22
Idade média (anos)	52,71
Média dos benefícios BPD (R\$)	687,68
Soma dos benefícios BPD (R\$)	15.128,86

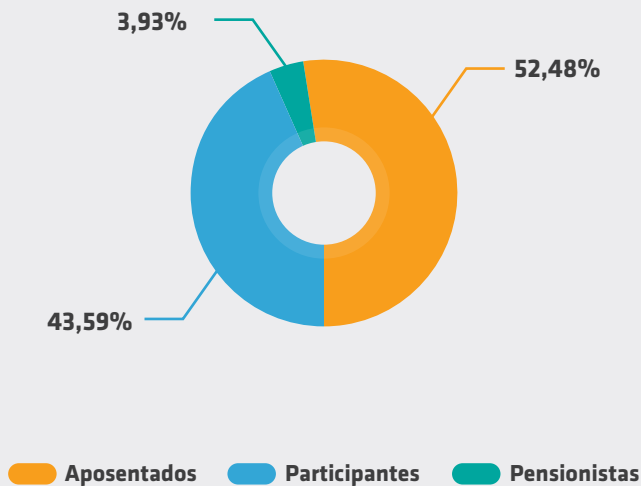
Saldados

Dados	Dezembro/2014
Quantidade	5.057
Idade média (anos)	50,71
Média dos benefícios saldados (R\$)	1.494,99
Soma dos benefícios saldados (R\$)	7.560.151,60

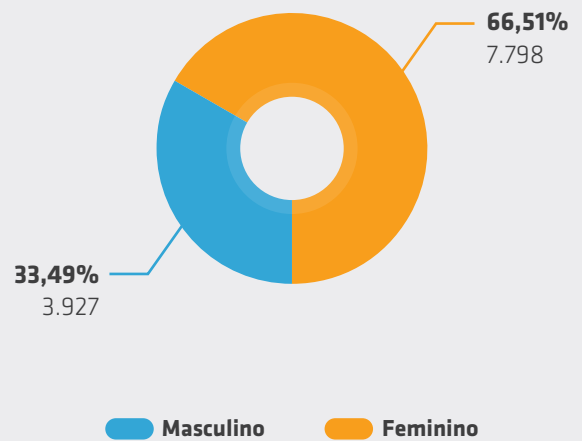
Assistidos em 31/12/2014

Tipo de Benefício	Quantidade	Idade Média (anos)	Benefício Médio (R\$)	Folha Mensal (R\$)
Aposentadoria por Tempo de Serviço ou por Idade	5.623	62,63	4.185,19	23.533.332,22
Aposentadoria por Invalidez	530	61,95	3.145,41	1.667.068,61
Pensão por Morte	461	63,21	3.005,71	1.385.632,27
Total/média	6.614	62,61	4.019,66	26.586.033,10

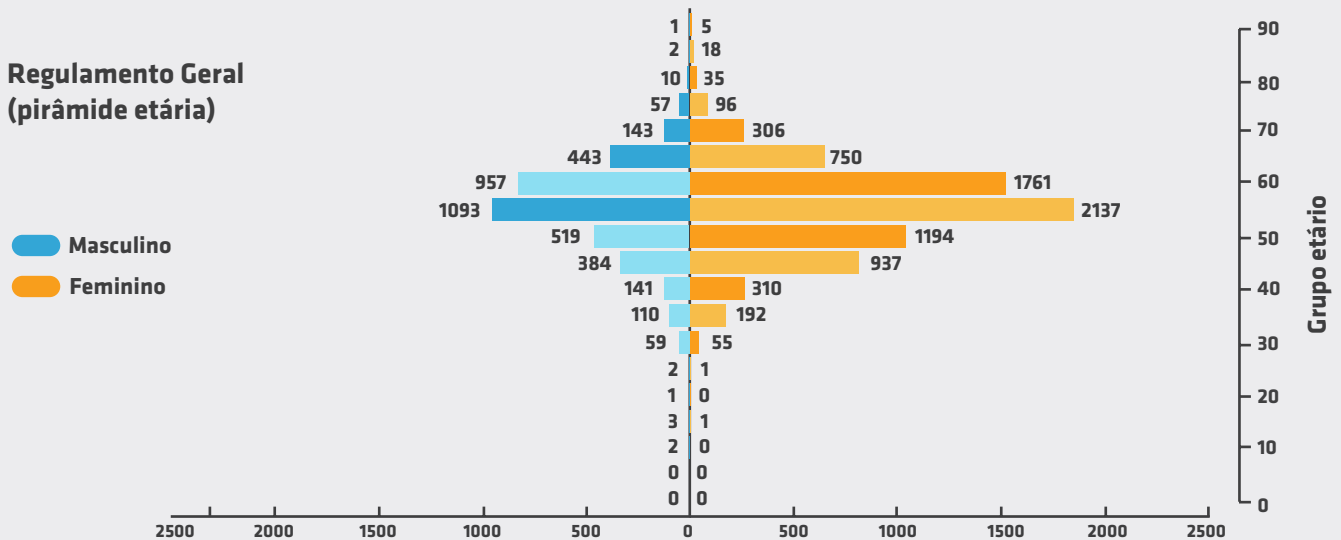
Regulamento Geral Distribuição por Tipo de Participante



Regulamento Geral Distribuição por Sexo



Regulamento Geral (pirâmide etária)



Adequação da Taxa Real de Juros

Conforme estudos de aderência realizados (Relatório GAMA 151 – RE 082/14), foi atestada a sustentabilidade da taxa de juros atualmente adotada de 5,75% ao ano, ou sua equivalência mensal, em médio e longo prazos. A manutenção da taxa foi requerida pelo Economus e aprovada pela Previc, por meio do Ofício nº 3946/2014/CGMA/CGMI/DIACE/PREVIC, em observância a Instrução Previc nº 01, de 12 de abril de 2013.

Impactos e Afetações do Plano de Benefícios

Para detectar a adequação ou a suficiência do Patrimônio de Cobertura do Plano frente ao compromisso por ele assumido, dado pelas Provisões Matemáticas, foi realizada a mensuração do Resultado Atuarial do Plano apurado na Avaliação Atuarial, comparando-se com o ano anterior:

Valores em R\$

Item	Avaliação Atuarial Anual de 2013 (A)	Avaliação Atuarial Anual de 2014 (B)	Varição Anual (B)/(A)-1
Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 3.968.289.242,41	R\$ 4.017.738.293,55	1,25%
Total de Provisões Matemáticas	R\$ 4.151.184.703,80	R\$ 4.155.950.335,86	0,11%
Equilíbrio Técnico	(R\$ 182.895.461,39)	(R\$ 138.212.042,31)	-24,43%
Superávit/Déficit Técnico Acumulado	(R\$ 182.895.461,39)	(R\$ 138.212.042,31)	-24,43%

Cumpra ressaltar que, com amparo no Ofício nº 2206/SPC/GAB, de 9 de junho de 2006, o Economus vem registrando valores na conta contábil “Resultados a Realizar”, valor esse que, em 31 de dezembro de 2014, era de R\$ 416.051.227,68. Esse valor é registrado no grupo contas “Equilíbrio Técnico”, influenciando no déficit ou superávit do Plano.

A rentabilidade do Plano nos 12 meses que antecederam a Data da Avaliação foi de 10,47%, sendo que a meta atuarial no período, dada pela taxa de juros atuariais acrescida do índice do Plano, foi de 12,34%, o que resultou em uma perda técnica atuarial no exercício de 1,66%.

A redução observada no déficit técnico acumulado até a Avaliação Atuarial anual de 2014, ou seja, o superávit técnico do exercício de 2014, se deve à alteração das premissas atuariais do Plano que contribuíram para um baixo crescimento das Provisões Matemáticas frente ao aumento do Patrimônio de Cobertura do Plano, superando o não atingimento da meta atuarial pela rentabilidade.

No exercício de 2014, encerrou-se o período de amortização do Déficit equacionado de 2009, portanto, não há saldo dessa dívida na data da Avaliação Atuarial de 2014.

Analisando a evolução do resultado acumulado do Plano, é apresentada a seguir, a identificação dos valores apurados nos três últimos exercícios, além do resultado calculado na Avaliação Atuarial.

Valores em R\$

Exercício	Superávit/Déficit acumulado	Superávit/Déficit no exercício	Reserva de contingência	Reserva especial
2011	(R\$ 80.353.207,80)	(R\$ 80.353.207,80)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2012	R\$ 19.817.003,40	R\$ 100.170.211,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2013	(R\$ 182.895.461,39)	(R\$ 202.712.464,79)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2014	(R\$ 138.212.042,31)	R\$ 44.683.419,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00

PrevMais

O plano PrevMais está estruturado na modalidade Contribuição Variável (CV), que une características das modalidades Benefício Definido e Contribuição Definida. É utilizado o modelo de contribuição definida, com contas individuais, no período de acumulação. No momento da aposentadoria, é possível optar por diferentes modalidades de renda, considerando o montante acumulado e a rentabilidade obtida pelo plano.

No que se refere aos benefícios de risco, todos estão estruturados sob a modalidade de Benefício Definido, conforme regulamento do plano, sendo assegurados os benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte, Auxílio-Doença, Acidente de Trabalho e Auxílio-Funeral.

Os participantes possuem direito aos seguintes benefícios:

- Benefício de Aposentadoria;
- Auxílio-Doença ou Acidente de Trabalho;
- Aposentadoria por Invalidez;
- Pensão por Morte;
- Auxílio-Funeral.

Participantes

Dados	Dezembro/2014
Quantidade	9.250
Idade média (anos)	44,92
Tempo médio de empresa (anos)	17,93
Tempo médio de serviço futuro (anos)	9,08
Média dos salários de participação (R\$)	6.593,72
Soma dos salários de participação (R\$)	60.991.911,14

Autopatrocínio

Dados	Dezembro/2014
Quantidade	63
Idade média (anos)	38,17

Benefício Proporcional Diferido

Dados	Dezembro/2014
Quantidade	5
Idade média (anos)	40,96

Obrigações Pendentes com o Participante*

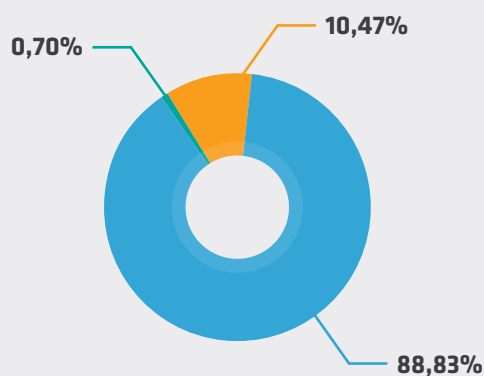
Dados	Dezembro/2014
Quantidade	478
Idade média (anos)	43,53

*Participantes que estão em algumas das seguintes situações: desligados que não manifestaram opções pelos institutos legais assegurados pelo plano; com contribuição suspensa; desligado do plano; aguardando concessão de benefício; aguardando concessão de instituto; ou falecido e sem beneficiário.

Assistidos em 31/12/2014

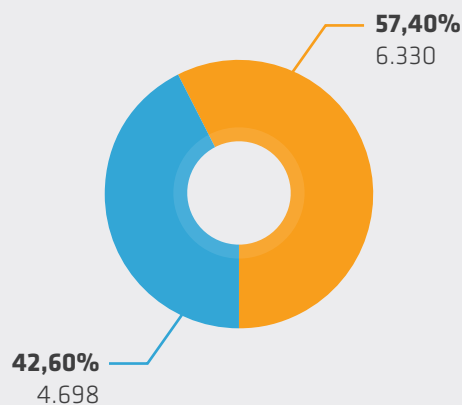
Tipo de Benefício	Quantidade	Idade Média (anos)	Benefício Médio (R\$)	Folha Mensal (R\$)
Aposentadoria - Estruturado na Modalidade de Benefício Definido	59	58,94	673,24	39.721,04
Aposentadoria - Estruturado na Modalidade de Contribuição Definida	966	58,67	1.050,33	1.014.621,20
Aposentadoria por Invalidez	130	56,35	4.161,98	541.056,75
Pensão por Morte - Estruturado na Modalidade de Benefício Definido	65	52,05	3.592,36	233.503,68
Pensão por Morte - Estruturado na Modalidade de Contribuição Definida	12	50,84	762,49	9.149,82
Total/média	1.232	58,01	1.491,92	1.838.052,49

PrevMais Distribuição por Tipo de Participante



● Aposentados
 ● Participantes
 ● Pensionistas

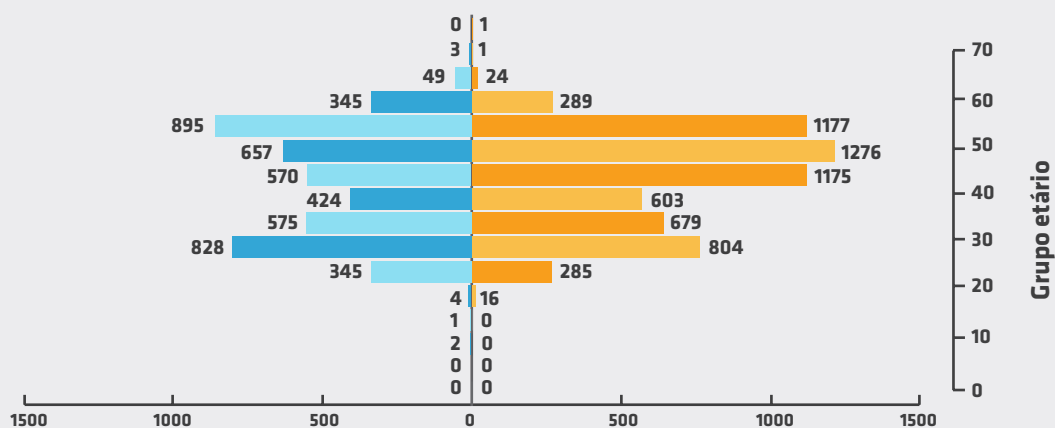
PrevMais Distribuição por Sexo



● Masculino
 ● Feminino

PrevMais (pirâmide etária)

■ Masculino
 ■ Feminino



Adequação da Taxa Real de Juros

Conforme estudos de aderência realizados, foi atestada a sustentabilidade da hipótese atualmente adotada da taxa de juros de 5,00% ao ano, ou a sua equivalência mensal.

Impactos e Afetações do Plano de Benefícios

Para detectar a adequação ou a suficiência do Patrimônio de Cobertura do Plano frente ao compromisso por ele assumido, dado pelas Provisões Matemáticas, foi realizada a mensuração do Resultado Atuarial do Plano apurado na Avaliação Atuarial, comparando-se com o ano anterior:

Item	Valores em R\$		
	Avaliação Atuarial Anual de 2013 (A)	Avaliação Atuarial Anual de 2014 (B)	Varição Anual (B)/(A)-1
Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 734.968.878,68	R\$ 892.259.581,23	21,40%
Total de Provisões Matemáticas	R\$ 732.249.230,42	R\$ 895.733.869,64	22,33%
Equilíbrio Técnico	R\$ 2.719.648,26	(R\$ 3.474.288,41)	-227,75%
Superávit/Déficit Técnico Acumulado	R\$ 2.719.648,26	(R\$ 3.474.288,41)	-227,75%
Reserva de Contingência	R\$ 2.719.648,26	R\$ 0,00	-100,00%

A rentabilidade do Plano nos 12 meses que antecederam a data da Avaliação foi de 11,00%, que consolida as rentabilidades de 10,21% sobre os recursos que suportam os benefícios de risco e renda programada vitalícia, sendo que a meta atuarial no período, dada pela taxa de juros atuariais acrescida do índice do Plano, foi de 11,54%, e 11,31% sobre os recursos que suportam os demais benefícios de renda programada, cujo *benchmark* é composto por CDI e IBrX, e que foi de 10,66%.

A reversão do resultado do Plano, passando de um resultado superavitário em 2013 para um déficit nessa Avaliação Atuarial anual, se deve, principalmente, à rentabilidade do Plano ter sido inferior à sua meta atuarial, conforme explicitado anteriormente, além do aumento médio dos salários, que contribuiu para o aumento do fundo previdencial avaliado atuarialmente.

Analisando a evolução do resultado acumulado do Plano, é apresentada, a seguir, a identificação dos valores apurados nos três últimos exercícios, além do resultado calculado na Avaliação Atuarial.

Exercício	Valores em R\$			
	Superávit/Déficit acumulado	Superávit/Déficit no exercício	Reserva de contingência	Reserva especial
2011	R\$ 442.688,26	(R\$ 19.118.186,98)	R\$ 442.688,26	R\$ 0,00
2012	R\$ 236.717,13	(R\$ 205.971,14)	R\$ 236.717,12	R\$ 0,00
2013	R\$ 2.719.648,26	R\$ 2.482.931,13	R\$ 2.719.648,26	R\$ 0,00
2014	(R\$ 3.474.288,41)	(R\$ 6.193.936,67)	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Hipóteses Atuariais

Na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2014 dos Planos de Benefícios, foram utilizadas hipóteses de acordo com estudo de aderência RE 082/14 realizado pela Gama Consultores Associados, que foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em 29 de janeiro de 2015, conforme ata nº 426, e acompanhados de parecer do Conselho Fiscal em 30 de janeiro de 2015, conforme ata nº 338.

Para realização dos estudos de aderência de hipóteses biométricas e demográficas, foram utilizados dados apurados a partir da experiência de morte, invalidez, afastamentos por licença saúde, salários de participação, entre outros, observados junto à população de participantes e assistidos vinculada a cada plano.

A seguir, relacionamos as hipóteses utilizadas por Plano de Benefícios:

Hipótese	Regulamento Complementar N° 1	Regulamento Complementar N° 2	Regulamento Geral	PrevMais
Mortalidade Geral	AT-2000 M&F (Agravada em 60%)	AT-2000 M&F (Agravada em 60%)	AT-2000 M&F (Agravada em 60%)	AT-2000 F
Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Não aplicável	Winklevoss	MI – 85 Female
Entrada em Aposentadoria	Não aplicável	Não aplicável	Experiência GAMA-ECONOMUS	Não aplicável
Entrada em Invalidez	Não aplicável	Não aplicável	ZIMMER D 26	Muller
Entrada em Auxílio-Doença	Ex - Economus II	Não aplicável	Ex - Economus II	Ex - Economus II (D20%)
Rotatividade	Não aplicável	Não aplicável	Ex- Economus ajuste gráfico	GAMA/ROT Exp. Economus 2011 (D25%)
Crescimento Salarial	Não aplicável	Não aplicável	0,00% ao ano	1,80% ao ano
Fator de Capacidade	0,9782	0,9782	0,9783	0,9782
Taxa de Juros	4,30% ao ano	4,30% ao ano	5,75% ao ano	5,00% ao ano

Para melhor compreensão da importância e do propósito de cada hipótese na projeção dos compromissos dos Planos de Benefícios para com seus participantes e assistidos, representados pelos valores das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, descrevemos a seguir a definição de cada uma delas:

Mortalidade Geral

Experiência estatística de um determinado grupo populacional na forma de uma tabela que contém as probabilidades de morte e sobrevivência em função da idade, e que é utilizada em planos de benefícios previdenciários e em seguros de vida. A hipótese de mortalidade/sobrevivência de válidos é utilizada para dimensionar o valor atual dos benefícios futuros, cujo evento gerador pode ser a morte, produzindo o benefício de pensão por morte, ou a sobrevivência, produzindo o benefício de aposentadoria programada.

Mortalidade de Inválidos

Experiência estatística de um determinado grupo populacional de indivíduos inválidos na forma de uma tabela que contém as probabilidades de morte e sobrevivência em função da idade. A hipótese de mortalidade/sobrevivência de inválidos é utilizada para dimensionar o valor atual dos benefícios futuros, cujo evento gerador pode ser a morte, produzindo o benefício de pensão por morte de um indivíduo inválido, ou a sobrevivência, dimensionando o compromisso em razão de um benefício de aposentadoria por invalidez.

Entrada em Aposentadoria

Experiência estatística de um grupo populacional na forma de uma tabela que contém as probabilidades de um indivíduo ao se aposentar por tempo de contribuição ou idade antes de atingir uma determinada idade.

Entrada em Invalidez

Experiência estatística de um grupo populacional na forma de uma tabela que contém as probabilidades de um indivíduo se invalidar antes de atingir uma determinada idade.

Entrada em Auxílio-Doença

Experiência estatística na forma de uma tabela que representa o número de pessoas expostas ao risco de requerer um benefício de auxílio-doença após 15 dias consecutivos ao afastamento do trabalho. Essa hipótese é utilizada para o cálculo do compromisso da entidade com o pagamento de auxílio-doença aos participantes do plano.

Rotatividade

Hipótese que representa a expectativa do número de participantes que solicitarão o cancelamento do plano de benefícios, ou ainda, que desistirão dele sem ter implementado o direito a qualquer benefício do plano ao qual estiverem vinculados.

Crescimento Salarial

Expressa, na forma de taxa, a variável salarial. É utilizada para estimar o salário do participante, para o período de cálculo dos benefícios, visando projetar o benefício devido na data em que for concedido, ou na data mais próxima possível do evento, bem como para estimar as contribuições futuras, pelo tempo em que o participante permanecer no plano de benefícios.

Fator de Capacidade

Representa o valor real do salário ou do benefício médio anual (poder aquisitivo), podendo ser entendido como o poder de compra do salário ou do benefício entre duas datas de reajustes, e está inversamente ligada ao índice de inflação projetado, sendo que, quanto maior o índice de inflação entre duas datas, menor o fator de capacidade e vice-versa.

Taxa de Juros

É a taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de contribuições e benefícios.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas são identificadas e controladas por centros de custos, sendo segregadas por tipo de gestão (previdencial, de investimentos e assistencial), a partir de critérios preestabelecidos e aprovados na elaboração do Orçamento Anual do Economus. Nesta ocasião, também são estabelecidos pelo Conselho Deliberativo, os indicadores e limites do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que é monitorado regularmente pelo Conselho Fiscal.

Todas as despesas administrativas inerentes à gestão assistencial e realizadas pelo PGA são reembolsadas, sendo as despesas administrativas previdenciais e de investimento custeadas por taxas oriundas das Patrocinadoras, dos participantes ativos e assistidos e dos Investimentos.

O Economus adota a gestão compartilhada dos recursos administrativos registrados no PGA, sendo a sua destinação aos fundos de participação dos planos de benefícios feita após a apuração das sobras das fontes de custeio ao invés das utilizações e dos resultados financeiros do fundo administrativo realizados no período.

Valores em mil (R\$)

Despesas Administrativas	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Despesas Administrativas	23.685	21.443	10,5%
Administração Previdencial	18.060	15.042	20,06%
Pessoal e encargos	11.429	9.129	25,19%
Treinamentos/congressos e seminários	125	106	17,92%
Viagens e estadias	179	164	9,15%
Serviços de terceiros	3.059	2.400	27,46%
Despesas gerais	1.588	1.210	31,24%
Depreciações e amortizações	583	506	15,22%
Contingências	1.097	1.527	-28,16%
Administração dos Investimentos	5.625	6.401	-12,12%
Pessoal e Encargos	3.916	4.546	-13,86%
Treinamentos/congressos e seminários	30	41	-26,83%
Viagens e estadias	37	52	-28,85%
Serviços de terceiros	889	973	-8,63%
Despesas gerais	753	789	-4,56%
Depreciações e amortizações	-	-	0,00%



Capítulo 5:
Gestão de Investimentos

Gestão de Investimentos

A partir desse item, são apresentadas informações sobre as políticas que definem os objetivos e os critérios estabelecidos para a gestão financeira de cada plano administrado, assim como a descrição detalhada dos recursos constantes dos Demonstrativos de Investimentos (DI). O DI é o instrumento utilizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) para aferição do desempenho dos investimentos, evolução e composição dos patrimônios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs).

Também poderá acompanhar a rentabilidade obtida em cada plano em 2014, a evolução patrimonial, o enquadramento dos recursos aos aspectos legais internos e externos e os custos incorridos com a administração de recursos.

Na administração dos recursos, são adotados procedimentos de controle operacional que visam dar transparência e otimizar o desempenho dos investimentos. Para tanto, são observados limites de risco, liquidez e diversificação de ativos, estrutura de custos da administração dos recursos, dentre outros elementos, com intuito de proporcionar melhores resultados e preservação do patrimônio.

É importante registrar que o resumo da Política de Investimentos está disponível no endereço eletrônico do Economus (www.economus.com.br).

Destaques

No ano de 2014, o Economus aproveitou algumas oportunidades para potencializar os resultados em um ano de turbulências políticas que afetaram o cenário econômico. Uma dessas oportunidades ocorreu no mercado de títulos públicos (NTN-B) e resultou na compra de títulos com vencimento em 2050 e taxas próximas ao IPCA + 7% ao ano.

No início do 2º semestre, após a verificação de nova janela de oportunidade, dessa vez no mercado de ações, a área de investimentos realizou venda de ações e quotas de fundos de investimento de renda variável, quando o índice Bovespa (Ibovespa) atingiu a maior pontuação de 2014 (aproximadamente 60.000 pontos). Após esse período, a bolsa de valores passou por sucessivos meses de desvalorização.

Além disso, foi iniciado o Fundo de Investimento no Exterior, no final do mês de agosto. Esse tipo de investimento realiza compra de ações listadas em bolsas de valores internacionais,

principalmente nos Estados Unidos e na Europa. O investimento se provou satisfatório, uma vez que, até o final de dezembro, o retorno já havia alcançado 15%, enquanto a bolsa brasileira apresentou queda de 19% no mesmo período.

Todas as realizações acima descritas estão em consonância com os Estudos de Gestão de Ativos e Passivos, Políticas de Investimentos e Planejamento Financeiro dos Planos e Programas geridos pelo Economus, e aprovados pelo Conselho Deliberativo.

Cenário Econômico Internacional

O ano apresentou diversos eventos macroeconômicos nos mercados internacionais, dentre os quais podem ser citados: evolução da economia norte-americana e posicionamento do Federal Reserve (FED), o Banco Central dos Estados Unidos, com relação à possível elevação da taxa de juros; conflitos geopolíticos entre Rússia e Ucrânia; enfraquecimento da economia da Zona do Euro; e desvalorização de commodities, em especial dos insumos metálicos e do petróleo, devido aos sinais de desaceleração da economia chinesa e do excesso de oferta de petróleo dos países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

Nos Estados Unidos, economia com maior relevância global, houve evolução no ambiente econômico, devido à geração de empregos maior do que o esperado, aumento do poder de consumo da população e inflação de 1,3% no ano, com tendência de aceleração para patamares próximos à meta do Banco Central (FED). Este cenário proporcionou registrar valorização do dólar frente à cesta de moedas de outros países, como o real, e sinalizaram possível incremento na taxa de juros básica norte-americana em 2015. Na renda variável dos EUA, o índice S&P 500, um dos mais representativos da bolsa de valores do país, encerrou o ano em patamar próximo à sua máxima histórica, aos 2.058 pontos, com variação de aproximadamente 11% no ano de 2014.

A Zona do Euro reportou atividade fragilizada e deflação de -0,2% no ano de 2014, mesmo em um ambiente de taxas de juros próximas a zero, e com a maioria dos seus governos com alto endividamento – próximo a 100% do seu respectivo Produto Interno Bruto (PIB). No âmbito político, destaque para as tensões entre Rússia e Ucrânia e desdobramentos econômicos para os dois países, além das eleições gregas.

A economia chinesa mostrou sinais de desaceleração, sendo que o destaque foi o mercado imobiliário, que apresentou sinais de crescimento em níveis menos robustos do que os reportados

nos últimos anos. O Governo chinês indicou adotar medidas para estimular sua economia a crescer com estabilidade, em torno de 7% ao ano, nos próximos anos. Logo, o país asiático ainda tende a continuar como um dos maiores consumidores de commodities e maior destino das exportações de diversas economias globais.

Cenário Econômico Brasileiro

No Brasil, um dos maiores destaques no ano de 2014 foi a eleição presidencial que elevou o grau de volatilidade para os investimentos em capital financeiro e bens de capital, bem como reavaliação das perspectivas para o futuro da economia brasileira. As pesquisas eleitorais e o posterior resultado da eleição resultaram em oscilações significativas nos preços dos ativos financeiros, principalmente naqueles com maior grau de risco de mercado.

Diante da conjuntura econômica, o desafio foi reequilibrar a política fiscal e controlar a inflação oficial, cuja apuração encerrou 2014 em 6,41%, com relevante disseminação entre os produtos e serviços mensurados. Como exemplo da alta inflação entre os produtos e serviços que compõem o IPCA, podem ser citados o grupo Alimentação e Bebidas, com aumento de 8,03% no ano; e o grupo Habitação, com 8,8% no ano. Tais variáveis contribuíram para o baixo crescimento

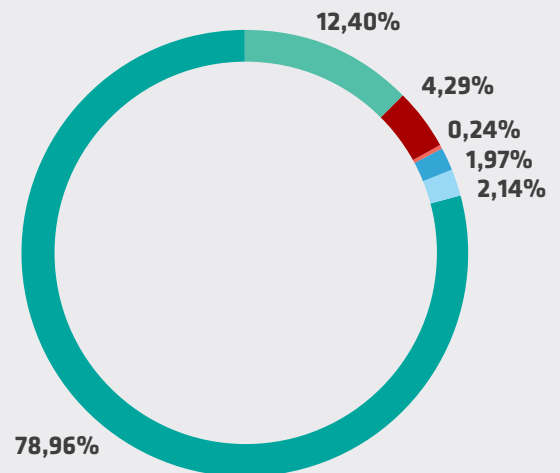
econômico brasileiro registrado no ano de 2014, com variação estimada do PIB de 0,15% no ano, acompanhados de perda de competitividade do país no âmbito internacional e queda no preço das commodities, em especial o petróleo e minério de ferro.

A continuidade do ciclo de elevação da taxa básica de juros, a SELIC, que iniciou o ano em 10,50% e finalizou no patamar de 11,75%, visando o controle da inflação, conforme citado anteriormente, foi destaque no segmento de renda fixa. Como exemplo de índice representativo da renda fixa brasileira, pode ser citado o IMA-B, que mensura o desempenho de uma cesta de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional atrelados à inflação e acrescidos de juros prefixados (NTN-B), negociados a mercado. O referido índice registrou rentabilidade de 14,54% no ano. O IRF-M, índice que também mensura o desempenho de uma cesta de títulos de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional e negociados em mercado (LTN e NTN-F), mas com rentabilidade pactuada em uma taxa prefixada, registrou variação positiva de 11,40% no ano de 2014.

Com a piora do cenário econômico interno e a elevada volatilidade, a bolsa de valores brasileira, apresentou queda de -2,78% para o IBRX e de -2,91% para o Ibovespa, principais índices nacionais.

1. Distribuição do Patrimônio Consolidado - Previdencial

No ano de 2014, o total dos investimentos apresentou evolução nominal de 6,14% quando comparado com a posição dos investimentos do mês de dezembro do exercício anterior, que registrou o montante de R\$ 4.437,6 milhões.



Valores em R\$

Modalidades de Investimentos	Consolidado			
	%	Posição em 31/12/2013	%	Posição em 31/12/2014
Renda fixa	77,15%	3.423.429.372,92	78,96%	3.718.607.282,10
Fundos de investimento - renda fixa	15,02%	666.520.265,52	16,71%	787.088.692,69
Títulos públicos	56,65%	2.513.853.227,94	56,46%	2.659.017.969,15
Títulos privados	5,48%	243.055.879,46	5,79%	272.500.620,26
Renda variável	15,37%	682.290.630,03	12,40%	583.787.072,55
Ações em mercado - carteira própria	2,10%	93.297.891,81	1,34%	63.056.100,82
Ações em mercado - fundos de ações	13,27%	588.992.738,22	11,06%	520.730.971,73
Investimentos estruturados	4,02%	178.247.780,69	4,29%	202.487.997,76
Fundos de investimento - multimercados	0,97%	42.991.889,50	0,10%	4.789.411,08
Fundos de investimento - participações	2,03	90.109.148,42	3,09%	145.693.874,44
Fundos de investimento - imobiliários	1,02%	45.146.742,77	1,10%	52.004.712,24
Investimento no exterior	0,00%	-	0,24%	11.457.378,92
Fundos de investimnto - exterior	0,00%	-	0,24%	11.457.378,92
Segmento imobiliário	1,39%	61.757.833,54	1,97%	92.617.284,06
Imóveis - aluguel e renda	1,39%	61.757.833,54	1,97%	92.617.284,06
Segmento de empréstimos	2,07%	91.868.674,21	2,14%	100.896.929,24
Empréstimos à participantes	2,07%	91.868.674,21	2,14%	100.896.929,24
Total dos investimentos	100%	4.437.594.291,39	100%	4.709.853.944,63

Variação nominal no período: 6,14%

Outros Recursos

Posição em 31/12/2013

Posição em 31/12/2014

Proventos ações (a receber)	199.017,98	258.842,10
Proventos aluguéis (a receber)	389.750,14	337.177,33
Depósitos judiciais/recursais	5.475.155,08	5.501.384,75
Outros realizáveis	3.206.719,70	3.179.706,13
Total geral	4.446.864.934,29	4.719.131.054,94

2. Resumo do Demonstrativo dos Investimentos - Previdencial

Nas tabelas comparativas de alocações abaixo, temos a distribuição dos investimentos por segmento e classe de ativos das carteiras distribuídas ao final de 2013 e 2014

I. Comparativo de Alocações - Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B)

Valores em R\$

Modalidades de Investimentos	Regulamento Complementar nº 1			
	%	Posição em 31/12/2013	%	Posição em 31/12/2014
Renda fixa	96,64%	13.863.796,29	100,00%	16.245.576,30
Fundos de investimento - renda fixa	25,59%	3.671.266,43	27,99%	4.546.647,77
Títulos públicos	59,51%	8.536.120,81	60,45%	9.820.343,94
Títulos privados	11,55%	1.656.409,05	11,56%	1.878.584,59
Renda variável	3,36%	481.411,55	0,00%	-
Ações em mercado - fundos de ações	3,36%	481.411,55	0,00%	-
Total dos investimentos	100%	14.345.207,84	100%	16.245.576,30

Variação nominal no período: 13,25%

II. Comparativo de Alocações - Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A)

Valores em R\$

Modalidades de Investimentos	Regulamento Complementar nº 2			
	%	Posição em 31/12/2013	%	Posição em 31/12/2014
Renda fixa	96,88%	16.818.211,53	100,00%	19.123.656,44
Fundos de investimento - renda fixa	38,40%	6.666.927,63	30,08%	5.751.486,35
Títulos públicos	49,66%	8.621.046,24	60,85%	11.636.809,21
Títulos privados	8,81%	1.530.237,66	9,07%	1.735.360,88
Renda variável	3,12%	541.587,99	0,00%	-
Ações em mercado - fundos de ações	3,12%	541.587,99	0,00%	-
Total de investimentos	100%	17.359.799,52	100%	19.123.656,44

Variação nominal no período: 10,16%

III. Comparativo de Alocações – Regulamento Geral (Grupo C)

Valores em R\$

Modalidades de Investimentos	Regulamento Geral			
	%	Posição em 31/12/2013	%	Posição em 31/12/2014
Renda fixa	73,81%	2.616.499.303,52	75,32%	2.728.144.056,86
Fundos de investimento - renda fixa	3,11%	110.104.326,37	3,57%	129.253.558,35
Títulos públicos	66,97%	2.374.219.954,64	68,02%	2.463.803.180,33
Títulos privados	3,73%	132.175.022,51	3,73%	135.087.318,18
Renda variável	17,74%	629.106.803,31	14,64%	530.448.487,98
Ações em mercado - carteira própria	2,63%	93.297.891,81	1,74%	63.056.100,82
Ações em mercado - fundos de ações	15,11%	535.808.911,50	12,90%	467.392.387,16
Investimentos estruturados	5,00%	177.418.289,57	5,54%	200.638.770,67
Fundos de investimento - multimercados	1,21%	42.991.889,50	0,13%	4.789.411,08
Fundos de investimento - participações	2,52%	89.279.657,30	3,97%	143.844.647,35
Fundos de investimento - imobiliários	1,27%	45.146.742,77	1,44%	52.004.712,24
Investimento no exterior	0,00%	-	0,32%	11.457.378,92
Fundos de investimentos - exterior	0,00%	-	0,32%	11.457.378,92
Segmento imobiliário	1,74%	61.757.833,54	2,56%	92.617.284,06
Imóveis - aluguel e renda	1,74%	61.757.833,54	2,56%	92.617.284,06
Segmento de empréstimos	1,70%	60.269.607,97	1,62%	58.822.714,40
Empréstimos à participantes	1,70%	60.269.607,97	1,62%	58.822.714,40
Total dos investimentos	100%	3.545.051.837,91	100%	3.622.128.692,89

Variação nominal no período: 2,17%

Outros Recursos	Posição em 31/12/2013	Posição em 31/12/2014
Proventos ações (a receber)	199.017,98	258.842,10
Proventos aluguéis (a receber)	389.750,14	337.177,33
Depósitos judiciais/recursais	5.475.155,08	5.501.384,75
Outros realizáveis	2.314.222,37	2.476.682,89
Total geral	3.553.429.983,48	3.630.702.779,96

Obs.: Valor de Imóveis – Aluguel e Renda não está considerando receitas futuras das locações.

IV. Comparativo de Alocações – PrevMais

Valores em R\$

Modalidades de Investimentos	PrevMais			
	%	Posição em 31/12/2013	%	Posição em 31/12/2014
Renda fixa	89,95%	756.819.518,67	90,34%	909.572.578,88
Fundos de investimento - renda fixa	62,84%	528.718.034,95	60,54%	609.523.369,03
Títulos públicos	14,56%	122.476.106,25	16,74%	168.560.333,96
Títulos privados	12,55%	105.625.377,47	13,06%	131.488.875,89
Renda variável	6,20%	52.160.827,18	5,30%	53.338.584,57
Ações em mercado - fundos de ações	6,20%	52.160.827,18	5,30%	53.338.584,57
Investimentos estruturados	0,10%	829.491,12	0,18%	1.849.227,09
Fundos de investimento - participações	0,10%	829.491,12	0,18%	1.849.227,09
Segmento de empréstimos	3,76%	31.599.066,24	4,18%	42.074.214,84
Empréstimos à participantes	3,76%	31.599.066,24	4,18%	42.074.214,84
Total dos investimentos	100%	841.408.903,21	100%	1.006.834.605,38

Variação nominal no período: 19,66%

V. Comparativo de Alocações – Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Valores em R\$

Modalidades de Investimentos	PGA – Plano de Gestão Administrativa			
	%	Posição em 31/12/2013	%	Posição em 31/12/2014
Renda fixa	100,00%	19.428.542,91	100,00%	45.521.413,62
Fundos de investimento - renda fixa	89,35%	17.359.710,14	83,51%	38.013.631,19
Títulos públicos	0,00%	-	11,42%	5.197.301,71
Títulos privados	10,65%	2.068.832,77	5,08%	2.310.480,72
Total dos investimentos	100%	19.428.542,91	100%	45.521.413,62

Variação nominal no período: 134,30%

Modalidades de Investimentos	Valores em R\$	
	Posição em 31/12/2013	Posição em 31/12/2014
Outros Realizáveis	892.497,33	703.023,24
Total geral	20.321.040,24	46.224.436,86

3. Distribuição do Patrimônio Consolidado – Assistencial

Valores em R\$

Modalidades de Investimentos	Consolidado			
	%	Posição em 31/12/2013	%	Posição em 31/12/2014
Renda fixa	73,79%	241.979.292,72	77,31%	235.125.267,32
Fundos de investimento - renda fixa	28,27%	92.693.055,43	11,88%	36.119.466,74
Títulos públicos	22,55%	73.955.384,86	41,81%	127.165.744,37
Títulos privados	22,97%	75.330.852,43	23,62%	71.840.056,21
Renda variável	18,01%	59.055.238,33	15,67%	47.647.793,68
Ações em mercado - fundos de ações	18,01%	59.055.238,33	15,67%	47.647.793,68
Investimentos estruturados	8,20%	26.873.842,76	7,02%	21.348.894,95
Fundos de investimento - multimercados	3,37%	11.037.911,33	0,00%	-
Fundos de investimento - participações	4,83%	15.835.931,43	7,02%	21.348.894,95
Total dos investimentos	100%	327.908.373,81	100%	304.121.955,95

Variação nominal no período: -7,25%

4. Resumo dos Demonstrativos de Investimentos – Assistencial

I. Comparativo de Alocações – Fundo Assistencial – FEAS

Valores em R\$

Modalidades de Investimentos	FEAS			
	%	Posição em 31/12/2013	%	Posição em 31/12/2014
Renda fixa	73,33%	236.277.996,36	76,80%	228.433.797,91
Fundos de investimento - renda fixa	27,00%	86.991.759,07	10,69%	31.781.492,45
Títulos públicos	22,95%	73.955.384,86	41,96%	124.812.249,25
Títulos privados	23,38%	75.330.852,43	24,15%	71.840.056,21
Renda variável	18,33%	59.055.238,33	16,02%	47.647.793,68
Ações em mercado - fundos de ações	18,33%	59.055.238,33	16,02%	47.647.793,68
Investimentos estruturados	8,34%	26.873.842,76	7,18%	21.348.894,95
Fundos de investimento - multimercados	3,43%	11.037.911,33	0,00%	-
Fundos de investimento - participações	4,91%	15.835.931,43	7,18%	21.348.894,95
Total dos investimentos	100%	322.207.077,45	100%	297.430.486,54

Variação nominal no período: -7,69%

II. Comparativo de Alocações – Economus Família

Valores em R\$

Modalidades de Investimentos	Economus Família			
	%	Posição em 31/12/2013	%	Posição em 31/12/2014
Renda fixa	-	-	100,00%	5.570.523,06
Fundos de investimento - renda fixa	-	-	57,75%	3.217.027,94
Títulos públicos	-	-	42,25%	2.353.495,12
Total dos investimentos	-	-	100%	5.570.523,06

Obs.: Carteira com início em 30/07/2014

III. Comparativo de Alocações – Administrativo Assistencial

Valores em R\$

Modalidades de Investimentos	Administrativo Assistencial			
	%	Posição em 31/12/2013	%	Posição em 31/12/2014
Renda fixa	100,00%	4.400.808,61	100,00%	1.120.946,35
Fundos de investimento - renda fixa	100,00%	4.400.808,61	100,00%	1.120.946,35
Total dos investimentos	100%	4.400.808,61	100%	1.120.946,35

Variação nominal no período: -74,53%

IV. Comparativo de Alocações – Autossustentável

Valores em R\$

Modalidades de Investimentos	Autossustentável			
	%	Posição em 31/12/2013	%	Posição em 31/12/2014
Renda fixa	100,00%	1.300.487,75	0,00%	-
Fundos de investimento - renda fixa	100,00%	1.300.487,75	0,00%	-
Total dos investimentos	100%	1.300.487,75	0,00%	-

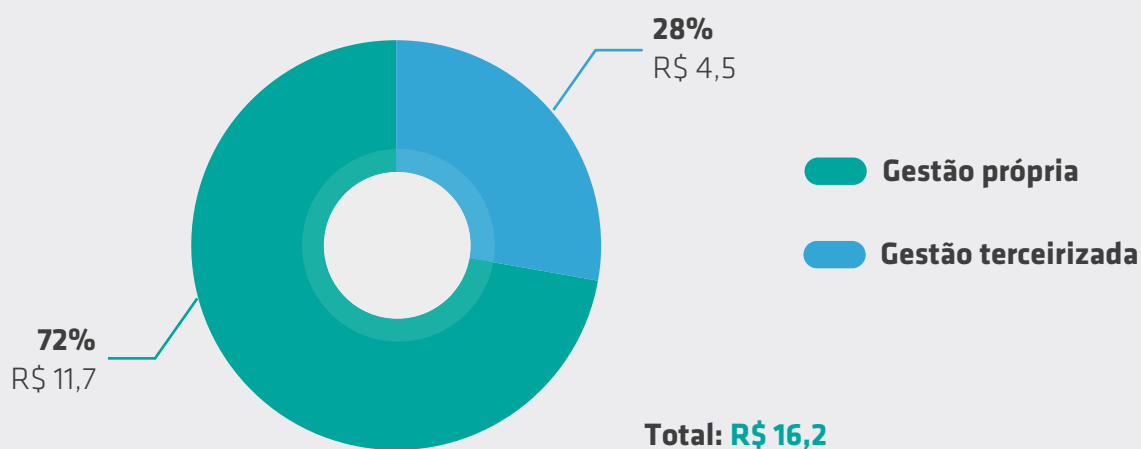
Obs.: Carteira encerrada em 19/09/2014

5. Montante dos Investimentos com Gestão Própria e Terceirizada

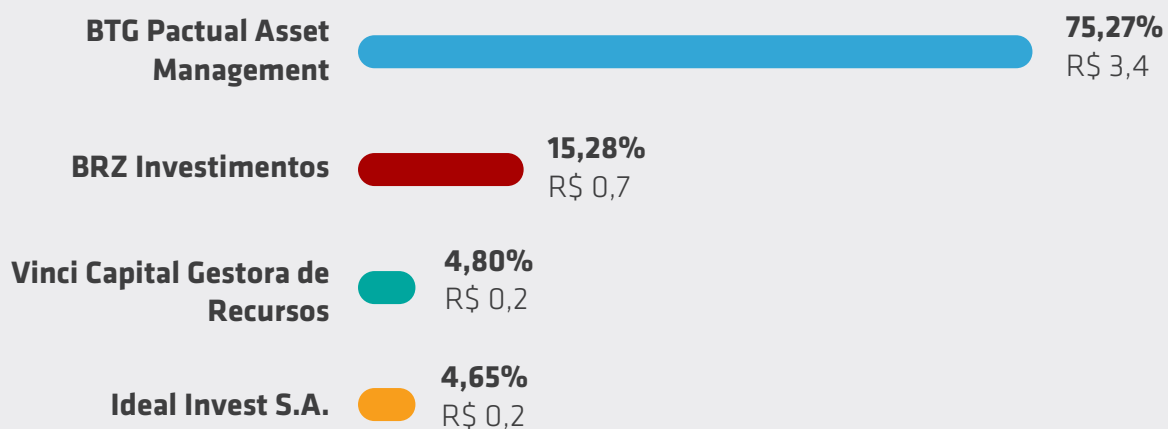
A apresentação dos investimentos neste item está segregada entre Gestão Própria (carteira proprietária) e Gestão Terceirizada (gestores contratados). O Economus busca minimizar os riscos de concentração operacional por meio de uma política de diversificação, com um modelo desenvolvido internamente, para a abertura de limite técnico para instituições financeiras e para gestoras de recursos independentes, previsto em normas internas.

Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B)

Total dos Recursos (em milhões)

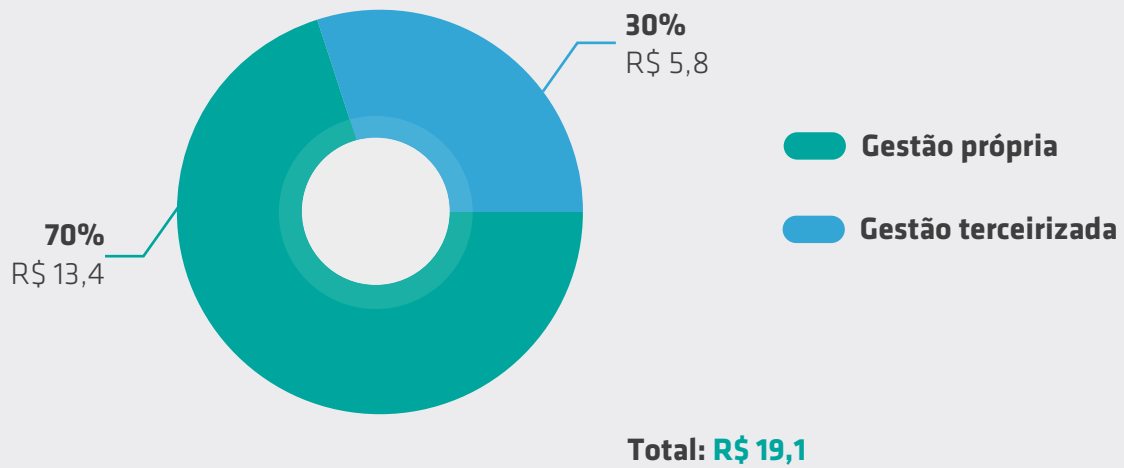


Recursos da Gestão Terceirizada (em milhões)

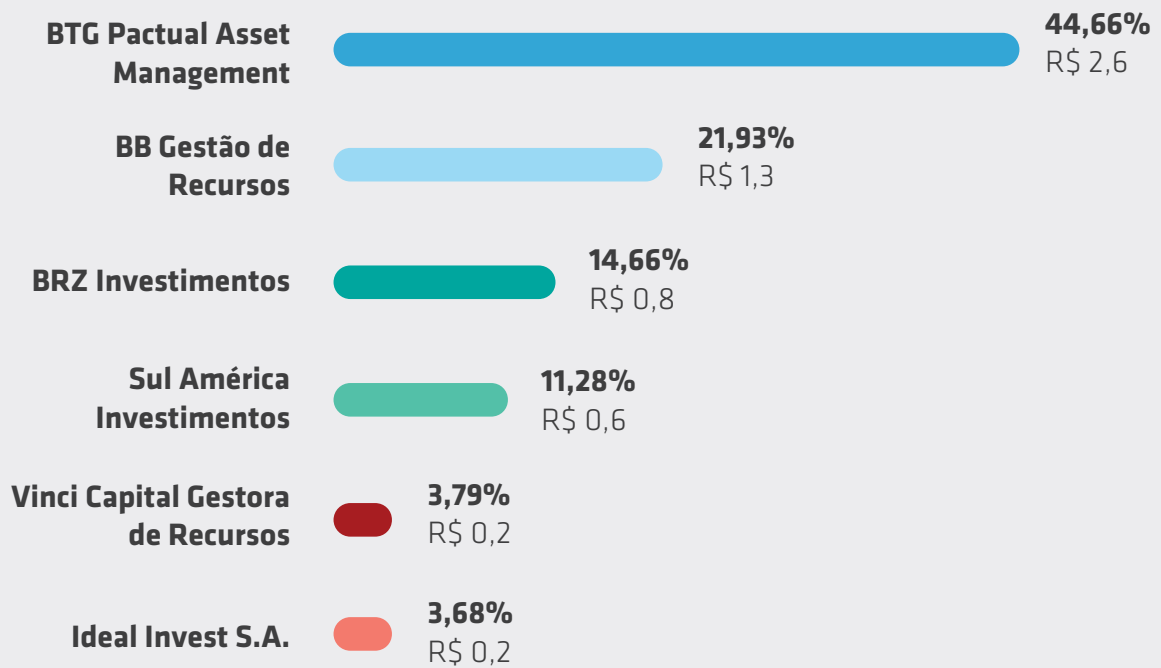


Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A)

Total dos Recursos (em milhões)

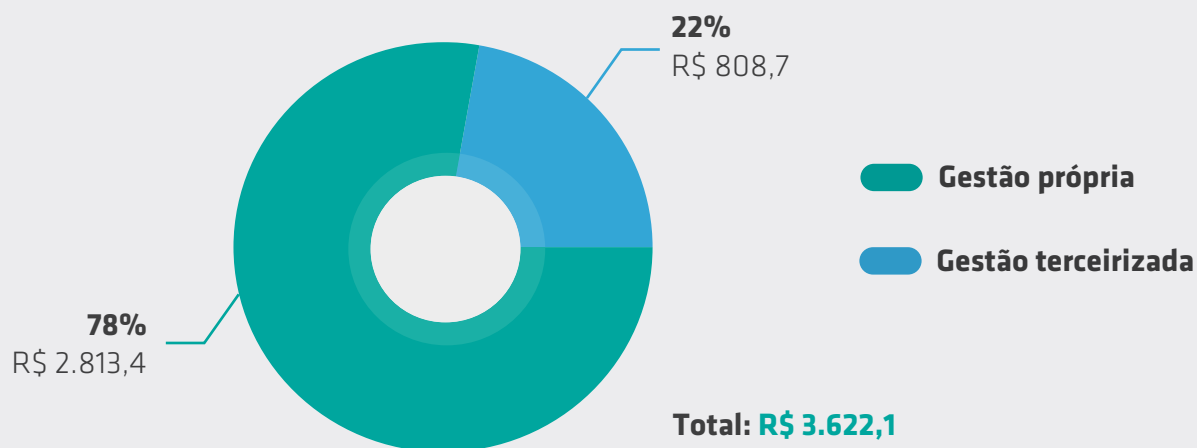


Recursos da Gestão Terceirizada (em milhões)

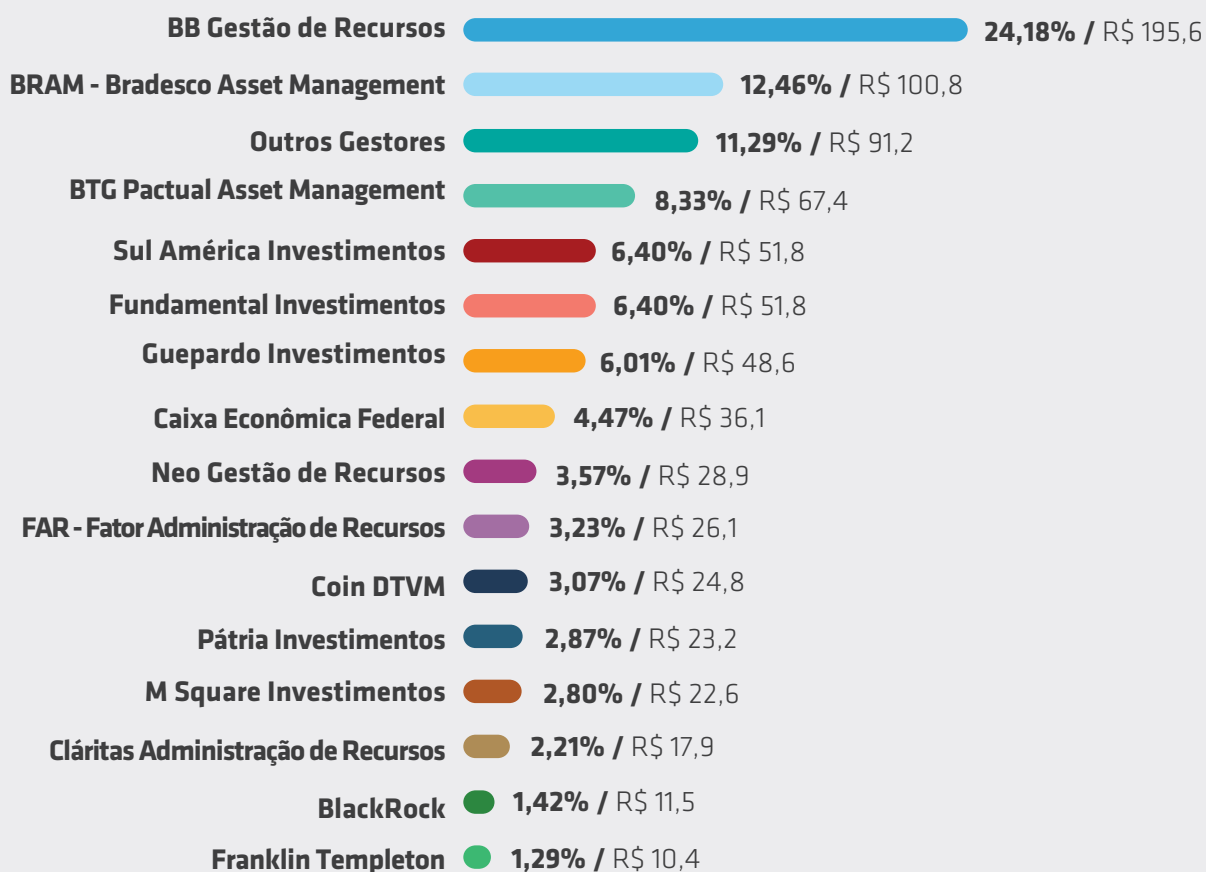


Regulamento Geral (Grupo C)

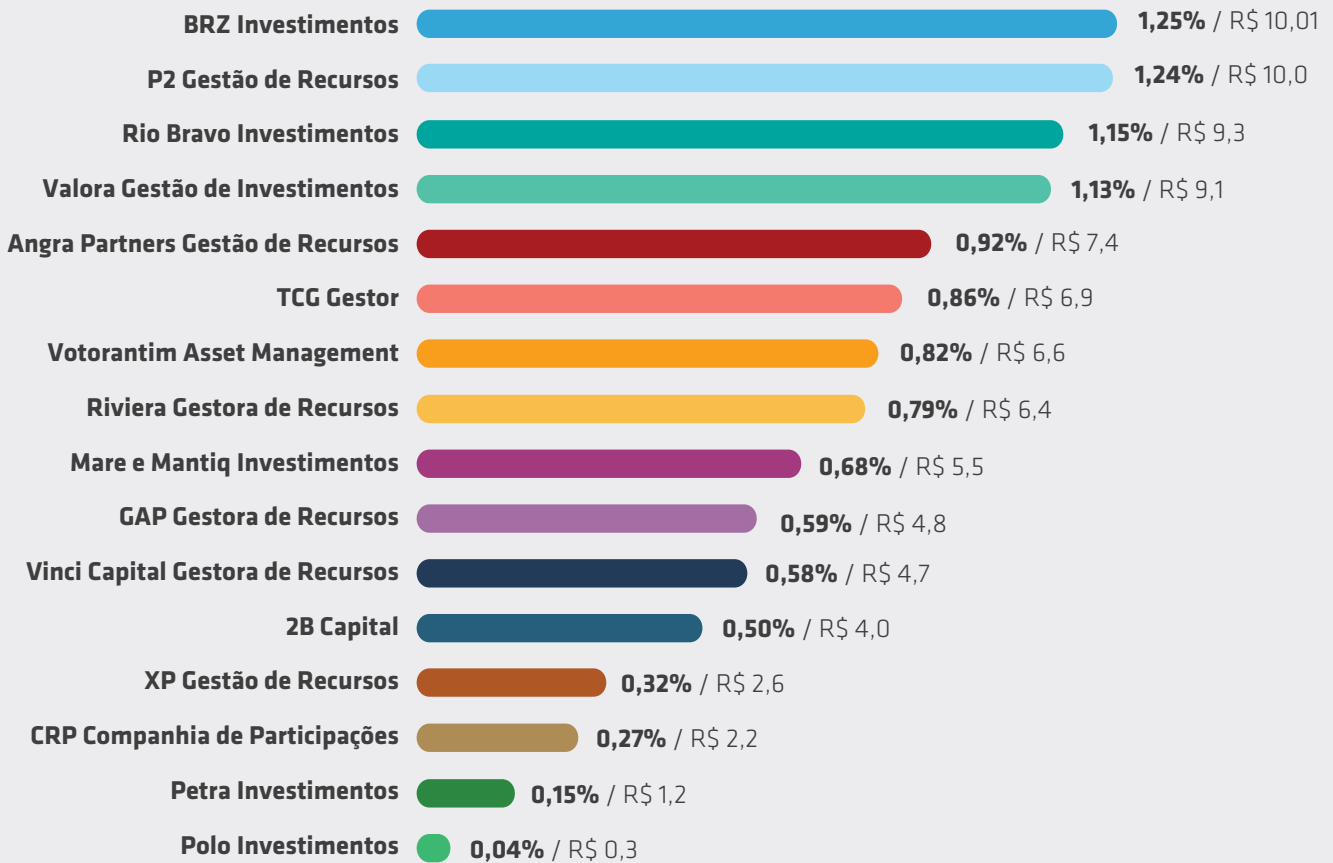
Total dos Recursos (em milhões)



Recursos da Gestão Terceirizada (em milhões)

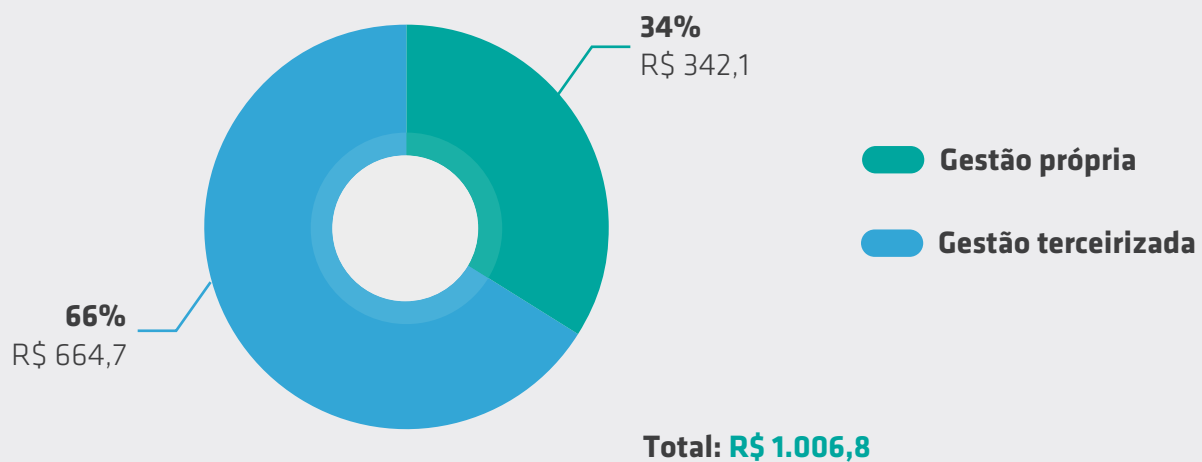


Outros Gestores (em milhões)

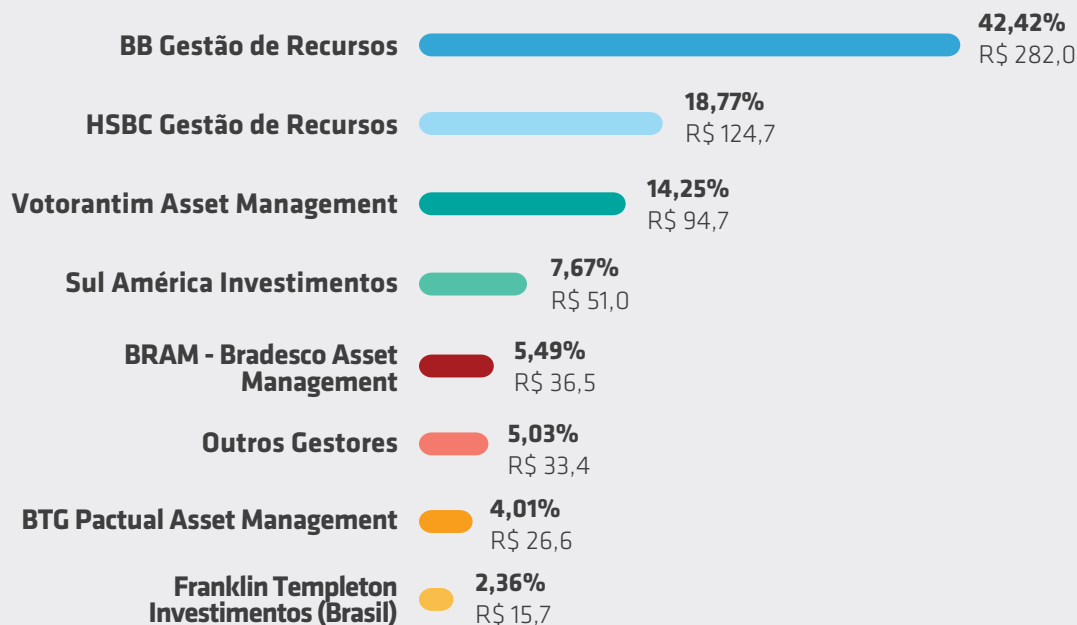


PrevMais

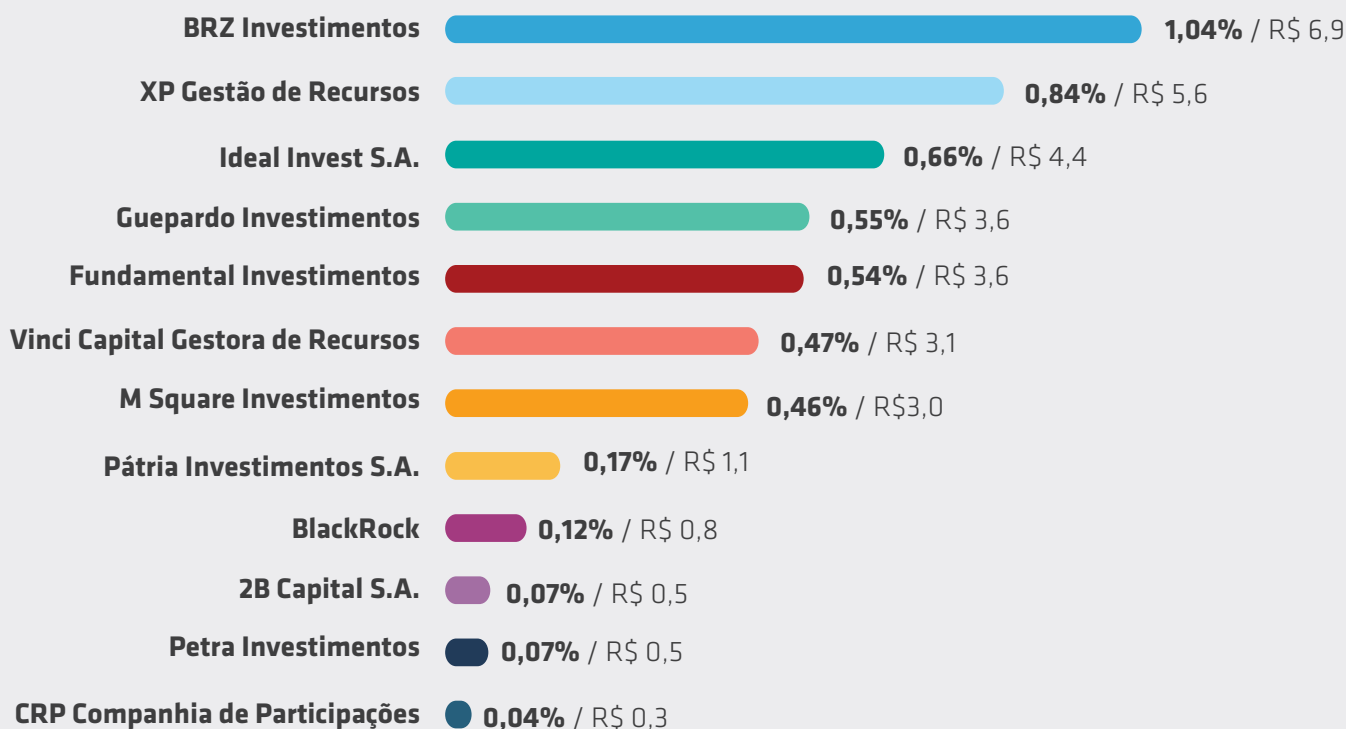
Total dos Recursos (em milhões)



Recursos da Gestão Terceirizada (em milhões)

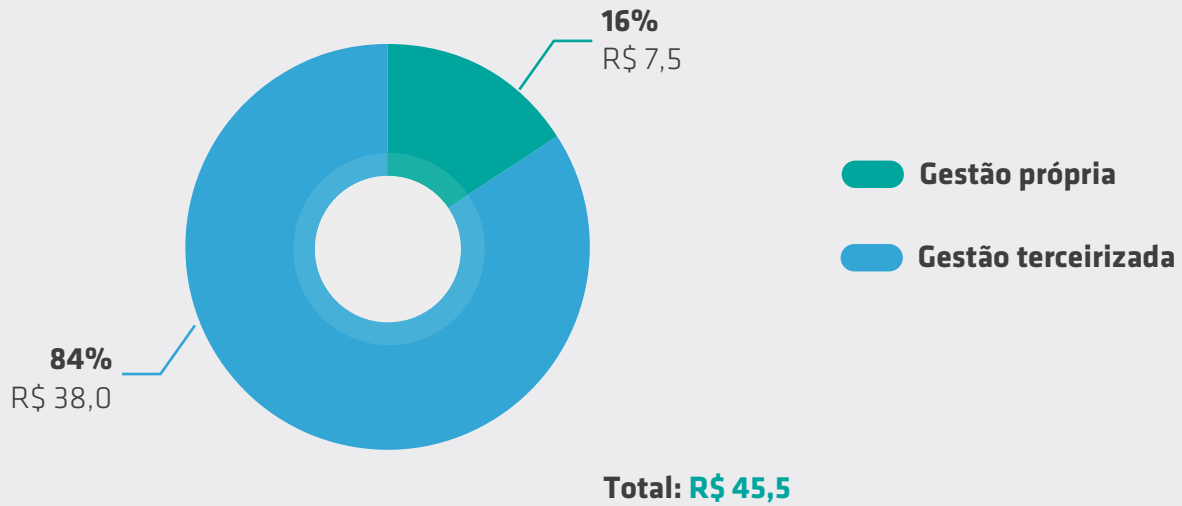


Outros Gestores (em milhões)

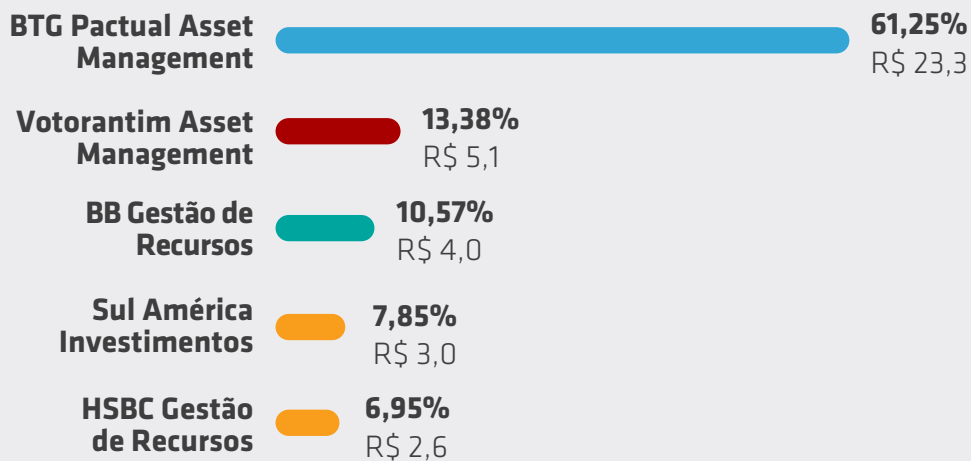


Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Total dos Recursos (em milhões)

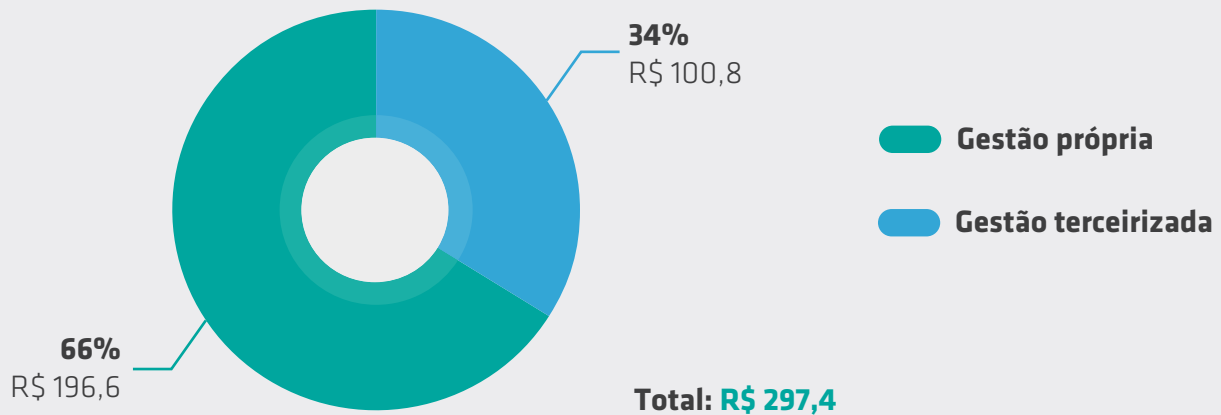


Recursos da Gestão Terceirizada (em milhões)

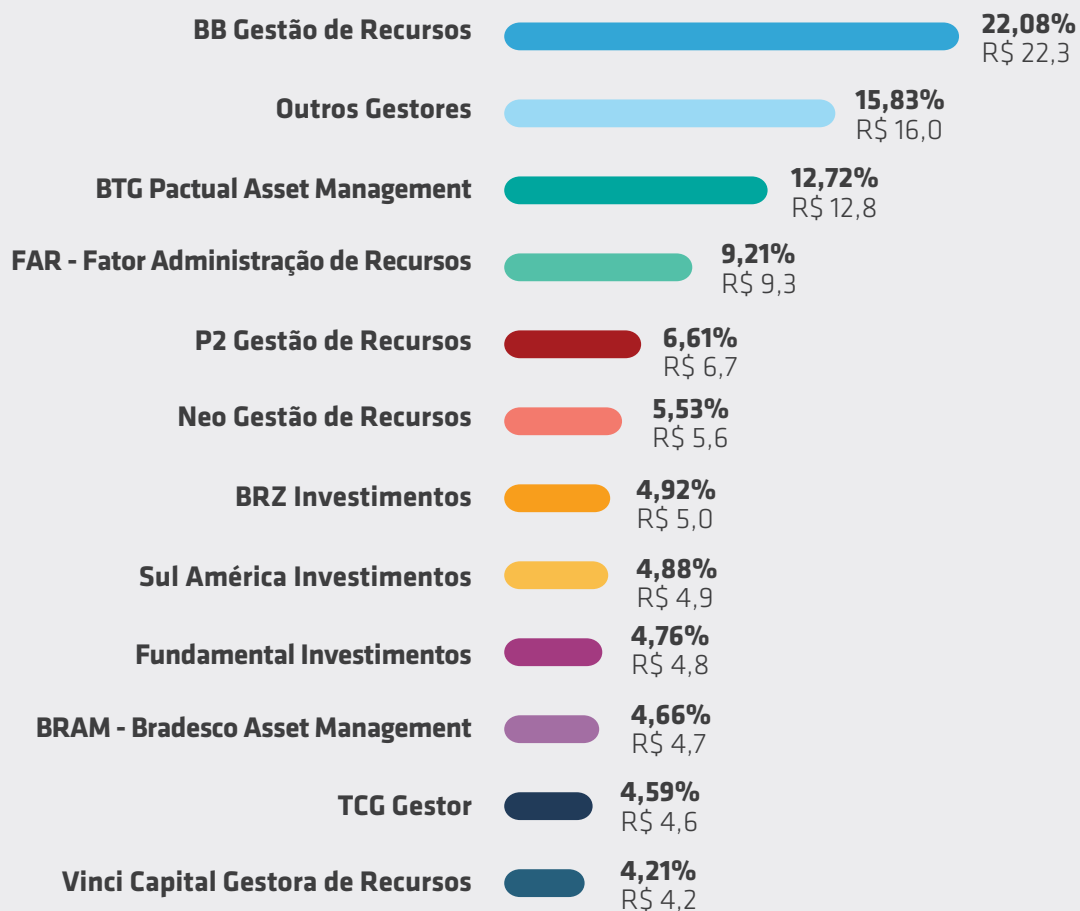


FEAS – Programa Assistencial

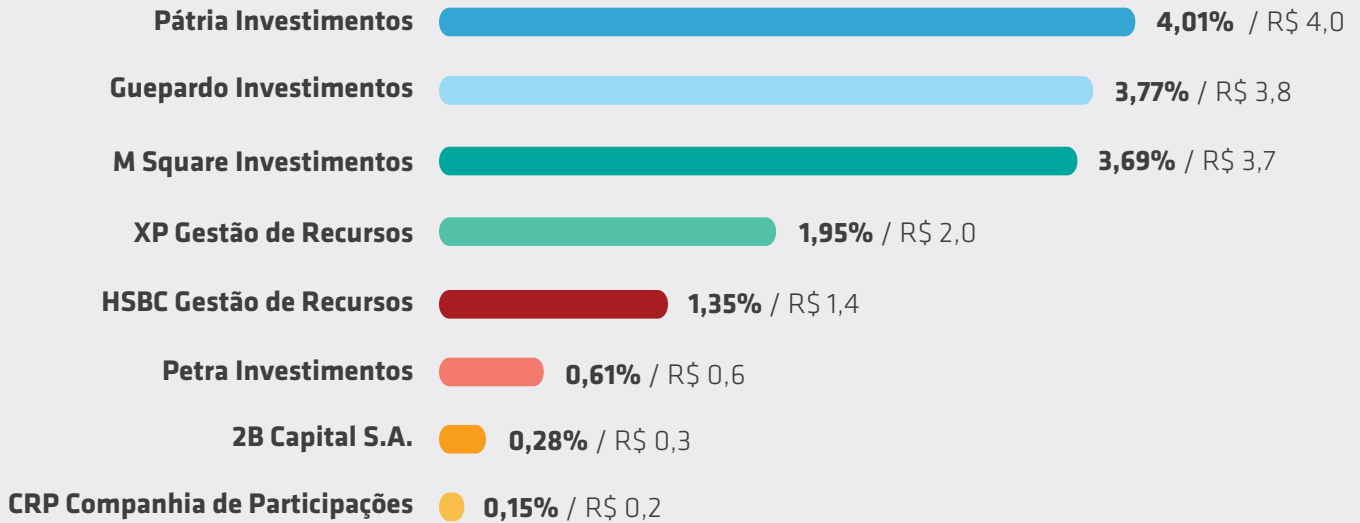
Total dos Recursos (em milhões)



Recursos da Gestão Terceirizada (em milhões)

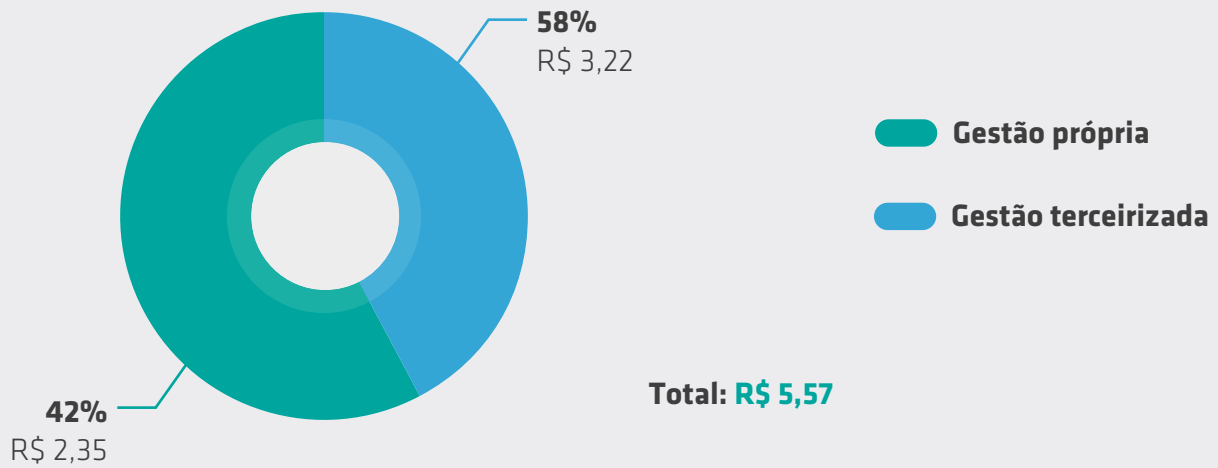


Outros Gestores (em milhões)



Economus Família

Total dos Investimentos (em milhões)



Recursos da Gestão Terceirizada (em milhões)



Todos os investimentos do Administrativo Assistencial concentram-se no gestor BTG Pactual, por meio de um fundo de renda fixa (gestão terceirizada).

6. Enquadramento dos Investimentos

O Economus utiliza o serviço de consultoria, que apresenta mensalmente relatórios sobre o enquadramento dos investimentos, para avaliar a aderência das aplicações financeiras realizadas ao longo de 2014 dos planos de benefícios, PGA e FEAS às regras estabelecidas nas Políticas de Investimentos e na Resolução 3.792/2009 do Conselho Monetário Nacional (CMN). As tabelas a seguir mostram, de forma resumida, que os investimentos dos planos sob a administração do Instituto estão em consonância com os limites atribuídos, tanto pela Política de Investimentos vigente à época, quanto pelos limites estabelecidos pela Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do CMN.

I. Enquadramento dos Investimentos – Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B)

Segmento	Patrimônio R\$/(Milhão)	Alocação Atual	Alocação Objetiva	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda fixa	16,25	100,00%	100,00%	65,00%	100,00%	100,00%
Renda Variável	-	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	70,00%
Empréstimos	-	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	15,00%
Total geral	16,25	100,00%				

II. Enquadramento dos Investimentos – Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A)

Segmento	Patrimônio R\$/(Milhão)	Alocação Atual	Alocação Objetiva	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda fixa	19,12	100,00%	100,00%	65,00%	100,00%	100,00%
Renda Variável	-	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	70,00%
Empréstimos	-	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	15,00%
Total geral	19,12	100,00%				

III. Enquadramento dos Investimentos -- Regulamento Geral (Grupo C)

Segmento	Patrimônio R\$/(Milhão)	Alocação Atual	Alocação Objetiva	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda fixa	2.728,14	75,32%	73,00%	51,00%	96,00%	100,00%
Renda variável	530,45	14,64%	15,00%	0,00%	30,00%	70,00%
Investimentos Estruturados	200,64	5,54%	7,50%	2,00%	10,00%	20,00%
Investimentos Exterior	11,46	0,32%	0,50%	0,00%	1,00%	10,00%
Imóveis	92,62	2,56%	2,00%	1,00%	4,00%	8,00%
Operações com participantes	58,82	1,62%	2,00%	1,00%	4,00%	15,00%
Total geral	3.622,13	100,00%				

IV. Enquadramento dos Investimentos – PrevMais

Segmento	Patrimônio R\$/(Milhão)	Alocação Atual	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda fixa	909,57	90,34%	87,10%	32,50%	100,00%	100,00%
Renda variável	53,34	5,30%	8,00%	0,00%	42,50%	70,00%
Investimentos Estruturados	1,85	0,18%	1,00%	0,00%	10,00%	20,00%
Operações com participantes	42,07	4,18%	4,00%	0,00%	15,00%	15,00%
Total geral	1.006,83	100,00%				

V. Enquadramento dos Investimentos – Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Segmento	Patrimônio R\$/(Milhão)	Alocação Atual	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda fixa	45,52	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Total geral	45,52	100,00%				

VI. Enquadramento dos Investimentos - Programa Assistencial FEAS

Segmento	Patrimônio R\$/(Milhão)	Alocação Atual	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior
Renda fixa	228,43	76,80%	81,17%	55,00%	100,00%
Renda variável	47,65	16,02%	7,28%	0,00%	30,00%
Investimentos estruturados	21,35	7,18%	11,55%	0,00%	15,00%
Total geral	297,43	100,00%			

No caso do Administrativo Assistencial e do Economus Família, a alocação dos recursos destina-se, exclusivamente, ao segmento de renda fixa.

7. Resultado dos investimentos

Os resultados demonstrados a seguir foram apurados utilizando a metodologia da Taxa Interna de Retorno (TIR). Também são apresentados os indicadores de desempenho estabelecidos nas respectivas Políticas de Investimentos dos Planos e Programas, que podem ser identificados nas tabelas a seguir.

I. Resultado – Consolidado

Segmento	Resultado	Principais indicadores	Varição
Renda fixa	13,03%	Selic	10,90%
Renda variável	-4,62%	CDI	10,81%
Investimentos estruturados	9,78%	IMA-B	14,54%
Investimentos exterior	15,20%	IGP-M	3,69%
Imóveis	27,66%	IPCA	6,41%
Empréstimos	16,30%	INPC	6,23%
Consolidado	10,50%	IBrX	-2,78%
		ibovespa	-2,91%

II. Resultado – Regulamento Complementar n^{os} 1 e 2 (Grupos B e A)

Segmento	Resultado	INPC + 4,30%aa	Segmento	Resultado	INPC + 4,30%aa
Renda fixa	11,87%	10,80%	Renda fixa	11,95%	10,80%
Regulamento Complementar n^o 1	11,67%		Regulamento Complementar n^o 2	11,76%	

III. Resultado dos Investimentos – Regulamento Geral (Grupo C)

Segmento	Resultado	INPC + 5,75%aa
Renda fixa	13,47%	12,34%
Renda variável	-4,58%	
Investimentos estruturados	10,22%	
Investimento exterior	15,20%	
Imóveis	27,66%	
Empréstimos	15,80%	
Regulamento geral	10,47%	

IV. Resultado dos Investimentos – PrevMais

Segmento	Resultado	(68% CDI) + (3% IBrX) + (29% (INPC + 5%a.a.))
Renda fixa	11,85%	
Renda variável	-5,33%	
Investimentos estruturados	3,45%	10,66%
Empréstimos	17,12%	
PrevMais	11,00%	

PrevMais Renda Programada

O quadro a seguir apresenta o resultados dos Perfis de Investimentos do Plano PrevMais no ano de 2014 e seus respectivos *benchmarks*.

Perfil	Resultado	Benchmark
Conservador ¹	11,91%	10,81%
Moderado ²	9,49%	8,77%
Agressivo ³	7,09%	6,73%
Super Agressivo ⁴	4,70%	4,69%

(1) Parâmetro de Comparação composto = 100% do CDI

(2) Parâmetro de Comparação composto = 85% do CDI e 15% do IBrX

(3) Parâmetro de Comparação composto = 70% do CDI e 30% do IBrX

(4) Parâmetro de Comparação composto = 55% do CDI e 45% do IBrX

PrevMais Benefício de Risco

Segmento	Resultado	INPC + 5,00% a.a.
Renda Fixa	12,33%	
Renda Variável	-6,68%	
Investimentos Estruturados	3,45%	11,54%
Benefício de Risco	10,21%	

V. Resultado – Fundo Assistencial – PGA

Segmento	Resultado	CDI
Renda Fixa	11,29%	10,81%
PGA	11,29%	

VI. Resultado – Fundo Assistencial – FEAS

Segmento	Resultado	CDI
Renda Fixa	12,80%	10,81%
Renda Variável	-4,26%	
Investimentos Estruturados	6,84%	
FEAS	9,09%	

VII. Resultado - Administrativo Assistencial

Segmento	Resultado	CDI
Renda Fixa	11,20%	10,81%
Administrativo Assistencial	11,20%	

VIII. Economus Família

Segmento	Resultado	CDI
Renda Fixa	4,73%	4,62%
Economus Família	4,73%	

Obs: Carteira com início em 30/07/2014

8. Custos com a Administração dos Recursos – Gestão Própria e Terceirizada

O mapeamento dos custos mencionado está demonstrado de forma gerencial e sintética por meio da apresentação dos gráficos relacionados a seguir, que identificam, por plano administrado pelo Economus, o total dos valores efetivamente pagos ao longo de 2014 aos prestadores de serviços contratados.

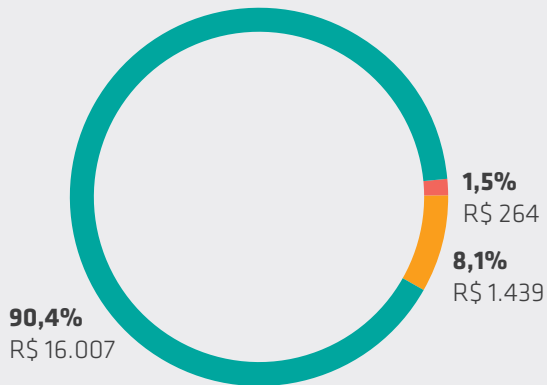
Os serviços prestados, que geram os custos identificados, visam oferecer, em grande parte, visam oferecer maior segurança aos ativos financeiros e são instrumentos

fundamentais para uma boa administração. Esses instrumentos proporcionam a mensuração dos riscos a que as aplicações estão expostas, para possibilitar a construção de estratégias mais seguras e consistentes, por intermédio de investimentos com características de longo prazo e baixa volatilidade.

Vale ressaltar que, no que concerne à gestão terceirizada, as cotas dos fundos de investimento são divulgadas líquidas de quaisquer custos e/ou encargos financeiros. Portanto, não há desembolso físico de recursos, já que são quitadas por meio da diminuição de rentabilidade desses veículos.

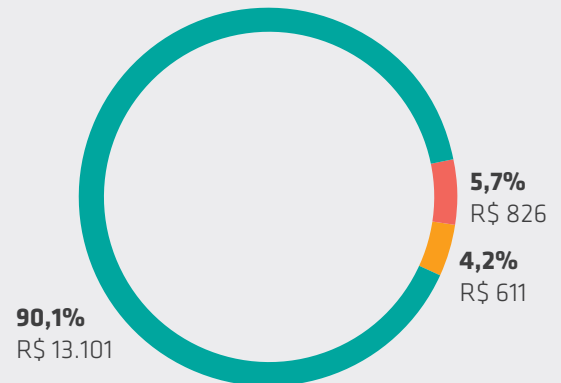
I. Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B)

Gestão Própria



- Custeio Administrativos
- Tarifas/Despesas Bancárias
- Custódia Qualificada

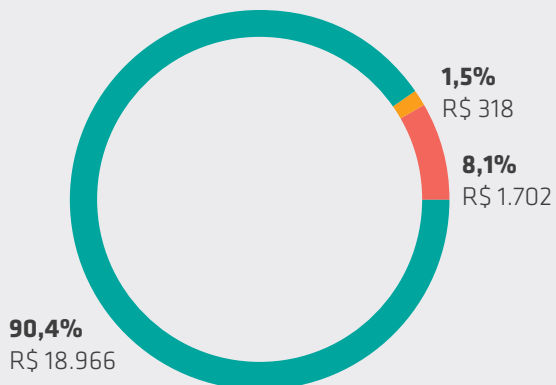
Gestão Terceirizada



- Taxa de Adm./Gestão
- Outras Despesas
- Taxa de Custódia

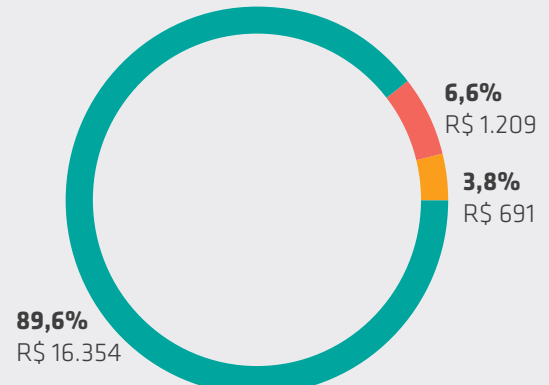
II. Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A)

Gestão Própria



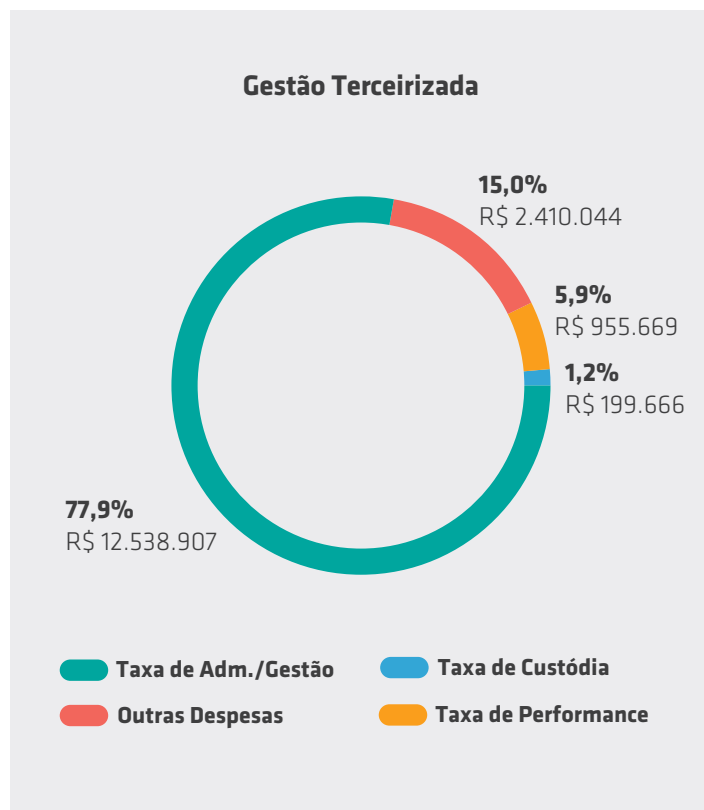
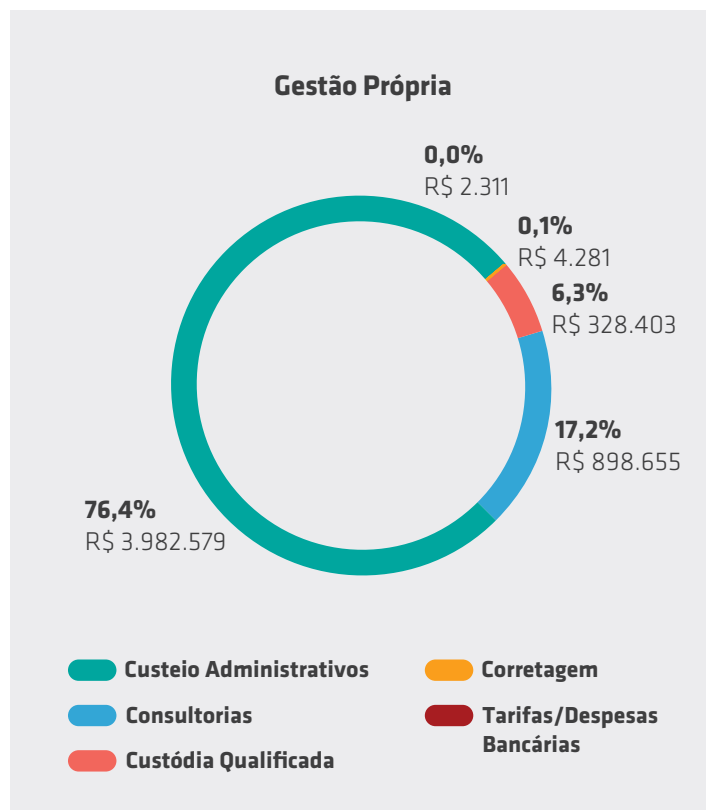
- Custeio Administrativos
- Custódia Qualificada
- Tarifas/Despesas Bancárias

Gestão Terceirizada

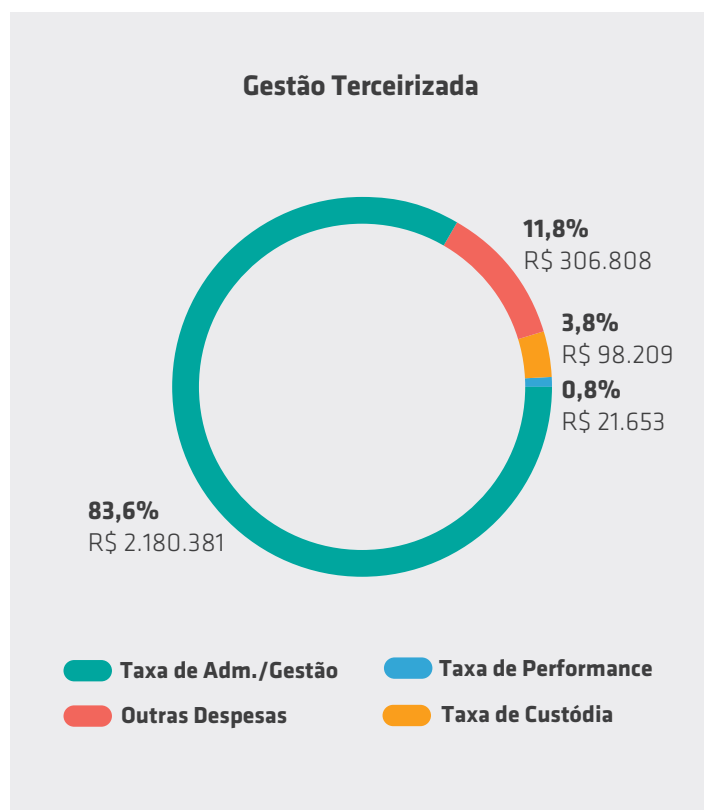
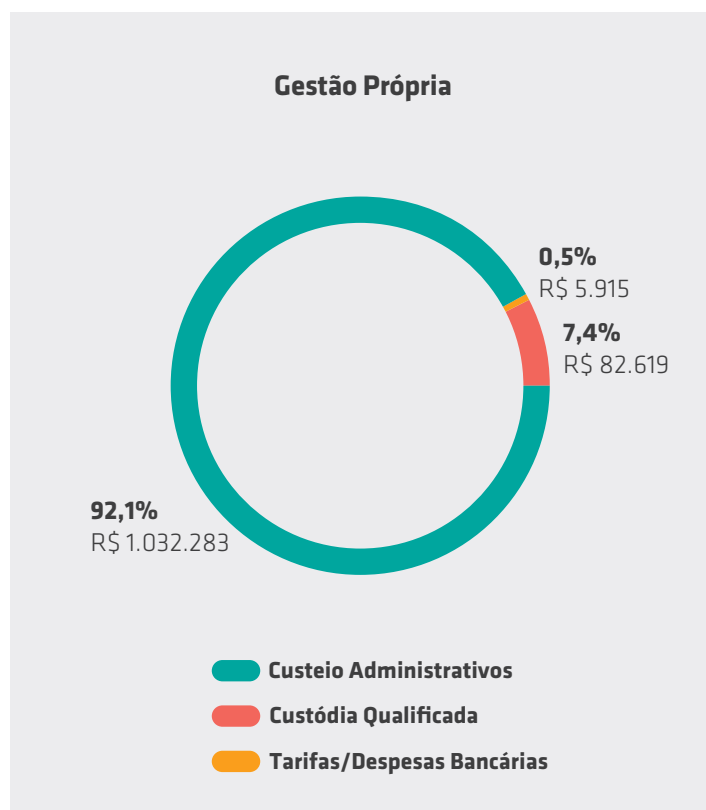


- Taxa de Adm./Gestão
- Outras Despesas
- Taxa de Custódia

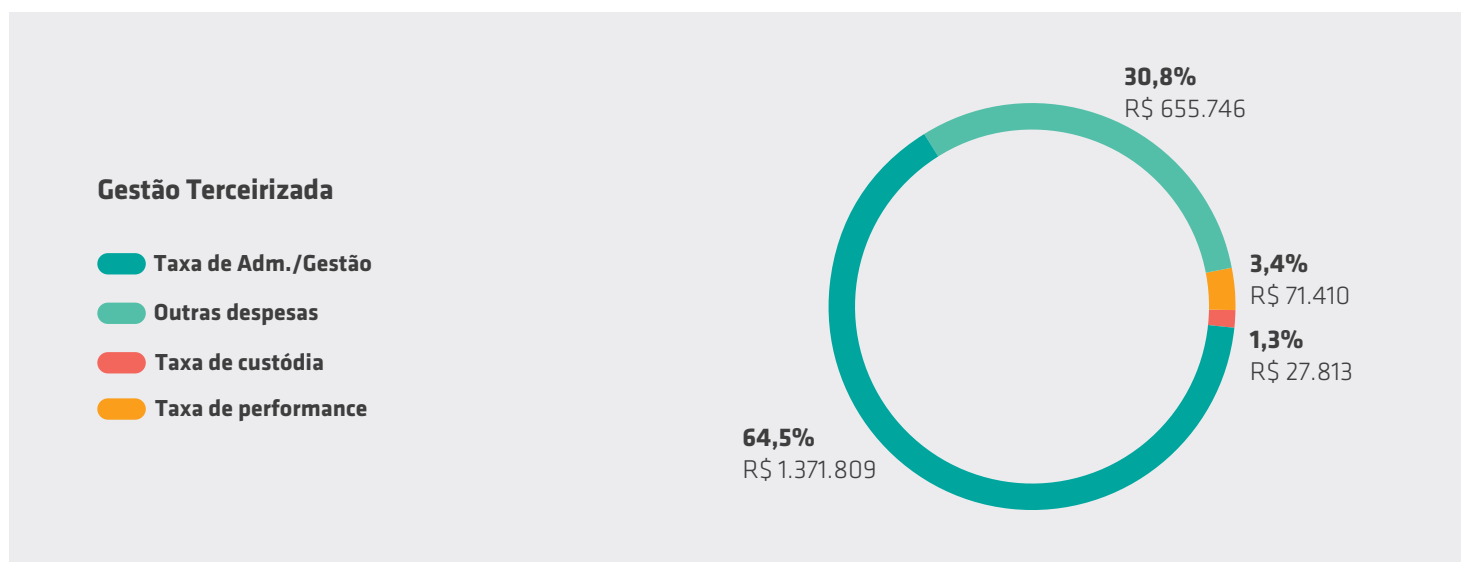
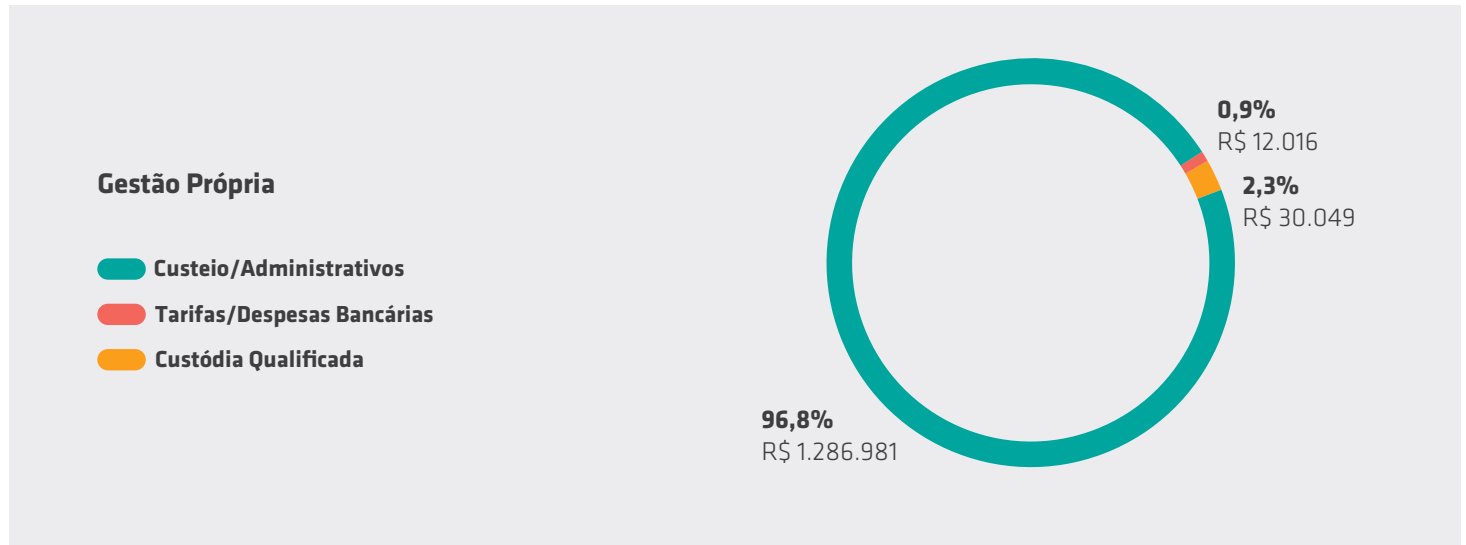
III. Regulamento Geral (Grupo C)



IV. PrevMais



V. FEAS



Os custos com administração de recursos do Economus Família e do Administrativo Assistencial somaram R\$ 91 mil e R\$ 57 mil, respectivamente.

9. Sumário Executivo das Políticas de Investimentos – 2015 / 2019

Em cumprimento ao disposto na legislação vigente, apresentamos o Resumo das Políticas de Investimentos, cuja premissa central é estabelecer diretrizes e procedimentos a serem observados pela administração do Economus na aplicação dos recursos vinculados aos Planos de Benefícios, Fundo Assistencial FEAS e Programa Administrativo, a fim de promover o equilíbrio econômico-financeiro entre os ativos e os respectivos passivos, além das demais obrigações.

Os planos elencados estão identificados pelo Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB) e Plano de Gestão Administrativa (PGA). Em 2014, esses planos foram registrados junto à Previc com os respectivos *benchmarks*, que são os indicadores de referência de desempenho adotados pelo Economus nas políticas de investimentos. O Fundo FEAS, devido às suas características, não é registrado na Previc, contudo, o Economus elabora Política de Investimentos para os recursos do FEAS e realiza o controle dos investimentos seguindo as melhores práticas de mercado.

Código/Nome	Planos de Benefícios/Programas	TMA/Indicador de Referência
CNPB 1978000138	Regulamento Geral - Plano C	INPC + 5,75% a.a.
CNPB 2006003429	PrevMais	Composto (68% CDI) + (3% Ibrx) + (29% (INPC + 5% a.a.))
	PrevMais - Perfil Conservador	100% do CDI
	PrevMais - Perfil Moderado	85% do CDI + 15% do IBrX
	PrevMais - Perfil Agressivo	70% do CDI + 30% do IBrX
	PrevMais - Perfil Super Agressivo	55% do CDI + 45% do IBrX
	PrevMais - Benefício de Risco	INPC + 5% a.a.
CNPB 1978000219	Regulamento Complementar no 1 - Plano B	INPC + 4,3% a.a.
CNPB 1978000138	Regulamento Complementar no 2 - Plano A	INPC + 4,3% a.a.
PGA 4003120019	Programa de Gestão Administrativa	100% do CDI
Assistencial	Fundo Assistencial FEAS + Adm. Assistencial + Economus Família	100% do CDI

OBS.: TMA - Taxa Mínima Atuarial; CNPB - Cadastro Nacional de Planos de Benefícios; PGA - Plano de Gestão Administrativa

9.1. Alocação Estratégica

Nas Políticas, são detalhados os principais pontos da estratégia de investimento a vigorar no período de 2015 até 2019, que poderão ser submetidos a revisões anuais ou em períodos inferiores, sempre que necessário, com o intuito de preservar as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência dos investimentos por conta da conjuntura econômica vigente, modificações promovidas no passivo ou alteração legal.

A alocação é determinada entre as diversas classes de ativos, baseado em: cenário macroeconômico; estudo de Gestão de Ativos e Passivos (ALM – *Asset Liability Management*), realizado para os planos de benefícios; e planejamento financeiro, que considera a projeção do fluxo do passivo e a liquidez dos ativos para o próximo ano.

São apresentados, nas tabelas a seguir, a distribuição percentual dos recursos, e os limites de investimentos por segmento traçados para o exercício de 2015. Foram consideradas as informações do cenário macroeconômico, dos estudos de Gestão de Ativos e Passivos e do Planejamento Financeiro elaborado para os planos.

Destaca-se que a macroalocação “objetivo” corresponde à distribuição pretendida dos recursos entre os segmentos (renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e empréstimos a participantes). As margens de alocação se referem à atribuição de limites inferiores e superiores, oferecendo flexibilidade à administração, no sentido de aproveitar as oportunidades ou diminuir as posições conforme as condições oferecidas pelo mercado.

A seguir a alocação por segmento para cada Plano gerido pelo Economus:

I. Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B)

Segmento	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda fixa	98,90%	90,00%	100,00%	100,00%
Renda variável	1,10%	0,00%	10,00%	70,00%

Este plano possui estratégia de alocação em títulos públicos e em ativos de renda fixa com baixo risco de crédito.

II. Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A)

Segmento	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda fixa	94,60%	80,00%	100,00%	100,00%
Renda variável	0,50%	0,00%	10,00%	70,00%
Investimentos estruturados	4,90%	0,00%	10,00%	20,00%

Este plano possui estratégia de alocação em títulos públicos e em ativos de renda fixa com baixo risco de crédito.

III. Regulamento Geral (Grupo C)

Segmento	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda fixa	75,01%	50,00%	100,00%	100,00%
Renda variável	14,96%	0,00%	30,00%	70,00%
Investimentos estruturados	6,00%	0,00%	15,00%	20,00%
investimentos exterior	0,26%	0,00%	2,00%	10,00%
Imóveis	2,36%	0,00%	3,00%	8,00%
Operações com participantes (Empréstimo)	1,43%	1,00%	5,00%	15,00%

Este plano é maduro e está em fase de pagamento de benefícios, que é crescente, necessitando de ativos com maior liquidez para fazer frente aos compromissos com os participantes. Dessa maneira, a tendência é de que os investimentos em ativos menos líquidos, tais como renda variável, sejam reduzidos ao longo do tempo e os investimentos em ativos líquidos e de baixo risco sejam aumentados.

IV. Plano de Contribuição Variável – PrevMais

O Plano de Contribuição Variável – PrevMais, está dividido em: Benefícios de Renda Programada, que possui as opções de Perfis de Investimentos; e o Benefício de Risco, para o pagamento de benefícios de renda vitalícia, pensão por morte e invalidez. As tabelas a seguir apresentam as alocações planejadas para o Benefício de Renda Programada e para o Benefício de Risco.

a) Benefício de Renda Programada

Segmento	Alocação Objetiva	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda fixa	90,10%	40,00%	100,00%	100,00%
Renda variável	5,50%	0,00%	45,00%	70,00%
Empréstimos	4,40%	0,00%	15,00%	15,00%

As alocações dos recursos da carteira de Renda Programada ocorrem de acordo com as opções de Perfis de Investimentos feitas pelos participantes e podem variar conforme as escolhas dentre os perfis Conservador (100% Renda Fixa), Moderado (85% Renda Fixa e 15% Renda Variável), Agressivo (70% Renda Fixa e 30% Renda Variável) e Super Agressivo (55% Renda Fixa e 45% Renda Variável).

b) Benefício de Risco

Segmento	Alocação Objetiva	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda fixa	96,00%	75,00%	100,00%	100,00%
Renda variável	2,80%	0,00%	15,00%	70,00%
Investimentos estruturados	1,20%	0,00%	10,00%	20,00%

O PrevMais Benefício de Risco possui estratégia de manter grande parte de seus recursos em títulos públicos e em ativos de renda fixa com baixo risco de crédito. Ainda possui estratégia de investimentos em renda variável e pequena parte em estruturados para otimizar a relação risco e retorno dos ativos componentes de sua carteira.

V. Programa Administrativo - PGA

Segmento	Alocação Objetiva	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Em virtude do objetivo dos programas de custear as despesas administrativas, 100% dos recursos são aplicados em ativos de renda fixa que apresentam liquidez imediata com volatilidade reduzida.

O Fundo FEAS possui estratégia de manter grande parte de seus recursos em títulos públicos e em ativos de renda fixa com baixo risco de crédito.

VI. FEAS – Fundo Eonomus de Assistência Social

Segmento	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda fixa	84%	70,00%	100,00%	100,00%
Renda variável	7,80%	0,00%	20,00%	70,00%
Investimentos estruturados	8,20%	0,00%	10,00%	20,00%

No caso do Administrativo Assistencial e do Eonomus Família, a alocação dos recursos destina-se, exclusivamente, ao segmento de renda fixa.

10. Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Conforme a Resolução nº 4.275/2013, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar devem designar um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ), responsável pela gestão, alocação, supervisão, controle de risco e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos. Abaixo, as informações cadastrais do AETQ designado pelo Eonomus:



Nome: Paulo Leite Julião **Cargo:** Diretor Financeiro

CPF: 956.029.098-34 **Telefone:** (11) 3464-7607 **E-mail:** juliao@eonomus.com.br



Capítulo 6:
**Gestão de Assistência
à Saúde**

Gestão de Assistência à Saúde

O Economus administra nove planos de saúde com 47.379 beneficiários inscritos, entre empregados ativos e aposentados oriundos do Banco Nossa Caixa S.A. e do próprio Economus, assim como seus dependentes diretos e familiares.

A gestão da saúde esteve focada em prestar um serviço mais humanizado, aumentar a rede credenciada, assim como reduzir os custos para garantir a sustentabilidade dos planos.

DESTAQUES

Plano de Saúde Economus Família

Foi criado, em 2014, o plano Economus Família, com o objetivo de beneficiar os familiares dos titulares dos Planos do Economus. O plano foi aprovado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com registro nº 470.596/14-3.

Dieta Enteral

Fornecimento de dieta enteral (ingestão de alimentos realizada por sonda) aos pacientes em atendimento domiciliar, por meio de empresa especializada e orientação para se obter diretamente do SUS (Sistema Único de Saúde). Essa conduta proporcionou qualidade assistencial, agilidade e controle de entrega, além de uma redução significativa de custos de aproximadamente R\$ 1 milhão ao ano, representando diminuição de despesa com aquisição de dietas de cerca de dois terços do valor total envolvido.

Medicamento Oncológico Oral

Entrou em vigor em 02/01/2014, a nova cobertura obrigatória para beneficiários de planos de saúde, que passam a ter direito a 50 novos exames, consultas e cirurgias, além de 37 medicamentos orais para tratamento domiciliar de câncer, assim como coberturas específicas para 29 doenças genéticas.

As solicitações são diretamente recebidas dos beneficiários e uma equipe especializada analisa a documentação para o cadastro do paciente no programa de

oncológicos orais. Os beneficiários inscritos no programa passam a receber a medicação em sua residência, mediante monitoramento e controle do Economus, até o término do tratamento. A entrega dos medicamentos ocorre, por empresa contratada, em qualquer localidade do território nacional.

Humanização do atendimento

Maior envolvimento e proximidade com os beneficiários, mediante atuação de técnicos, médicos, enfermeiros e assistente social, que acolhem as demandas para atender às necessidades dos beneficiários e propiciar melhor qualidade assistencial, considerando as normas regulamentares dos Planos de Saúde e as coberturas previstas no ROL da ANS. Nessa atividade estão previstas visitas domiciliares, hospitalares e institucionais, além de reuniões presenciais no Economus.

Regulação em saúde

Aprimoramento da atividade de regulação em saúde, com encaminhamento do paciente para avaliações específicas por meio de, no mínimo, uma segunda opinião. O objetivo é avaliar o melhor tratamento para cada paciente, com orientação técnica quanto a real necessidade de realização de procedimentos envolvendo Órteses, Próteses, Materiais e Medicamentos Especiais (OPME), além de verificar a expertise técnica-médica dos profissionais da rede credenciada, mediante visitas presenciais do Economus às localidades envolvidas.

Aquisição de órteses e próteses

Gerenciamento sobre a autorização e aquisição de Órteses, Próteses, Materiais e Medicamentos Especiais (OPME), que permitiu uma redução significativa de custos de aproximadamente de R\$2,8 milhões ao ano, representando diminuição de 27% da despesa total de OPME, economia essa que se reverte para os beneficiários.

Análise de guias médicas

Visando à prevenção de cobranças indevidas de despesas médicas faturadas pelos diversos prestadores e à otimização dos recursos financeiros revertidos em prol de todos os beneficiários dos Planos de Saúde do Economus, foram analisadas sob a ótica técnica-médica-administrativa aproximadamente 670 mil guias assistenciais oriundas de todos os atendimentos aos beneficiários em 2014.

Reembolso de despesas médicas

Formalização e divulgação das regras de solicitação de reembolso de despesas médicas, em caráter excepcional, permitindo maior transparência e esclarecimento aos beneficiários, além de retroalimentar indicadores de inexistência ou insuficiência de Rede Credenciada, para o preenchimento de lacunas de cobertura de atendimento.

Rede Credenciada

Com o objetivo de obter uma rede credenciada ampla e cada vez mais próxima de seus beneficiários, o Economus redimensionou sua rede, resultando em 326 novos prestadores de atendimento à saúde em diversas regiões do estado de São Paulo.

A seguir, quadro com a distribuição dos novos credenciados pelo Estado de São Paulo:

Ranking	Região de Saúde ANS	Quantidade Prestador
1	Grande São Paulo	148
2	Campinas	40
3	Baixada Santista	15
4	São José do Rio Preto	12
5	Bauru	9
6	Taubaté	15
7	Ribeirão Preto	18
8	Presidente Prudente	11
9	Sorocaba	12
10	Marília	21
11	Franca	2
12	Piracicaba	6
13	São João da Boa Vista	2
14	Araraquara	12
15	Araçatuba	1
16	Barretos	0
17	Registro	2
Total		326

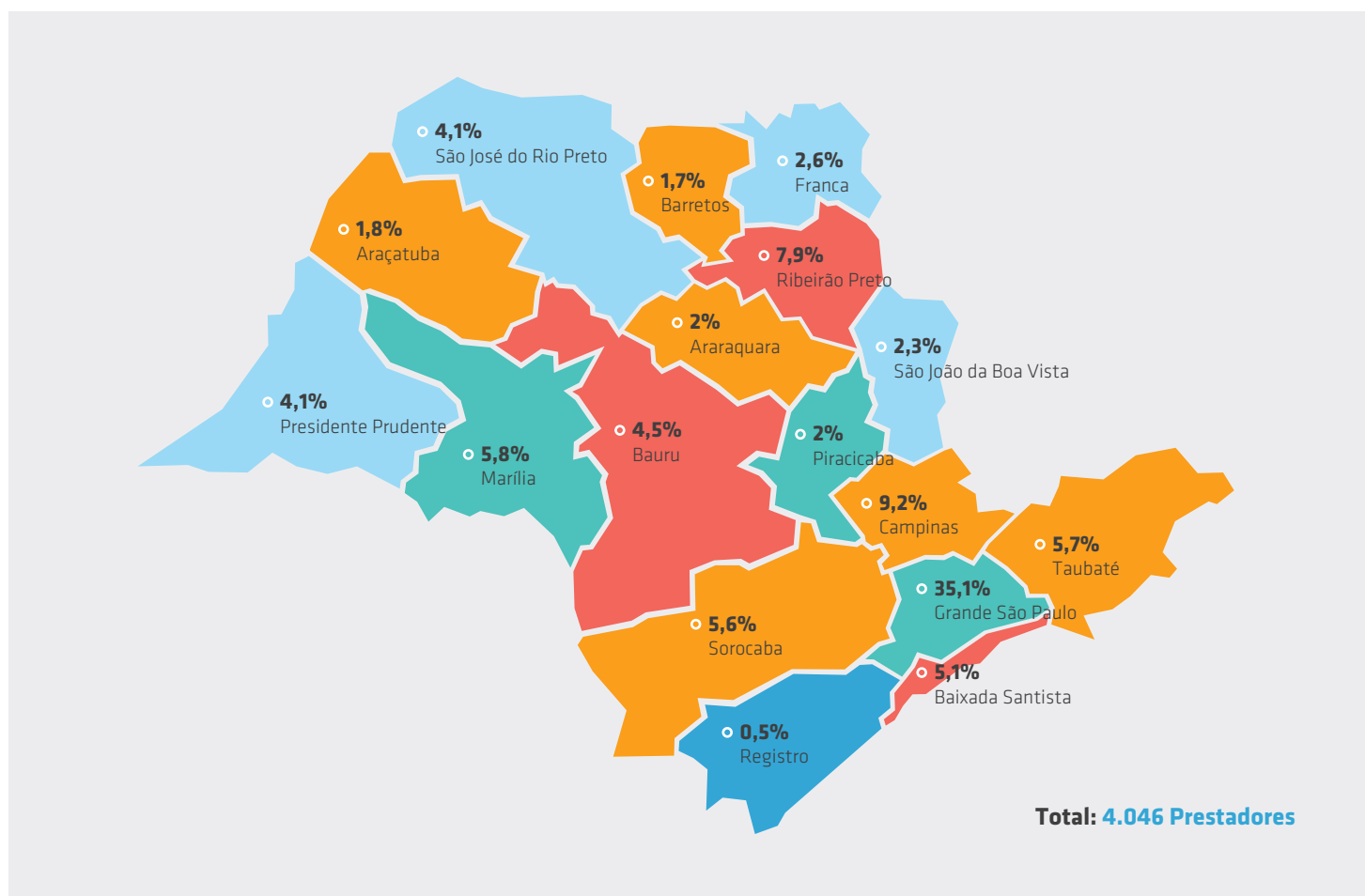
Distribuição da Rede Credenciada

A rede credenciada médico-hospitalar do Economus conta com 4.046 prestadores de serviços distribuídos no Estado de São Paulo.

Do total de prestadores da rede própria, 60% estão no interior do Estado e 40% na Capital, Grande São Paulo e Baixada Santista. Veja abaixo quadro explicativo:

Região de Saúde ANS	Tipo de Prestador								Total	%
	Atendimento Domiciliar	Especialidades Médicas e Terapêuticas	Exames e Tratamentos Clínicos	Fornecedor	Hospitais e Maternidades	Reciprocidade	Remoção	Cooperativa		
Grande São Paulo	7	1073	251	2	78	1	8	0	1.420	35,1%
Campinas	1	280	57	0	34	0	0	2	374	9,2%
Ribeirão Preto	0	240	52	0	28	0	0	1	321	7,9%
Marília	0	161	38	0	34	0	1	2	236	5,8%
Taubaté	0	161	41	0	28	0	0	1	231	5,7%
Sorocaba	0	161	42	0	23	0	0	0	226	5,6%
Baixada Santista	2	171	23	0	9	0	0	1	206	5,1%
Bauru	0	130	23	0	28	0	0	3	184	4,5%
São José do Rio Preto	1	111	22	0	28	0	0	5	167	4,1%
Presidente Prudente	0	130	21	0	16	0	0	0	167	4,1%
Franca	0	65	24	0	16	0	0	0	105	2,6%
São João da Boa Vista	0	63	19	0	11	0	0	2	95	2,3%
Araraquara	0	52	8	0	15	0	1	3	79	2,0%
Piracicaba	0	55	11	0	10	0	0	3	79	2,0%
Araçatuba	1	37	17	0	15	0	0	3	73	1,8%
Barretos	0	41	15	0	11	0	0	3	70	1,7%
Registro	0	7	4	0	1	0	0	0	12	0,5%
Outra UF	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0,0%
Total	12	2.938	668	2	385	2	10	29	4.046	100%

A ANS definiu o conjunto de municípios que compõem as 17 Regiões de Saúde do Estado de São Paulo. O Economus está presente em todas as regiões definidas, conforme abaixo:

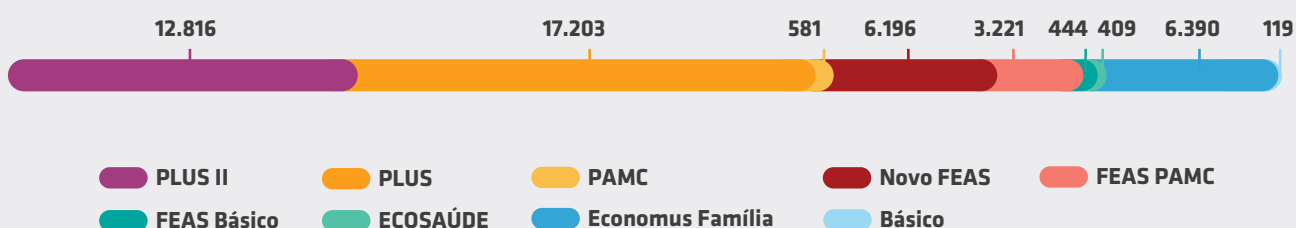


Beneficiários por plano

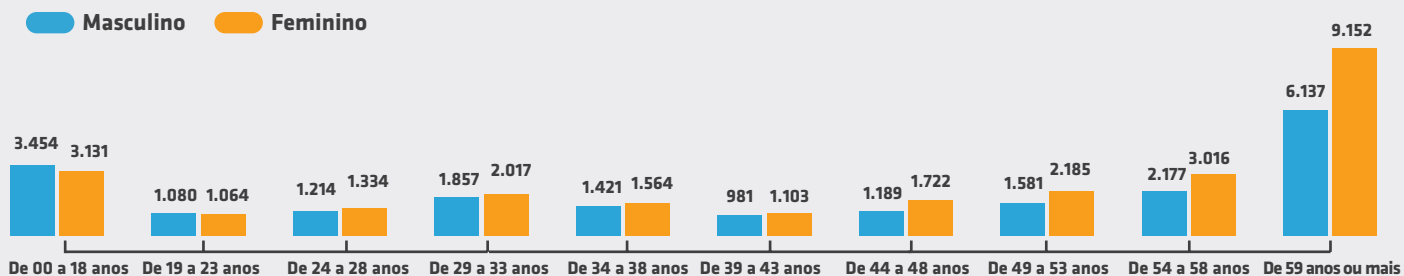
Os gráficos abaixo apresentam a composição consolidada dos beneficiários e as informações relativas ao perfil dessa população.

Dos 47.379 beneficiários, 36,3% estão inscritos no Plano PLUS, 27% no PLUS II, 13,5% no Economus Família, 13,1% no NOVO FEAS, 6,8% no FEAS PAMC e 3,3% correspondem aos planos: PAMC, Básico, FEAS Básico e ECOSAÚDE.

Quantidade de Beneficiários por Plano



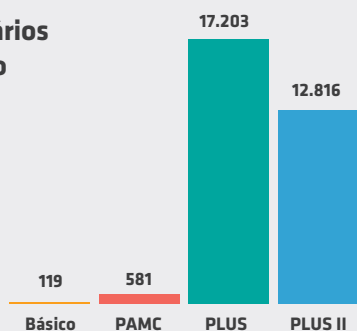
Distribuição por Faixa Etária - Consolidado



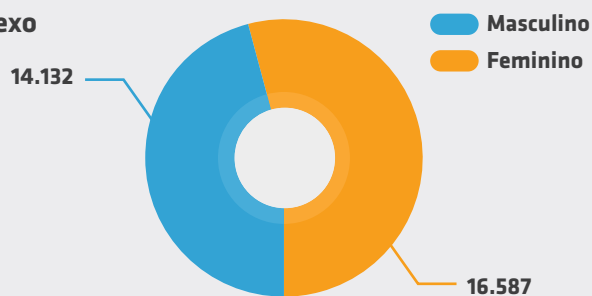
Distribuição de Beneficiários dos planos PLUS, PLUS II, PAMC e Básico

A população vinculada aos planos PLUS, PLUS II, PAMC e Básico soma 30.719 vidas, com a maior concentração de beneficiários no plano PLUS, que representa 56% do total.

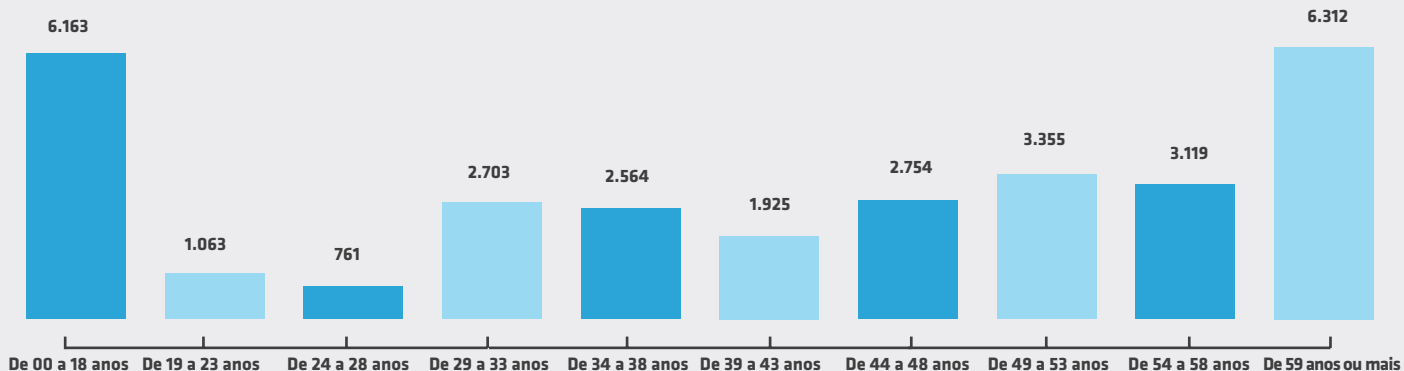
Beneficiários por Plano



Sexo

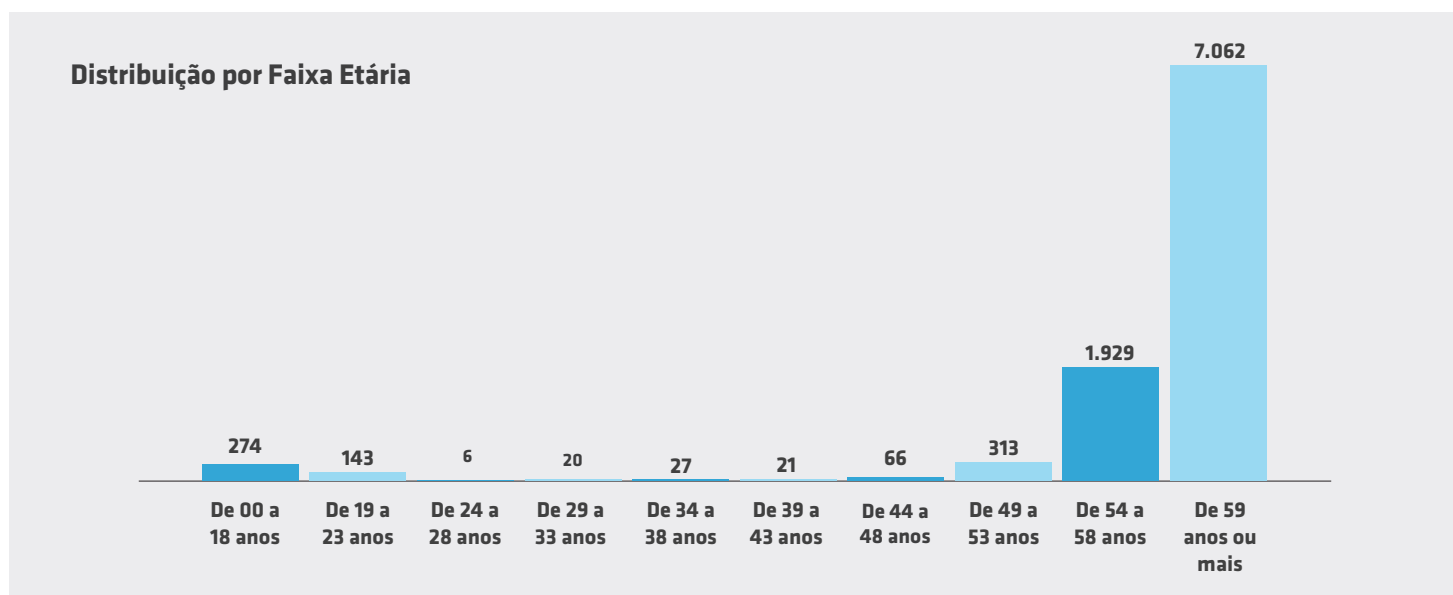
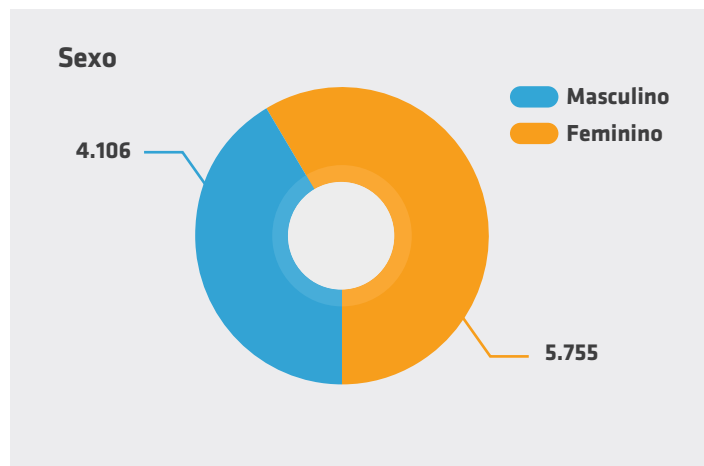
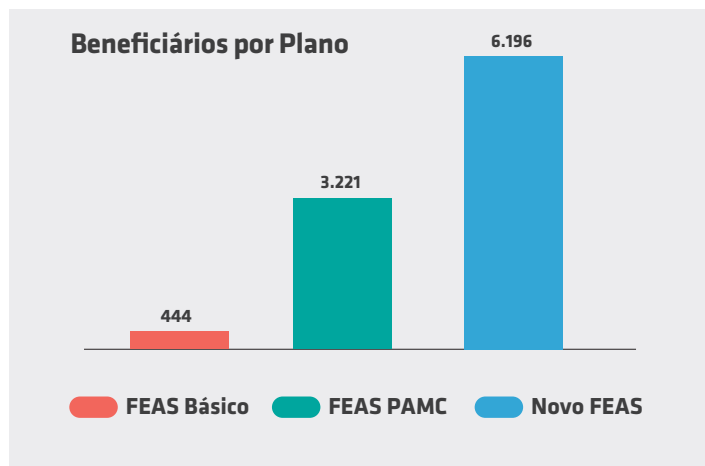


Consolidado - Distribuição por Faixa Etária



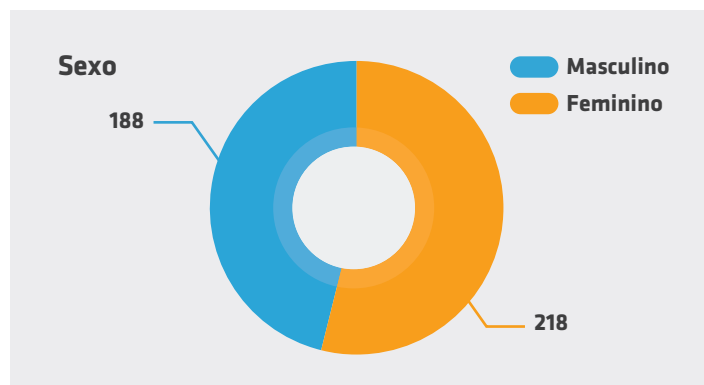
Distribuição de Beneficiários custeados pelo FEAS

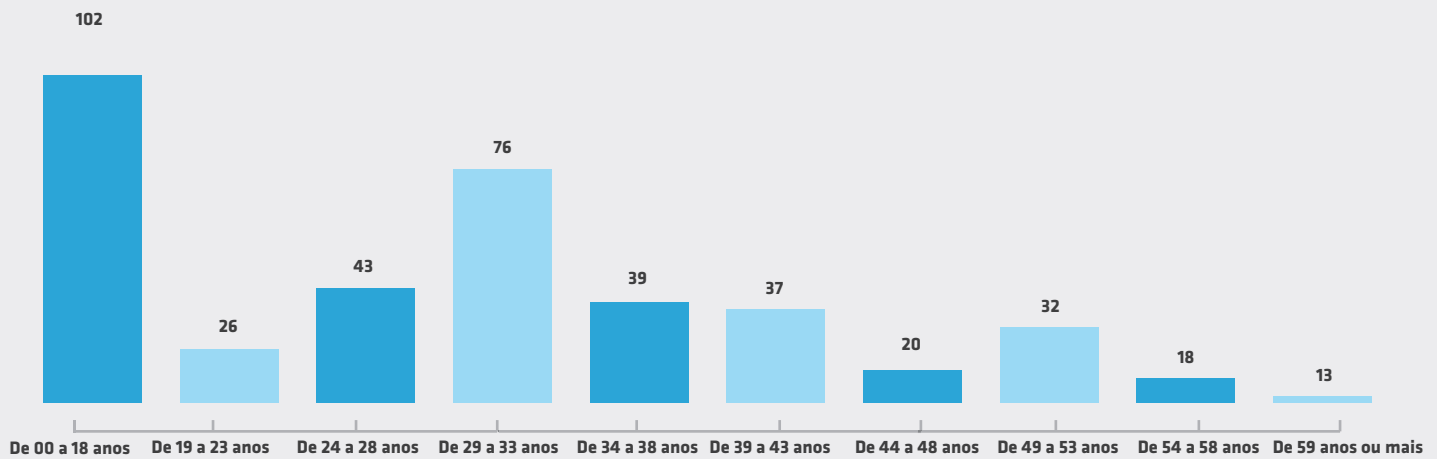
Os 9.861 beneficiários custeados pelo FEAS (Fundo Economus de Assistência Social) representam 21% do total de vidas administradas pelo Economus. Cerca de 63% dos beneficiários custeados pelo FEAS estão alocados no plano NOVO FEAS, 33% no FEAS PAMC e 4% no FEAS Básico. Do total da população dos beneficiários custeados pelo FEAS, 58% são do sexo feminino.



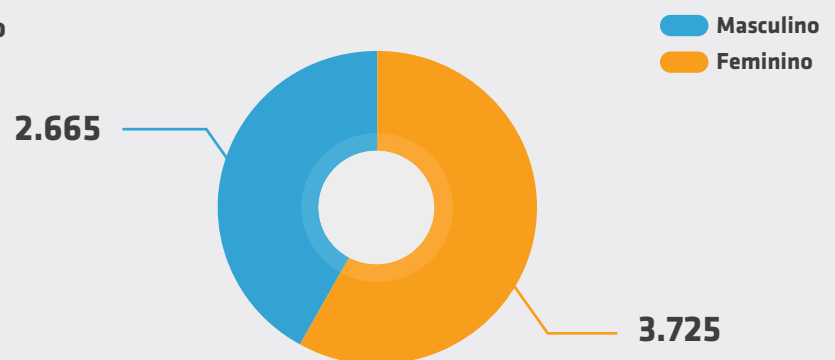
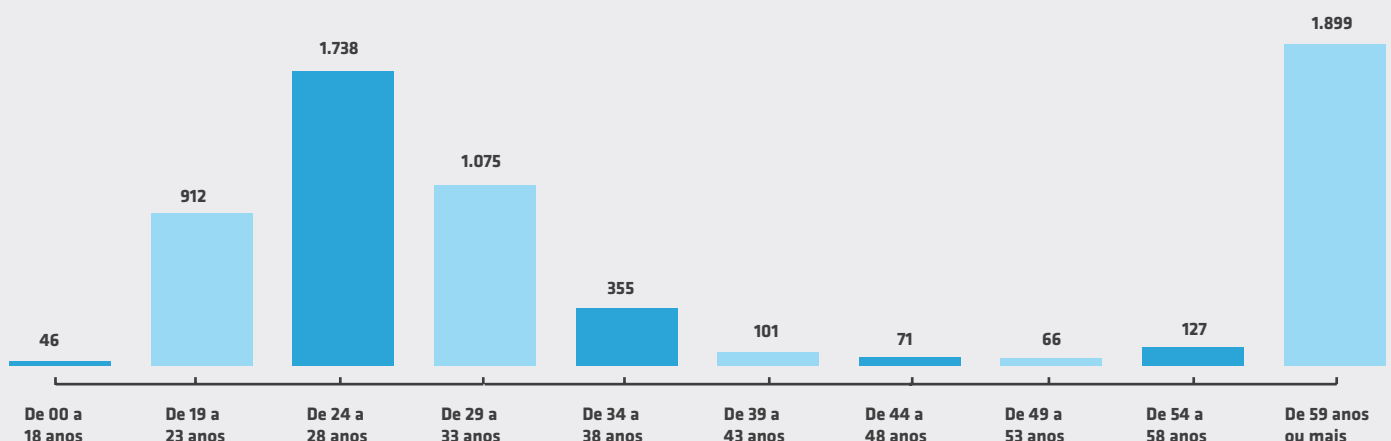
Distribuição de Beneficiários do Economus

Os empregados do Economus e seus respectivos dependentes inscritos no plano ECOSAÚDE somam 406 vidas. As faixas etárias mais significativas são de 00 até 18 anos (25%) e de 29 a 33 anos (19%), o que representa uma concentração de 44%. Da população total, 54% são do sexo feminino.



Consolidado - Distribuição por Faixa Etária**Distribuição de Beneficiários do Economus Família**

Os beneficiários do plano Economus Família somam 6.390 vidas. As faixas etárias mais significativas são acima de 59 anos (30%) e de 24 a 28 anos (27%), que representam uma concentração de 57%. Da população total, 58% são do sexo feminino.

Sexo**Economus Família - Distribuição por Faixa Etária**



Capítulo 7: **Gestão Contábil**

Gestão Contábil

Balço Patrimonial Consolidado

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Ativo	Nota			Passivo	Nota	Valores em mil (R\$)	
		2014	2013			2014	2013
DISPONÍVEL	5	62		EXIGÍVEL OPERACIONAL	10	13.929	16.303
				Gestão Previdencial		5.627	8.479
REALIZÁVEL	5.246.946	5.012.438		Gestão Administrativa		7.496	7.007
Gestão Previdencial	5	509.867	526.843	Investimentos		806	817
Gestão Administrativa	6	17.948	38.730				
Investimentos	7	4.719.131	4.446.865	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	11	110.716	106.235
Títulos Públicos		2.659.018	2.513.853	Gestão Previdencial		91.840	80.914
Créditos Privados e Depósitos		272.501	243.056	Gestão Administrativa		13.078	19.747
Ações		63.315	93.497	Investimentos		5.798	5.574
Fundos de Investimento		1.521.765	1.433.761				
Investimentos Imobiliários		92.954	62.147	PATRIMÔNIO SOCIAL		5.123.924	4.892.012
Empréstimos		100.897	91.869	Patrimônio de Cobertura do Plano		4.941.192	4.731.652
Depósitos Judiciais/Recursais		5.501	5.475	Provisões Matemáticas	12	5.073.764	4.905.713
Outros Realizáveis		3.180	3.207	Benefícios Concedidos		4.079.511	3.832.655
PERMANENTE	8	1.618	2.050	Benefícios a Conceder		1.361.920	1.444.333
Imobilizado		1.141	1.421	(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(367.667)	(371.275)
Intangível		477	629	Equilíbrio Técnico	12.1	(132.572)	(174.061)
				Resultados Realizados		(548.623)	(616.036)
				(-) Déficit Técnico Acumulado		(548.623)	(616.036)
				Resultados a Realizar		416.051	441.975
GESTÃO ASSISTENCIAL	9	454.107	524.270	FUNDOS	12.2	182.732	160.360
				Fundos Previdenciais		134.220	123.521
				Fundos Administrativos		45.217	34.349
				Fundos dos Investimentos		3.295	2.490
				GESTÃO ASSISTENCIAL	9	454.107	524.270
TOTAL DO ATIVO		5.702.676	5.538.820	TOTAL DO PASSIVO		5.702.676	5.538.820

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada)*Valores em mil (R\$)*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Descri�o	2014	2013	Variacão (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	4.450.037	4.286.396	3,82
1. Adi�es	699.382	564.540	23,89
(+) Contribui�es Previdenciais	190.989	177.717	7,47
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	452.217	335.234	34,90
(+) Receitas Administrativas	31.130	27.229	14,33
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	3.423	1.771	93,28
(+) Constitui�o de Fundos de Investimentos	805	769	4,68
(+) Receitas Assistenciais	20.818	21.820	(4,59)
2. Destina�es	(441.546)	(400.899)	10,14
(-) Benefícios	(374.603)	(343.522)	9,05
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	(22.440)	(14.114)	58,99
(-) Despesas Administrativas	(22.588)	(19.916)	13,42
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Administrativa	(1.097)	(1.527)	(28,16)
(-) Despesas Assistenciais	(20.818)	(21.820)	(4,59)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	257.836	163.641	57,56
(+/-) Provisões Matemáticas	168.051	379.913	(55,77)
(+/-) Fundos Previdenciais	10.699	(2.679)	(499,37)
(+/-) Fundos Administrativos	10.868	7.557	43,81
(+/-) Fundos dos Investimentos	805	769	4,68
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	67.413	(221.919)	(130,38)
Gestão Assistencial	(70.163)	1.173	(6.081,50)
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	4.707.873	4.450.037	5,79

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios (Regulamento Complementar n  1)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Valores em mil (R\$)

Descri�o	2014	2013	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	27.222	25.305	7,58
1. Adi�es	6.501	4.390	48,09
(+) Contribui�es	4.765	3.457	37,84
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.673	845	97,99
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	63	88	(28,41)
2. Destina�es	(3.371)	(2.473)	36,31
(-) Benefícios	(1.276)	(993)	28,50
(-) Custeio Administrativo	(2.095)	(1.480)	41,55
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	3.130	1.917	63,28
(+/-) Provisões Matemáticas	447	617	(27,55)
(+/-) Fundos Previdenciais	3.081	2.509	22,80
(+/-) (Déficit) Técnico do Exercício	(398)	(1.209)	(67,08)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	30.352	27.222	11,50
C) Fundos não previdenciais	1.518	1.120	35,54
(+/-) Fundos Administrativos	1.518	1.120	35,54

Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido por plano de benefícios (Regulamento Complementar n  2)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Valores em mil (R\$)

Descri�o	2014	2013	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	19.346	18.506	4,54
1. Adi�es	7.960	4.788	66,25
(+) Contribui�es	5.934	3.665	61,91
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.989	908	119,05
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	37	215	100,00
2. Destina�es	(5.489)	(3.948)	39,03
(-) Benefícios	(2.146)	(2.329)	(7,86)
(-) Custeio Administrativo	(3.343)	(1.619)	106,49
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	2.471	840	194,17
(+/-) Provisões Matemáticas	(645)	(365)	76,71
(+/-) Fundos Previdenciais	(281)	(78)	260,26
(+/-) Superávit Técnico do Exercício	3.397	1.283	164,77
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	21.817	19.346	12,77
C) Fundos não previdenciais	2.381	2.003	18,87
(+/-) Fundos Administrativos	2.381	2.003	18,87

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios (Regulamento Geral)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Valores em mil (R\$)

Descri�o	2014	2013	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	3.526.315	3.487.488	1,11
1. Adi�es	437.424	365.917	19,54
(+) Contribui�es	84.009	80.238	4,70
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	353.415	285.679	23,71
2. Destina�es	(362.052)	(327.090)	10,69
(-) Benefícios	(333.433)	(307.054)	8,59
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	(22.540)	(14.417)	56,34
(-) Custeio Administrativo	(6.079)	(5.619)	8,19
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	75.372	38.827	94,12
(+/-) Provisões Matemáticas	4.764	263.303	(98,19)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	70.608	(224.476)	(131,45)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	3.601.687	3.526.315	2,14
C) Fundos não previdenciais	30.452	23.788	28,01
(+/-) Fundos Administrativos	27.588	21.569	27,91
(+/-) Fundos dos Investimentos	2.864	2.219	29,07

Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido por plano de benefícios (PrevMais)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Valores em mil (R\$)

Descri�o	2014	2013	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	840.315	726.584	15,65
1. Adi�es	215.602	158.533	36,00
(+) Contribui�es	120.462	110.731	8,79
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	95.140	47.802	99,03
2. Destina�es	(50.412)	(44.802)	12,52
(-) Benefícios	(37.748)	(33.146)	13,88
(-) Custeio Administrativo	(12.664)	(11.656)	8,65
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	165.190	113.731	45,25
(+/-) Provisões Matemáticas	163.485	116.358	40,50
(+/-) Fundos Previdenciais	7.899	(5.110)	(254,58)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(6.194)	2.483	(349,46)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	1.005.505	840.315	19,66
C) Fundos não previdenciais	14.161	9.928	42,64
(+/-) Fundos Administrativos	13.730	9.657	42,18
(+/-) Fundos dos Investimentos	431	271	59,04

Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefícios (Regulamento Complementar nº 1)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Valores em mil (R\$)

Descrição	2014	2013	Variação (%)
1. Ativos	43.360	45.043	(3,74)
Disponível	-	1	(100,00)
Recebível	27.114	30.698	(11,68)
Investimento	16.246	14.344	13,26
Títulos Públicos	9.820	8.536	100,00
Créditos Privados e Depósitos	1.879	1.656	13,47
Fundos de Investimento	4.547	4.152	9,51
2. Obrigações	11.490	16.701	(31,20)
Operacional	5	566	(99,12)
Contingencial	11.485	16.135	(28,82)
3. Fundos não Previdenciais	1.518	1.120	35,54
Fundos Administrativos	1.518	1.120	35,54
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	30.352	27.222	11,50
Provisões Matemáticas	15.090	14.643	3,05
Superávit/Déficit Técnico	984	1.382	(28,80)
Fundos Previdenciais	14.278	11.197	27,52

Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefícios (Regulamento Complementar nº 2)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Valores em mil (R\$)

Descrição	2014	2013	Variação (%)
1. Ativos	28.573	26.385	8,29
Disponível	-	1	(100,00)
Recebível	9.449	9.024	4,71
Investimento	19.124	17.360	10,16
Títulos Públicos	11.637	8.621	100,00
Créditos Privados e Depósitos	1.735	1.530	13,40
Fundos de Investimento	5.752	7.209	(20,21)
2. Obrigações	4.375	5.036	(13,13)
Operacional	3	514	(99,42)
Contingencial	4.372	4.522	(3,32)
3. Fundos não Previdenciais	2.381	2.003	18,87
Fundos Administrativos	2.381	2.003	18,87
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	21.817	19.346	12,77
Provisões Matemáticas	6.990	7.635	(8,45)
Superávit/Déficit Técnico	8.130	4.733	71,77
Fundos Previdenciais	6.697	6.978	(4,03)

Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefícios (Regulamento Geral)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Valores em mil (R\$)

Descrição	2014	2013	Variação (%)
1. Ativos	4.135.485	4.064.884	1,74
Disponível	1	2	(50,00)
Recebível	504.781	511.452	(1,30)
Investimento	3.630.703	3.553.430	2,17
Títulos Públicos	2.463.803	2.374.220	3,77
Créditos Privados e Depósitos	135.087	132.175	2,20
Ações	63.315	93.497	(32,28)
Fundos de Investimento	808.743	823.332	(1,77)
Investimentos Imobiliários	92.954	62.147	49,57
Empréstimos	58.823	60.270	(2,40)
Depósitos Judiciais/Recursais	5.501	5.475	0,47
Outros Realizáveis	2.477	2.314	7,04
2. Obrigações	87.295	72.806	19,90
Operacional	5.514	6.977	(20,97)
Contingencial	81.781	65.829	24,23
3. Fundos não Previdenciais	30.452	23.788	28,01
Fundos Administrativos	27.588	21.569	27,91
Fundos dos Investimentos	2.864	2.219	29,07
4. Resultados a Realizar	416.051	441.975	(5,87)
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	3.601.687	3.526.315	2,14
Provisões Matemáticas	4.155.950	4.151.186	0,11
Superávit/Déficit Técnico	(554.263)	(624.871)	(11,30)

Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefícios (PrevMais)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Valores em mil (R\$)

Descrição	2014	2013	Variação (%)
1. Ativos	1.020.577	851.482	19,86
Disponível	2	56	(96,43)
Recebível	13.741	10.017	37,18
Investimento	1.006.834	841.409	19,66
Títulos Públicos	168.561	122.476	100,00
Créditos Privados e Depósitos	131.490	105.626	24,49
Fundos de Investimento	664.709	581.708	14,27
Empréstimos	42.074	31.599	33,15
2. Obrigações	911	1.239	(26,47)
Operacional	911	1.239	(26,47)
3. Fundos não Previdenciais	14.161	9.928	42,64
Fundos Administrativos	13.730	9.657	42,18
Fundos dos Investimentos	431	271	59,04
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	1.005.505	840.315	19,66
Provisões Matemáticas	895.734	732.249	22,33
Superávit/Déficit Técnico	(3.474)	2.720	(227,72)
Fundos Previdenciais	113.245	105.346	7,50

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (consolidada)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Valores em mil (R\$)

Descrição	2014	2013	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	34.349	26.792	28,21
1. Custeio da Gestão Administrativa	55.371	50.820	8,96
1.1. Receitas	55.371	50.820	8,96
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	24.181	20.375	18,68
Custeio Administrativo dos Investimentos	5.050	5.970	(15,41)
Resultado Positivo dos Investimentos	3.423	1.771	93,28
Reembolso da Gestão Assistencial	20.818	21.820	(4,59)
Outras Receitas	1.899	884	114,82
2. Despesas Administrativas	44.503	43.263	2,87
2.1. Administração Previdencial	18.060	15.042	20,06
Pessoal e encargos	11.429	9.129	25,19
Treinamentos/congressos e seminários	125	106	17,92
Viagens e estadias	179	164	9,15
Serviços de terceiros	3.059	2.400	27,46
Despesas gerais	1.588	1.210	31,24
Depreciações e amortizações	583	506	15,22
Contingências	1.097	1.527	(28,16)
2.2. Administração dos Investimentos	5.625	6.401	(12,12)
Pessoal e encargos	3.916	4.546	(13,86)
Treinamentos/congressos e seminários	30	41	(26,83)
Viagens e estadias	37	52	(28,85)
Serviços de terceiros	889	973	(8,63)
Despesas gerais	753	789	(4,56)
2.3. Administração Assistencial	20.818	21.820	(4,59)
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	-
4. Sobras da Gestão Administrativa (1-2-3)	10.868	7.557	43,81
5. Constituição do Fundo Administrativo (4)	10.868	7.557	43,81
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	45.217	34.349	31,64

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (Regulamento Complementar nº 1)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Valores em mil (R\$)

Descrição	2014	2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	41.842	43.923	(4,74)
1. Provisões Matemáticas	15.090	14.643	3,05
1.1. Benefícios Concedidos	9.035	8.541	5,78
Benefício Definido	9.035	8.541	5,78
1.2. Benefício a Conceder	6.055	6.102	(0,77)
Benefício Definido	6.055	6.102	(0,77)
2. Equilíbrio Técnico	984	1.382	(28,80)
2.1. Resultados Realizados	984	1.382	(28,80)
Superávit técnico acumulado	984	1.382	(28,80)
Reserva de contingência	984	1.382	(28,80)
3. Fundos	14.278	11.197	27,52
3.1. Fundos Previdenciais	14.278	11.197	27,52
4. Exigível Operacional	5	566	(99,12)
4.1. Gestão Previdencial	3	564	(99,47)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2	2	-
5. Exigível Contingencial	11.485	16.135	(28,82)
5.1. Gestão Previdencial	11.485	16.135	(28,82)

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (Regulamento Complementar nº 2)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Valores em mil (R\$)

Descrição	2014	2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	26.192	24.383	7,42
1. Provisões Matemáticas	6.990	7.636	(8,46)
1.1. Benefícios Concedidos	1.490	1.781	(16,34)
Benefício Definido	1.490	1.781	(16,34)
1.2. Benefício a Conceder	5.500	5.855	(6,06)
Benefício Definido	5.500	5.855	(6,06)
2. Equilíbrio Técnico	8.130	4.733	71,77
2.1. Resultados Realizados	8.130	4.733	71,77
Superávit técnico acumulado	8.130	4.733	71,77
Reserva de contingência	1.747	1.909	(8,49)
Reserva para revisão de plano	6.383	2.824	126,03
3. Fundos	6.697	6.978	(4,03)
3.1. Fundos Previdenciais	6.697	6.978	(4,03)
4. Exigível Operacional	3	514	(99,42)
4.1. Gestão Previdencial	1	511	(99,80)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2	3	(33,33)
5. Exigível Contingencial	4.372	4.522	(3,32)
5.1. Gestão Previdencial	4.372	4.522	(3,32)

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (Regulamento Geral)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Valores em mil (R\$)

Descrição	2014	2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	4.107.897	4.043.316	1,60
1. Provisões Matemáticas	4.155.950	4.151.185	0,11
1.1. Benefícios Concedidos	3.855.262	3.639.720	5,92
Benefício Definido	3.855.262	3.639.720	5,92
1.2. Benefício a Conceder	668.355	882.740	(24,29)
Benefício Definido	668.355	882.740	(24,29)
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(367.667)	(371.275)	(0,97)
(-) Patrocinador(es)	(183.834)	(185.637)	(0,97)
(-) Participantes	(27.161)	(36.214)	(25,00)
(-) Assistidos	(156.672)	(149.424)	4,85
2. Equilíbrio Técnico	(138.212)	(182.896)	(24,43)
2.1. Resultados Realizados	(554.263)	(624.871)	(11,30)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(554.263)	(624.871)	(11,30)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(554.263)	(624.871)	(11,30)
2.2. Resultados a realizar	416.051	441.975	(5,87)
3. Fundos	2.864	2.219	29,07
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.864	2.219	29,07
4. Exigível Operacional	5.514	6.977	(20,97)
4.1. Gestão Previdencial	4.923	6.334	(22,28)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	591	643	(8,09)
5. Exigível Contingencial	81.781	65.831	24,23
5.1. Gestão Previdencial	75.983	60.257	26,10
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	5.798	5.574	4,02

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (PrevMais)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Descrição	Valores em mil (R\$)		
	2014	2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4)	1.006.847	841.826	19,60
1. Provisões Matemáticas	895.734	732.250	22,33
1.1. Benefícios Concedidos	213.724	182.614	17,04
Contribuição Definida	51.488	45.928	-
Benefício Definido	162.236	136.686	18,69
1.2. Benefício a Conceder	682.010	549.636	24,08
Contribuição Definida	682.010	549.636	24,08
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	338.099	269.665	25,38
Saldo de Contas - parcela participantes	343.911	279.971	22,84
2. Equilíbrio Técnico	(3.474)	2.720	(227,72)
2.1. Resultados Realizados	(3.474)	2.720	(227,72)
Superávit técnico acumulado	-	2.720	(100,00)
Reserva de contingência	-	2.720	(100,00)
(-) Déficit técnico acumulado	(3.474)	-	100,00
Déficit técnico	(3.474)	-	100,00
2.2. Resultados a realizar			-
3. Fundos	113.676	105.617	7,63
3.1. Fundos Previdenciais	113.245	105.346	7,50
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	431	271	59,04
4. Exigível Operacional	911	1.239	(26,47)
4.1. Gestão Previdencial	700	1.070	(34,58)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	211	169	24,85

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

1. Contexto operacional

O **Economus - Instituto de Seguridade Social**, CNPJ nº 49.320.799/0001-92, com sede na Rua Quirino de Andrade, nº 185, em São Paulo/SP, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, constituída em 1º de setembro de 1977, cuja autorização para funcionamento foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atualmente Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), através da Portaria nº 2.204, DOU de 1º de agosto de 1980.

Em 2009, o Banco Nossa Caixa S.A. (BNC) foi incorporado pelo Banco do Brasil S.A., que, desde então, passou a ser o novo Patrocinador dos planos de previdência complementar e assistência à saúde.

O Economus é patrocinado pelo Banco do Brasil S.A. e pelo próprio Economus. Tem por objetivo administrar planos de previdência na modalidade de Benefício Definido (BD) e de Contribuição Variável (CV), exclusivamente para os empregados do Banco do Brasil S.A., oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A. e do Economus.

Também opera planos de assistência à saúde, na modalidade de autogestão, regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) registrados sobre o nº 34.2611 e destinados a prover assistência médica aos empregados do Banco do Brasil S.A., oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A., do Economus e aos beneficiários dos planos de assistência à saúde custeados pelo Fundo Economus de Assistência Social (FEAS).

As normas de controle e fiscalização que o Economus obedece são emanadas pelo Ministério da Previdência Social (MPS), por meio do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Os recursos de que o Economus dispõe são oriundos de contribuições dos seus patrocinadores (Banco do Brasil S.A. e Economus), participantes e assistidos, e pelos rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A gestão dos investimentos é realizada na forma de multifundo, situação que caracteriza gestão segregada dos recursos por plano administrado indicando, portanto, que os ativos não estão investidos de forma coletiva.

2. Planos Administrados

O Economus administra quatro planos de benefícios, inscritos no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB), administrados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Destes, três se encontram na modalidade Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável. A atividade operacional do Instituto é registrada no Plano de Gestão Administrativa (PGA).

Plano Regulamento Complementar nº 1 - Plano instituído na modalidade de Benefício Definido, inscrito sob o nº 19.780.002-19, no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB), administrado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Assegura o pagamento de complementação de Auxílio-Doença e de Pecúlio por Invalidez para os participantes em atividade, além de Pecúlio por Morte para todos os dependentes dos participantes que forem elegíveis ao recebimento de pensão.

Plano Regulamento Complementar nº 2 - Plano instituído na modalidade de Benefício Definido, inscrito sob o nº 19.780.003-83, no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB), administrado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Assegura o pagamento do benefício de pecúlio por morte.

Plano Regulamento Geral - Plano instituído na modalidade de Benefício Definido, inscrito sob o nº 19.780.001-38, no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios administrado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). O Plano encontra-se em extinção, fechado para novas adesões. Além dos assistidos, ele conta com os participantes ativos que optaram pelo seu saldamento e com os participantes ativos remanescentes do processo de migração, que optaram por permanecer nele. Assegura o pagamento da complementação de benefícios de prestação continuada de Aposentadorias, Pensão por Morte, Auxílio-Reclusão, Auxílio-Adicional e Auxílio-Doença. Está também assegurado o pagamento, em forma de prestação única, de Pecúlio por Morte e por Invalidez.

Em 10 de novembro de 2004, o Conselho Deliberativo do Economus aprovou o saldamento do Plano de Benefícios, instituído através do Regulamento Geral para os empregados do extinto Banco Nossa Caixa S.A., incorporado pelo Banco do Brasil S.A. em novembro de 2009. O processo de saldamento também foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atualmente Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), em 30 de dezembro de 2005, por meio do Ofício nº 2.713.

De forma concomitante ao saldamento, foi criado o PrevMais na modalidade de contribuição variável (CV).

Plano PrevMais - Plano instituído na modalidade de Contribuição Variável, inscrito sob o nº 20.060.034-29, no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios administrado (CNPB) pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), no qual o valor dos benefícios programados é definido com base no montante financeiro individual formado pelas contribuições acumuladas e respectivos resultados dos investimentos até a data da concessão. A partir de então, o participante pode optar por um benefício de renda programada ou vitalícia. Os benefícios de risco (Invalidez, Pensão por Morte, Auxílio-Doença e Auxílio-Funeral),

são determinados com base no Salário Benefício (SB) e no Padrão Previdenciário Economus (PPE, unidade de referência utilizada pelo Economus). Este Plano está aberto a novas adesões e assegura o pagamento de benefícios de renda mensal vitalícia ou programada e suplementações de Auxílio-Doença ou de Acidente de Trabalho, de Aposentadoria por Invalidez, de Pensão por Morte e Auxílio-Funeral.

Em 31 de dezembro de 2014, o Economus possuía 25.069 participantes (25.220 em 2013), compostos da seguinte forma:

Descrição	Regulamento Complementar nº1		Regulamento Complementar nº2		Regulamento Geral		PrevMais	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Ativos	1.197	1.220	1.104	1.190	32	33	9.250	9.269
Aposentados	7	7	-	-	6.153	6.065	1.155	1.042
Pensionistas	4	4	4	6	461	444	77	59
Participantes em Benefício Proporcional Diferido (BPD)	-	-	-	-	22	24	5	5
Autopatrocinado - Não Saldado	-	-	-	-	-	-	54	70
Autopatrocinado - Saldado	-	-	-	-	47	33	9	112
Optantes pelo Saldamento	-	-	-	-	5.010	5.189	-	-
Participantes desligados que não manifestaram as respectivas opções pelos institutos	-	-	-	-	-	-	478	448
Total de Participantes	1.208	1.231	1.108	1.196	11.725	11.788	11.028	11.005

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa do Economus, na forma do seu Regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo, por meio da Ata nº 384, de 06 de dezembro de 2011.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Economus estão sendo apresentadas em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), especificamente, quanto às Resoluções CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e demais práticas contábeis brasileiras. Estas diretrizes não requerem a divulgação em separado dos ativos e passivos de curto e longo prazos, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcionem informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63, da NBC T 19.27.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações:

- **Balanco Patrimonial** de forma consolidada, que demonstra os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos;
- **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)** de forma consolidada, contendo as modificações ocorridas no Patrimônio Social dos planos;
- **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)** por plano de benefícios, que apresenta as mutações ocorridas no Ativo Líquido ao final do exercício;
- **Demonstração do Ativo Líquido (DAL)** por plano de benefícios, no qual evidencia a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais;
- **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)** de forma consolidada, contendo o resultado da atividade administrativa da Entidade e as mutações do fundo administrativo ocorridas ao final do exercício;
- **Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT)** por plano de benefícios, contendo a composição das Provisões Técnicas.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem os saldos das contas dos Planos de Benefícios: Regulamento Complementar n  1, Regulamento Complementar n  2, Regulamento Geral e do PGA. Cada Plano de Benefícios tem sua contabilidade estruturada em Gestão Previdencial, Assistencial e Investimentos.

De acordo com a Resolução CNPC n  08, de 31 de outubro de 2011, e a Instrução MPS/SPC n  34, de 24 de setembro de 2009, os planos assistenciais   saúde, com registro e em situação ativa na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), devem efetuar e manter sua contabilidade em separado, de forma a possibilitar a identificação, a independência do patrimônio e a adequação   legislação aplicável estabelecida pela ANS.

Em atendimento   legislação vigente, o Economus está apresentando as informações financeiras dos planos assistenciais   saúde em separado, mas como parte das demonstrações contábeis, conforme demonstrado nas Informações Suplementares da Gestão Assistencial (Nota Explicativa 9).

Os ajustes e eliminações necessários   consolidação das demonstrações contábeis foram realizados de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução MPS/SPC n  34, de 24 de setembro de 2009. As contas passíveis desses ajustes e eliminações são: Superávit Técnico; Déficit Técnico; Participação no Plano de Gestão Administrativa; e Participação no Fundo Administrativo do PGA (Nota Explicativa 14).

Os quadros, as informações e os demonstrativos constantes das notas explicativas foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual o Economus atua. As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em milhares de Reais.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva, em 24 de fevereiro de 2015, e pelo Conselho Deliberativo, em 26 de março de 2015.

4. Principais práticas contábeis

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade da administração, foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as normas contábeis regulamentadas pelo Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CNPC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), que não requerem a adoção plena dos Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As práticas contábeis adotadas pelo Economus são específicas para o segmento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e estão descritas a seguir:

a. Resultado das operações

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto o recebimento das contribuições dos participantes autopatrocinados vinculados ao plano estruturado na modalidade de contribuição variável (Plano PrevMais), que são registrados pelo regime de caixa.

b. Disponível

As disponibilidades representam os recursos financeiros em bancos, conta movimento na data de 31 de dezembro de 2014.

c. Ativo Realizável - Gestão previdencial

Representa os recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições normais e contribuições extraordinárias dos patrocinadores, participantes,

assistidos e autopatrocinados. Considera-se o plano de custeio, bem como o valor de resultados a realizar de títulos e valores mobiliários, pelo diferencial da taxa de juros dos títulos mantidos até o vencimento e a taxa de juros de desconto das obrigações atuariais. Também é constituído pelos valores dos depósitos judiciais e recursais, em processo de conciliação junto ao Patrocinador (Banco do Brasil S.A.), referentes aos planos de benefícios Regulamento Complementar nº 1 e Regulamento Complementar nº 2.

d. Ativo Realizável - Gestão administrativa

Registra as atividades referentes à gestão administrativa do Economus na forma de seu regulamento.

e. Ativo Realizável - Investimentos

Os limites operacionais de aplicações dos recursos garantidores de provisões matemáticas, fundos e provisões passivas são determinados pela Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN), e alterações posteriores.

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são compostos por títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações e quotas de fundos de investimentos.

Títulos de renda fixa

Conforme determinam as Resoluções nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e nº 14, de 23 de agosto de 2005, e o item 14, da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os títulos de renda fixa são registrados a custo de aquisição e estão classificados nas seguintes categorias:

- **Títulos para negociação (Marcados a Mercado):** adquiridos com o propósito de ser negociados independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição, sendo contabilizados pelo valor de mercado.
- **Títulos mantidos até o vencimento (Marcados pela taxa de aquisição - Curva):** os títulos para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento são classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" e o critério de avaliação contábil é do rendimento pela curva de forma proporcional (*pro rata* dia) até o vencimento.

Ações

As aplicações em ações são registradas pelo custo de aquisição no mercado à vista, acrescidas de despesas de corretagem e outras taxas, sendo precificadas a valor de mercado, isto é, pela cotação do fechamento do último dia em que a ação tenha sido negociada em bolsa de valores.

Fundos de investimento

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço. Alguns ativos alocados nesses fundos são precificados pelo valor econômico, conforme previsto na Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e de acordo com o item 17.b das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

Os fundos estão classificados em:

- **Renda Fixa** – Os fundos dessa categoria buscam retorno em ativos de renda fixa e devem possuir, no mínimo, 80% da carteira em ativos relacionados diretamente a títulos de renda fixa pré ou pós-fixados.
- **Ações** – Fundos de ações, ou renda variável, buscam retorno em ativos de renda variável e devem possuir, no mínimo, 67% da carteira em ativos relacionados diretamente a ações de empresas negociadas em Bolsa de Valores. As aplicações em fundos de renda variável estão demonstradas pelos valores de realização, considerando o valor das cotas na data base das Demonstrações Contábeis.
- **Índices de Mercado** – O Fundo de Índice busca retornos de investimentos que correspondam, de forma geral e aproximada, ao desempenho de um determinado índice de referência, por prazo indeterminado.
- **Multimercado** – Devem possuir políticas de investimentos que envolvam vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator em especial, ou em fatores diferentes das demais classes previstas.
- **Direitos Creditórios** – A carteira de investimento desses fundos é composta, em sua totalidade, por títulos que representam operações de crédito realizadas nos segmentos financeiro, comercial, industrial, imobiliário,

de arrendamento mercantil e de prestação de serviços. Estes títulos são conhecidos como recebíveis.

- **Participações** – Constituído em forma de condomínio fechado, sendo que os recursos sob sua administração são destinados à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas. Os Fundos de Investimento em Participações são caracterizados, principalmente, pela participação ativa nas empresas ou nos negócios em que investem, participando, inclusive, do processo decisório da companhia investida.
- **Imobiliários** - Fundos que investem em empreendimentos imobiliários de vários segmentos, tais como shopping centers, imóveis corporativos, imóveis residenciais e galpões logísticos. O retorno do capital investido se dá por meio da distribuição de resultados do Fundo, emissão de certificado de recebível imobiliário ou ainda pela venda dos ativos investidos.

Investimentos imobiliários

São demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, ajustados por meio de reavaliações a cada três anos (última reavaliação em 2014), depreciados mensalmente (exceto terrenos e imóveis em construção), de acordo com a vida útil remanescente constante do laudo de avaliação, conforme item 22 da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. Os resultados dos ajustes positivos ou negativos são contabilizados nas contas específicas em contrapartida com a conta “investimento imobiliário” do resultado. A prática de reavaliação tem por finalidade atualizar periodicamente o valor contábil dos imóveis a valor justo (Nota Explicativa 7.a.i.).

Empréstimos e Financiamentos

Registra os empréstimos concedidos, acrescidos dos encargos contratuais incorridos até 31 de dezembro de 2014. Os empréstimos são concedidos aos participantes dos planos de benefícios administrados pelo Economus. Os prazos contratuais variam de acordo com o plano em que o participante está registrado.

Para o registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa, são observados os seguintes critérios, de acordo com o item 11 da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos;
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos.

Na hipótese de haver o provisionamento de 100% do saldo devedor, o plano de benefícios detentor do crédito é ressarcido integralmente pelo fundo contábil de contingência (risco de crédito) que, a partir desse momento, assume a posição dos eventuais devedores.

Outros realizáveis

Composto pelos seguintes investimentos:

- Depósito judicial feito para garantir ao Economus o direito a bônus de subscrição da Ambev;
- Investimento em controlada, avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

f. Provisão para perdas

A provisão para perdas em investimentos é efetuada segundo critérios definidos no item 11 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. As provisões são contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do ativo. Portanto, os investimentos estão apresentados pelo seu valor líquido.

g. Ativo Permanente

Demonstrado pelo valor de custo de aquisição, está sujeito a avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em outras circunstâncias que indiquem a possibilidade de perda dos seus valores.

- **Imobilizado:** a depreciação é feita pelo método linear, com taxa anual de 10% para móveis e utensílios; 20% para máquinas e equipamentos, veículos e *hardware*.
- **Intangível:** é composto por licença de uso de *softwares*, amortizados pelo método linear com taxa anual de 20%.

h. Exigível operacional

Registra as obrigações conhecidas e calculáveis de cada gestão pelo custo, mais as atualizações monetárias, quando aplicáveis.

i. Exigível contingencial

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25, de 16 de setembro de 2009, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Ativos contingentes:

- **Praticamente certo:** não é reconhecido contabilmente, exceto quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Neste caso, a entidade reconhece o ativo e não o classifica como ativo contingente. No presente exercício, não ocorreram ativos nesta categoria.
- **Provável:** neste caso, quando não é reconhecida como praticamente certa a entrada de benefícios econômicos futuros, a entidade apenas divulga em Notas Explicativas o Ativo Contingente. No Economus, existe a ocorrência desta situação, conforme descrito na Nota Explicativa 11.

Passivos contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com outros processos, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma consequente saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem

mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação. Para as causas substancialmente compostas por reclamações trabalhistas, cuja responsabilidade é do Patrocinador, a provisão do Economus limita-se aos respectivos depósitos judiciais.

Os depósitos judiciais efetuados pelo Economus e as provisões contingenciais são atualizados mensalmente pela taxa SELIC, à exceção das provisões de seguro de vida e trabalhista, que são atualizadas pela TR ou taxa de poupança.

j. Imposto de renda, contribuição social e contribuições (PIS e COFINS)

O Economus, conforme consta em seu Estatuto, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar sem fins lucrativos e está isento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), desde janeiro de 2005, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004. Também possui isenção da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Instrução Normativa SRF nº 588, de 21 de dezembro de 2005. Discute judicialmente a não sujeição ao PIS e à COFINS, apurados com base na Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.

k. Patrimônio social

Composto pelos recursos acumulados para fazer frente às obrigações de cada plano, o patrimônio social compreende o patrimônio de cobertura do plano e os fundos, segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

As contas que compõem o patrimônio social são classificadas em:

I. Patrimônio de cobertura do Plano**(a) Provisões matemáticas**

Representam, ao final de cada exercício, o valor dos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes, assistidos e beneficiários, com base em cálculos atuariais, elaborados por atuários externos.

Benefícios concedidos e a conceder

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor atual dos compromissos futuros em relação aos assistidos, ao passo que as provisões de benefícios a conceder constituem o valor atual dos

compromissos futuros, em relação aos participantes que ainda não iniciaram o recebimento do benefício de aposentadoria.

- **Benefícios do plano com a geração atual**

Representam o valor atual dos compromissos futuros, em relação aos participantes que ainda não adquiriram o direito ao benefício de complementação da aposentadoria por tempo de contribuição ou idade.

- **Outras contribuições da geração atual**

Representam o valor atual das contribuições futuras a ser realizadas pelos patrocinadores e pelos participantes da geração atual que ainda não estejam em gozo do benefício de prestação continuada. Exclui-se toda contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes nesse plano, bem como, as contribuições a ser recolhidas, tanto pelos integrantes da geração atual durante o período de percepção do benefício, quanto pelos patrocinadores sobre o valor dos benefícios a ser pagos a esses integrantes.

(-) Provisões matemáticas a constituir

Representam o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referente ao equacionamento de déficits observados nos exercícios de 2005 e 2009, de acordo com o Plano Anual de Custeio, que estão sendo pagas por participantes, assistidos e patrocinadores.

(b) Equilíbrio técnico

É determinado em função dos resultados realizados e a realizar.

- **Resultados realizados**

São os resultados acumulados oriundos dos planos de benefícios, compostos por Superávit Técnico e, pela conta redutora, Déficit Técnico.

Superávit/Déficit técnico acumulado: Representa o excedente ou a insuficiência patrimonial de recursos para a cobertura das provisões matemáticas (recursos necessários para arcar com o pagamento de benefício dos participantes). Para efeito do cálculo das provisões matemáticas (reservas atuariais), o atuário externo baseou-se na legislação que regula as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e nos respectivos Regulamentos dos Planos de Benefícios (Nota Explicativa 12.1).

- **Resultados a realizar**

Representa os resultados antecipados dos ajustes dos títulos, em decorrência da diferença positiva auferida entre o valor presente apurado pelos respectivos custos de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos dos títulos, componentes da categoria “títulos mantidos até o vencimento” e o valor presente desses títulos, considerando a taxa de desconto utilizada na última avaliação atuarial, em 31 de dezembro de 2014, com a devida anuência do órgão fiscalizador. Em 31 de dezembro de 2014, o plano de benefícios Regulamento Geral apresentou o montante de R\$ 416.051, contra um montante de R\$ 441.975, em 2013.

II. Fundos

Fundos são valores constituídos com finalidades específicas de acordo com sua origem, podendo ser:

- **Fundo Previdencial** - É constituído para cobertura de oscilação de riscos da gestão previdencial, calculado pelo atuário externo, conforme expresso em nota técnica atuarial de cada plano. Tem como objetivo suportar possíveis desvios probabilísticos nas ocorrências de morte, invalidez e doença, em relação ao estimado no estudo (cálculo atuarial), assim como para cobertura de eventual rendimento inferior ao exigido para a atualização (correção), de benefícios concedidos (aposentadorias). Especificamente, para o Plano PrevMais (CV), o fundo previdencial é composto pelos fundos de reversão, constituído por parcelas patronais não resgatáveis de participantes que optaram pelo instituto do resgate, e de capitalização dos benefícios de risco a conceder, esse último avaliado atuarialmente conforme formulações constantes da Nota Técnica Atuarial do plano.
- **Fundo Administrativo** - É constituído pelas receitas administrativas líquidas das despesas, adicionado ao rendimento auferido dos investimentos e das contingências contabilizadas no grupo de contas da Gestão Administrativa.
- **Fundo de Investimentos** - É constituído por meio da aplicação de percentual, denominado taxa de contingência, incidente sobre as parcelas pagas dos empréstimos quitados pelos participantes. Esse montante será utilizado para cobertura do saldo devedor dos mutuários inadimplentes, assim como para o pagamento dos custos decorrentes das medidas judiciais cabíveis.

I. Gestão assistencial

As diretrizes contábeis referentes à Gestão Assistencial estão descritas nas Informações Suplementares da Gestão Assistencial, conforme descrito na Nota Explicativa 9.

m. Despesas administrativas

As despesas administrativas são segregadas por tipo de gestão (previdencial, investimentos e assistencial), de acordo com critérios preestabelecidos e aprovados por ocasião da elaboração do Orçamento Anual do Economus.

As despesas administrativas das áreas vinculadas diretamente a cada gestão são registradas nos respectivos grupamentos contábeis definidos pela Resolução CNPC N° 8, de 31 de outubro de 2011, no ato da ocorrência do fato contábil. As despesas originadas nas demais áreas são registradas nas contas contábeis da gestão previdencial e segregadas para as gestões de investimentos e assistencial, ao final de cada mês, através dos critérios de rateio preestabelecidos.

Os critérios para a segregação contábil entre as despesas com a gestão previdencial, de investimentos e assistencial inerentes à Entidade são aprovados pela Diretoria Executiva e constam dos normativos internos.

Todas as despesas administrativas com a gestão assistencial, realizadas pelo PGA, são reembolsadas.

n. Custeio administrativo

Os recursos da gestão administrativa são provenientes do custeio administrativo repassado pelos planos de previdência, conforme o plano anual de custeio, e do custeio de investimentos. Esses recursos são registrados de forma segregada por plano e destinados, exclusivamente, ao pagamento das despesas administrativas das gestões previdencial e de investimentos, sendo as despesas administrativas relacionadas à gestão assistencial, reembolsadas integralmente pelas receitas administrativas dos planos assistenciais.

As sobras, bem como eventuais resultados negativos originados no fluxo de recursos administrativos, são incorporadas ao Fundo Administrativo.

Em 2014, o custeio administrativo teve as seguintes fontes:

- **Custeio Administrativo / Plano Regulamento Complementar n° 1 (BD)** - correspondente à contribuição de 0,67% dos salários reais de participação dos participantes ativos, que recebem o benefício

custeado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) ou Banco do Brasil S.A. e das complementações (assistidos). O mesmo percentual é cobrado do patrocinador, aplicável sobre a folha de salário real de participação;

- **Custeio Administrativo / Plano Regulamento Complementar n° 2 (BD)** - correspondente à contribuição de 1,308% dos salários reais de participação de participantes, que recebem o benefício custeado pela SEFAZ/SP e das complementações (assistidos). O mesmo percentual é cobrado do patrocinador, aplicável sobre a folha de salário real de participação;
- **Custeio Administrativo / Plano Regulamento Geral (BD)** - correspondente à contribuição de 0,90% dos salários reais de participação (ativos), BPD, benefício saldado de participantes não vinculados ao Plano PrevMais e das complementações (assistidos), sendo o mesmo percentual cobrado dos patrocinadores. Para os participantes autopatrocinados, a contribuição corresponde a 1,80% do salário real de participação ou benefício saldado;
- **Custeio Administrativo / Plano PrevMais (CV)** - correspondente à cobrança de contribuição, que varia de 0,15% a 0,94% sobre o salário de benefício dos participantes, 0,90% sobre a complementação paga aos assistidos e BPD. A contribuição dos patrocinadores é paritária a dos participantes e assistidos. Para os participantes autopatrocinados, a contribuição varia de 0,30% a 1,88% sobre o salário de benefício;
- **Custeio Administrativo de Investimentos** - correspondente ao reembolso mensal dos gastos realizados com a gestão dos investimentos de cada plano.

o. Resultado administrativo

O resultado administrativo é apurado mensalmente e registrado contabilmente de forma segregada pelos diversos planos previdenciais administrados pelo Economus, conforme determinação da Resolução CNPC n° 8, de 31 de outubro de 2011, e IN n° 34, de 24 de setembro de 2009.

p. Uso de Estimativas

A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. As provisões para perdas em investimentos, o exigível contingencial, as provisões

matemáticas e os fundos, estão sujeitos a essas estimativas e premissas, e sua liquidação poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa essas estimativas e suas premissas periodicamente.

5. Realizável da Gestão Previdencial

A composição do ativo realizável da gestão previdencial está demonstrada como segue:

Descrição	Regulamento Complementar nº1		Regulamento Complementar nº2		Regulamento Geral		PrevMais		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Contribuições Normais ^(a)	117	121	4	11	4.836	6.451	-	-	4.957	6.583
Patrocinadora	111	53	-	-	4.411	5.917	-	-	4.522	5.970
Participantes	6	68	4	11	402	327	-	-	412	406
Autopatrocinados	-	-	-	-	23	207	-	-	23	207
Adiantamentos	-	82	-	-	6.291	3.089	10	200	6.301	3.371
Resultado a Realizar ^(b)	-	-	-	-	416.051	441.975	-	-	416.051	441.975
Depósitos Judiciais ^(c)	11.485	16.136	4.372	4.522	49.983	38.113	-	-	65.840	58.771
Demais Realizáveis ^(d)	13.994	13.240	2.692	2.488	32	254	-	161	16.718	16.143
Total	25.596	29.579	7.068	7.021	477.193	489.882	10	361	509.867	526.843

(a) Trata-se de contribuições normais dos participantes ativos, cujos valores são descontados em folha de pagamento e repassados pelas patrocinadoras até o quinto dia útil do mês seguinte. Neste grupo contábil, também são registradas as contribuições dos participantes autopatrocinados do Plano de Benefício Definido.

(b) A Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), autorizou, em 9 de junho de 2006, por meio do ofício nº 2206/SPC/GAB, o registro contábil como Resultados a Realizar, condicionando tal registro à manutenção desses títulos até seu respectivo vencimento, ao saldamento do Plano de Benefícios do Regulamento Geral e à implantação do Plano de Contribuição Variável (PrevMais). | Contabilização - Resultados a Realizar. Durante os exercícios de 2002 e 2003, o Economus adquiriu títulos públicos, Notas do Tesouro Nacional (NTNs-C), cujo cupom médio de aquisição foi de 10,22% ao ano, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, e estão alocados ao Plano de Benefícios do Regulamento Geral. | Os rendimentos a ser gerados por esses papéis, classificados na rubrica Resultados a Realizar, utilizando os preceitos da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, representam o montante de R\$ 416.051 (em 2013, R\$ 441.975) de receitas futuras, já reconhecidos contabilmente.

(c) Trata-se de valores desembolsados por ordem judicial, para pagamento de condenação e/ou para recorrer de decisões.

(d) Composto, principalmente, pelos valores, em processo de conciliação junto ao patrocinador (Banco do Brasil S.A.), referentes aos depósitos judiciais e recursais efetuados pelos planos de benefícios Regulamento Complementar nº 1 e nº 2, no montante de R\$ 16.686 (em 2013, R\$15.722).

6. Realizável da Gestão Administrativa

A composição do ativo realizável da gestão administrativa está demonstrada como segue:

Descrição	2014	2013
Contas a receber	6.405	21.092
Contribuições para o custeio administrativo	1.420	1.298
Realizável da folha dos empregados	166	206
Responsabilidade de terceiros	17	19
Outros recursos a receber	4.802	19.569
Transferência entre administrativos ^(a)	1.969	14.894
Taxa administrativa folha aposentados	1.229	1.229
Outros recursos a receber ^(b)	1.604	3.446
Despesas antecipadas	33	31
Gestão administrativa depósitos judiciais/recursais	11.004	17.569
Outros realizáveis ^(c)	506	38
Total da gestão administrativa	17.948	38.730

(a) Decréscimo decorrente do repasse das despesas administrativas estruturais da Gestão Assistencial para o Plano de Gestão Administrativa (PGA) de maio/2013 até novembro/2014.

(b) Composto, principalmente, por valores a receber do custeio dos investimentos dos Planos Regulamento Geral n° 1, Regulamento Geral n° 2, Regulamento Geral e PrevMais.

(c) Valores a recuperar de tributos (PIS/COFINS/CSLL, INSS, Imposto de Renda e ISS) recolhidos a maior do pagamento aos prestadores de serviços.

7. Realizável dos Investimentos

O Economus realiza investimentos por meio de gestão direta (carteira própria) e gestão indireta (fundos de investimentos).

a. Composição da carteira de investimentos

Os ativos da Entidade encontram-se custodiados no Banco do Brasil S.A. e a carteira de investimentos, em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, está composta conforme discriminado a seguir:

Descrição	Regulamento Complementar n°1		Regulamento Complementar n°2		Regulamento Geral		PrevMais		PGA		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Títulos Públicos Federais	9.820	8.536	11.637	8.621	2.463.803	2.374.220	168.561	122.476	5.197	-	2.659.018	2.513.853
Notas do Tesouro Nacional	9.820	8.536	11.637	8.621	2.463.803	2.374.220	168.561	122.476	-	-	2.653.821	2.513.853
LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	5.197	-	5.197	-
Créditos Privados e Depósitos	1.879	1.656	1.735	1.530	135.087	132.175	131.490	105.626	2.310	2.069	272.501	243.056
Instituições Financeiras	1.879	1.656	1.735	1.530	111.625	110.157	56.501	105.626	1.091	2.069	172.831	221.038
Certificado de Depósito Bancário	-	-	-	-	82.647	71.745	-	17.340	1.091	983	83.738	90.068
Depósito a Prazo com Garantia Especial	-	-	-	-	-	12.854	-	-	-	-	-	12.854
Letras Financeiras Privadas	1.879	1.656	1.735	1.530	28.978	25.558	56.501	88.286	-	1.086	89.093	118.116
Companhias Abertas	-	-	-	-	23.462	22.018	-	-	-	-	23.462	22.018
Debênture	-	-	-	-	23.462	22.018	-	-	-	-	23.462	22.018
Patrocinador (Banco do Brasil)	-	-	-	-	-	-	74.989	-	1.219	-	76.208	-
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	-	74.989	-	1.219	-	76.208	-
Ações	-	-	-	-	63.315	93.497	-	-	-	-	63.315	93.497
Instituições Financeiras	-	-	-	-	20.726	17.973	-	-	-	-	20.726	17.973
Companhias Abertas	-	-	-	-	37.621	66.615	-	-	-	-	37.621	66.615
Patrocinador (Banco do Brasil)	-	-	-	-	4.968	8.909	-	-	-	-	4.968	8.909
Fundos de Investimentos	4.547	4.152	5.752	7.209	808.743	823.332	664.709	581.708	38.014	17.360	1.521.765	1.433.761
Renda Fixa	4.117	3.300	5.322	6.296	120.716	99.648	562.756	496.355	38.014	17.360	730.925	622.959
Ações	-	481	-	542	467.392	535.809	52.522	52.161	-	-	519.914	588.993
Multimercado	-	-	-	-	16.247	42.992	-	-	-	-	16.247	42.992
Índice de Mercado	-	-	-	-	-	-	816	-	-	-	816	-
Direitos Creditórios	430	371	430	371	8.538	10.456	46.766	32.363	-	-	56.164	43.561
Participações	-	-	-	-	143.845	89.280	1.849	829	-	-	145.694	90.109
Imobiliário	-	-	-	-	52.005	45.147	-	-	-	-	52.005	45.147
Investimentos Imobiliários (i)	-	-	-	-	92.954	62.147	-	-	-	-	92.954	62.147
Imóveis	-	-	-	-	92.617	61.758	-	-	-	-	92.617	61.758
Aluguéis e renda	-	-	-	-	337	389	-	-	-	-	337	389
Empréstimos e Financiamentos (ii)	-	-	-	-	58.823	60.270	42.074	31.599	-	-	100.897	91.869
Depósitos Judiciais/ Recursais	-	-	-	-	5.501	5.475	-	-	-	-	5.501	5.475
Outros Realizáveis (iii)	-	-	-	-	2.477	2.314	-	-	703	893	3.180	3.207
Total dos Investimentos	16.246	14.344	19.124	17.360	3.630.703	3.553.430	1.006.834	841.409	46.224	20.322	4.719.131	4.446.865

A administração dos investimentos da carteira própria é efetuada pelo Economus, utilizando o Banco do Brasil S.A. como prestador de serviços de custódia qualificada e controladoria, centralizando a totalidade dos títulos e valores mobiliários sob a sua guarda, devidamente habilitado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Parâmetros de avaliação pelo valor de mercado

Considerando as disposições da Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, os investimentos classificados na categoria Títulos para Negociação têm o propósito de ser negociados, independentemente do prazo do vencimento do título, e avaliados diariamente a valor de mercado, conforme divulgação de preços pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), e seus efeitos são reconhecidos no resultado do exercício (Demonstração da Mutação do Patrimônio Social).

As a es de companhias abertas são avaliadas pela cota o de fechamento do último pregão do mês da Bolsa de Valores de São Paulo ou, na falta dessa, a cota o mais recente em pregões anteriores, publicadas no Boletim Diário da BM&F BOVESPA, nos termos da Resolu o CNPC n  8, de 31 de outubro de 2011.

Os Fundos de Investimentos são avaliados com base no valor da cota, conforme balanço do patrimônio dos respectivos fundos, divulgados diariamente pelos administradores, que equivale ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários que compõem a carteira desses fundos.

Custódia dos Investimentos

Os títulos públicos são custodiados na Selic, as a es estão custodiadas na CBLC, os títulos privados na Cetip S.A, enquanto as cotas de fundos de investimentos estão custodiadas nas seguintes institui es:

- Banco Bradesco S.A.;
- Banco BTG Pactual S.A.;
- Banco do Brasil S.A.;
- Banco Santander S.A.;
- BB Gestão de Recursos DTVM S.A.;
- BRB DTVM S.A.;
- Citibank DTVM S.A.;
- Coin DTVM;
- Deutsche Bank S.A.;
- HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo; e
- Itaú Unibanco S.A.

1. Investimentos Imobiliários

Todos os investimentos imobiliários da Entidade são destinados exclusivamente para renda (aluguel) e pertencem ao Plano Regulamento Geral, conforme Política de Investimentos. Ao final do exercício de 2014, podem ser demonstrados como segue:

Descri�o	2013	Acréscimos/Dedu�es	Deprecia�es	2014
Imóveis em Construi�o^(a)	31.401	14.750	-	46.151
Bela Cintra Corporate	31.401	14.750	-	46.151
Locadas a Patrocinadoras	11.747	7.702	(192)	19.257
Terrenos	6.598	3.333	-	9.931
Aluguéis	123	12	-	135
Edifica�es	5.026	4.357	(192)	9.191
Locadas a Terceiros	18.999	8.978	(431)	27.546
Terrenos	7.496	1.306	-	8.802
Aluguéis	266	(64)	-	202
Edifica�es	11.237	7.736	(431)	18.542
Total da Carteira de Imóveis	62.147	31.430	(623)	92.954

(a) Em fevereiro de 2013, o Economus iniciou processo de investimento para constru o de imóvel comercial destinado a aluguel e renda, denominado Bela Cintra Corporate, situado na Rua Bela Cintra, São Paulo (SP). De acordo com a empresa de fiscaliza o de obra contratada pelo Economus, a constru o do edifício está com percentual físico concluído dentro do cronograma estabelecido para o período.

O Economus possui imóveis locados aos patrocinadores e a terceiros. Durante o exercício de 2014, os aluguéis recebidos totalizaram R\$ 3.749 (R\$ 3.144, em 2013).

Em atendimento ao item 19, letras h, j e k do Anexo A da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, o Economus reavaliou todos os imóveis com laudo em 05 de maio de 2014, sendo ajustado contabilmente no mesmo mês. As referidas reavaliações foram efetuadas com base na norma NBR nº 14.653 - partes 1 e 2 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Os laudos de avaliação foram emitidos pela empresa Consult Soluções Patrimoniais, cujo parecer foi emitido pelo Engenheiro Civil Silvio J. Velludo, CREA 5060.662.723/D, e gerou variação patrimonial positiva de R\$ 15.297, conforme quadro a seguir:

Descrição	Valor contábil Abril/2014	Ajuste da Reavaliação	Valor contábil Maio/2014	Vida útil remanescente
Locados a Patrocinadora	11.969	7.299	19.268	
Rua Domingos De Moraes N 896 - Vila Mariana	4.551	3.746	8.297	43 anos
Praça Raul Aguiar Leme N 212 - Bragança Paulista	2.126	283	2.409	43 anos
Rua Teodoro Sampaio N 1600 - Pinheiros	3.471	1.734	5.205	53 anos
Rua Líbero Badaró N 293 - Conjunto 15	607	512	1.119	28 anos
Rua Líbero Badaró N 293 - Conjunto 17	607	512	1.119	28 anos
Rua Líbero Badaró N 293 - Conjunto 17	607	512	1.119	28 anos
Locados a Terceiros	19.664	7.998	27.662	
Av Dr. Cardoso De Melo N 1855 - Conjunto 31	1.969	757	2.726	47 anos
Av Dr. Cardoso De Melo N 1855 - Conjunto 41	1.969	757	2.726	47 anos
Av Dr. Cardoso De Melo N 1855 - Conjunto 42	1.969	757	2.726	47 anos
Av Dr. Cardoso De Melo N 1855 - Conjunto 141	1.969	757	2.726	47 anos
Av Dr. Cardoso De Melo N 1855 - Conjunto 142	1.969	757	2.726	47 anos
Av Dr. Cardoso De Melo N 1855 - Conjunto 151	1.969	757	2.726	47 anos
Av Dr. Cardoso De Melo N 1855 - Conj. 152 E Cob	2.939	1.213	4.152	47 anos
Rua Quirino De Andrade N 185 - São Paulo	4.911	2.243	7.154	36 anos
Total da Reavaliação dos Imóveis	31.633	15.297	46.930	

2. Empréstimos e Financiamentos

Registram as operações de empréstimos concedidos a participantes, de acordo com o regulamento, e são avaliados ao valor da concessão, deduzidos os valores amortizados através do pagamento de parcelas, antecipações e quitações, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Contábeis.

Segue a movimentação da carteira de empréstimo em 2014:

Descrição	2013	Concessões/Entrada	Amortizações/Saída	Juros	2014
Regulamento Geral	60.270	34.932	(45.665)	9.286	58.823
Empréstimos a participantes	60.324	34.667	(45.383)	9.286	58.894
Provisão para liquidação duvidosa	(54)	265	(282)	-	(71)
PrevMais	31.599	34.956	(30.752)	6.271	42.074
Empréstimo a participante	31.636	34.810	(30.569)	6.271	42.148
Provisão para liquidação duvidosa	(37)	146	(183)	-	(74)
Total da carteira de Empréstimo	91.869	69.888	(76.417)	15.557	100.897

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base nos valores vencidos e vincendos, conforme número de dias de atraso.

3. Outros Realizáveis

Descrição	2014	2013
Regulamento Geral	2.477	2.314
Depósito Judicial - AMBEV ^(a)	2.477	2.314
Plano de Gestão Administrativa (PGA)	703	893
Participação na Corretora de Seguros (CORSEG) ^(b)	703	893
Total dos Outros Realizáveis	3.180	3.207

(a) Ação ordinária movida contra Companhia de Bebidas das Américas - AMBEV, relativa a bônus de subscrição.

(b) Refere-se a Economus - Administração e Corretora de Seguros Ltda.; conforme disposto na resolução CMN 3.792, de 24 de setembro de 2009, o acionista majoritário Economus não pode ter investimentos relevantes em outras empresas. A Corretora encontra-se em liquidação extrajudicial, desde 31 de dezembro de 2005. O investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial e está atualizado com base no patrimônio líquido de dezembro de 2014.

b. Fundos Exclusivos

Em 31 de dezembro de 2014, os fundos exclusivos do Economus representavam um montante de R\$ 626.091 (R\$ 684.601, em 2013).

Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimentos exclusivos estão assim demonstrados:

Descrição	Ativo/Passivo	Ativo/Passivo
	2014	2013
A - SINGULAR ECO FIC DE FIM	4.789	54.028
ADV GFA Enduro FicFi	-	402
ADV GFA Delta FicFim	-	1.278
Advis Delta FicFim	-	2.729
Cshg VII Ficfim	-	2.446
Advis Enduro Fic Fim	-	2.018
Gap Absoluto Fim	-	5.807
Gap Long Short Fim	-	2.148
Itaú Soberano Refere	-	80
Kiros Max Fic Fim	-	3.910
Kondor LX Fiq FIM	-	8.234
Mellom Fir Di Lp	6	13
Oceana Ls Fim	-	1.894
Polo Macro Fim	-	7.715
Spx Nimitz Fdr FicFi	-	7.125
Squadra Inst Fia	-	1.102
Studio Fic Fia	-	1.682
Ventor Hedge Fim	-	5.475
Valores a receber	3.795	-
Valores a pagar	(14)	(30)
Depósitos à vista	1.002	-

Descrição	Ativo/Passivo	Ativo/Passivo
	2014	2013
B - BB ECO PLUS FI RF CRÉDITO PRIVADO	350.301	223.153
Operações Compromissadas	11.562	60.450
Letra Financeira do Tesouro	48.880	14.295
Letra do Tesouro Nacional	53.024	1.625
CDB / RDB Pós-Fix Bcos Oficiais	12.584	9.789
CDB / RDB Pós-Fix Bcos Privados	39.041	30.974
CDB Subordinado	999	2.345
Debentures	33.815	31.672
Contratos Mercado Futuro	(8)	-
Cotas de Fdic Outros Bancos	-	1.342
DPGE pós Fix. Bancos Privados	51.254	36.516
Letra Financeira Subord. BB Pos	8.189	7.205
Letra Financeira Sub. Privados Pos	7.215	7.175
Letra Financeira Sub. Ligada Pos	4.581	-
Letra Financeira Não Ligadas	79.162	19.760
Depósitos à vista	13	13
Valores a receber	1	1
Valores a pagar	(11)	(9)

Descrição	Ativo/Passivo	Ativo/Passivo
	2014	2013
C - BB ECO GOLD FUNDO DE INVEST. AÇÕES	138.606	135.162
Ações	136.220	134.579
Depósitos à vista	3.797	313
Contratos Mercado Futuro	(27)	-
Valores a receber	537	277
Valores a pagar	(1.921)	(7)

Descrição	Ativo/Passivo	Ativo/Passivo
	2014	2013
D - BB ECO PREMIUM IMA-B FI Renda Fixa	16.211	88.878
Letra Financeira Subord. BB POS	2.631	2.313
Nota do Tesouro Nacional B	-	74.178
Operações Compromissadas	9.368	6.130
Debentures Simples - IPCA	4.194	6.251
Depósitos à vista	19	11
Valores a receber	-	1
Valores a pagar	(1)	(6)

Fundos Exclusivos	Ativo/Passivo	Ativo/Passivo
E - SCHRODER ECO PLUS FIA	-	56.513
Letra Tesouro Nacional	-	513
Ações de Cias Abertas	-	55.850
Depósitos à vista	-	10
Valores a receber	-	160
Valores a pagar	-	(20)

Fundos Exclusivos	Ativo/Passivo	Ativo/Passivo
F - RIO BRAVO INVENIO FIA	60.134	64.472
Ações	40.766	48.122
Letra Tesouro Nacional	18.536	15.271
Valores a receber	1.134	1.078
Valores a pagar	(303)	-
Depósitos à vista	1	1

Fundos Exclusivos	Ativo/Passivo	Ativo/Passivo
G - GUEPARDO TUPI FIC FIA	56.050	62.395
Guepardo Inst Mast ^(G1)	56.043	62.396
Valores a pagar	-	(2)
Valores a receber	6	-
Saldo em Tesouraria	1	1
Total dos Fundos Exclusivos	626.091	684.601

G1 - Carteira, basicamente, representada por ações cotadas em Bolsa de Valores.

7.1. Composição das carteiras de Investimentos por Plano

Em observância ao artigo 8º da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, abaixo, divulgamos a segregação real dos ativos por plano.

a. Composição da carteira de investimentos do Regulamento Complementar nº 1

Regulamento Complementar nº 1	Composição dos Investimentos											
	Posição Compra		Categoria		Vencimento			Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil		
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 0 anos	Acima de 10 anos	2014	2014	2014	2013
Títulos Públicos			-	9.820	-	-	-	9.820	8.867	9.820	9.820	8.536
Notas do Tesouro Nacional			-	9.820	-	-	-	9.820	8.867	9.820	9.820	8.536
Notas do Tesouro Nacional B	3.074	2.528,856960	-	8.821	-	-	-	8.821	7.773	8.821	8.821	8.338
Notas do Tesouro Nacional B	436	2.508,809691	-	999	-	-	-	999	1.094	999	999	198
Créditos Privados e Depósitos			-	1.879	-	1.289	590	-	1.879	1.879	1.879	1.656
Letras Financeiras Privadas			-	1.879	-	1.289	590	-	1.879	1.879	1.879	1.656
Letras Financeiras Privadas	1	1.289.013,43	-	1.289	-	1.289	-	-	1.289	1.289	1.289	1.135
Letras Financeiras Privadas	1	589.571,16	-	590	-	-	590	-	590	590	590	521
Fundos de Investimento			2.952	1.595	2.952	1.377	218	-	4.547	4.547	4.547	4.152
Renda Fixa			2.952	1.165	2.952	1.165	-	-	4.117	4.117	4.117	3.300
Fundo de Renda Fixa			2.952	1.165	2.952	1.165	-	-	4.117	4.117	4.117	3.300
Ações			-	-	-	-	-	-	-	-	-	481
Fundos de Ações			-	-	-	-	-	-	-	-	-	481
Direitos Creditórios			-	430	-	212	218	-	430	430	430	371
Fundos de Direitos Creditórios			-	430	-	212	218	-	430	430	430	371
Total			2.952	13.294	2.952	2.666	808	9.820	15.293	16.246	16.246	14.344

b. Composição da carteira de investimentos do Regulamento Complementar nº 2

Regulamento Complementar nº 2	Composição dos Investimentos											
	Posição Compra		Categoria		Vencimento				Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil	
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2014	2014	2014	2013
Títulos Públicos			-	11.637	-	-	-	11.637	10.815	11.637	11.637	8.621
Notas do Tesouro Nacional			-	11.637	-	-	-	11.637	10.815	11.637	11.637	8.621
Notas do Tesouro Nacional B	3.107	2.528,856960	-	8.911	-	-	-	8.911	7.857	8.911	8.911	8.423
Notas do Tesouro Nacional B	1.179	2.508,809691	-	2.726	-	-	-	2.726	2.958	2.726	2.726	198
Créditos Privados e Depósitos			-	1.735	-	1.146	589	-	1.735	1.735	1.735	1.530
Letras Financeiras Privadas			-	1.735	-	1.146	589	-	1.735	1.735	1.735	1.530
Letras Financeiras Privadas	1	1.145.789,72	-	1.146	-	1.146	-	-	1.146	1.146	1.146	1.009
Letras Financeiras Privadas	1	589.571,16	-	589	-	-	589	-	589	589	589	521
Fundos de Investimento			4.008	1.744	4.008	1.526	218	-	5.752	5.752	5.752	7.209
Renda Fixa			4.008	1.314	4.008	1.314	-	-	5.322	5.322	5.322	6.296
Fundo de Renda Fixa			4.008	1.314	4.008	1.314	-	-	5.322	5.322	5.322	6.296
Ações			-	-	-	-	-	-	-	0	-	542
Fundos de Ações			-	-	-	-	-	-	-	0	-	542
Direitos Creditórios			-	430	-	212	218	-	430	430	430	371
Fundos de Direitos Creditórios			-	430	-	212	218	-	430	430	430	371
Total			4.008	15.116	4.008	2.672	807	11.637	18.302	19.124	19.124	17.360

c. Composição da carteira de investimentos do Regulamento Geral

Regulamento Geral	Composição dos Investimentos											
	Posição Compra		Categoria		Vencimento			Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil		
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2014	2014	2014	2013
Títulos Públicos			66.764	2.397.039	66.764	270.592	1.193.046	933.401	2.901.507	2.463.803	2.463.803	2.374.220
Notas do Tesouro Nacional			66.764	2.397.039	66.764	270.592	1.193.046	933.401	2.901.507	2.463.803	2.463.803	2.374.220
Notas do Tesouro Nacional B	5	2.528,856960	-	12.282	-	-	-	12.282	12.644	12.282	12.282	-
Notas do Tesouro Nacional B	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.508
Notas do Tesouro Nacional B	49.548	2.471,503533	-	105.710	-	-	-	105.710	122.458	105.710	105.710	98.636
Notas do Tesouro Nacional B	152.817	2.508,809691	-	373.841	-	-	-	373.841	383.389	373.841	373.841	227.744
Notas do Tesouro Nacional C	92.040	3.157,146079	-	270.592	-	270.592	-	-	290.584	270.592	270.592	254.649
Notas do Tesouro Nacional C	444.594	3.114,814672	-	1.193.046	-	-	1.193.046	-	1.384.828	1.193.046	1.193.046	1.125.298
Notas do Tesouro Nacional C	126.000	5.086,028369	-	441.568	-	-	-	441.568	640.840	441.568	441.568	428.193
Notas do Tesouro Nacional C	21.147	3.052,730310	66.764	-	66.764	-	-	-	66.764	66.764	66.764	217.192
Créditos Privados e Depósitos				135.087		123.296	11.791	-	135.063	135.087	135.087	132.175
Instituições Financeiras				111.625		99.834	11.791	-	111.625	111.625	111.625	110.157
Certificados de Depósitos Bancários	40.000	2.066,173385	-	82.647	-	82.647	-	-	82.647	82.647	82.647	71.745
Letras Financeiras Privadas	12	1.432,237,1475	-	17.187	-	17.187	-	-	17.187	17.187	17.187	15.141
Letras Financeiras Privadas	10	1.179,142,3220	-	11.791	-	-	11.791	-	11.791	11.791	11.791	10.417
Recibo de Depósitos Bancários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.854
Companhias Abertas				23.462		23.462	-	-	23.438	23.462	23.462	22.018
Debêntures	16.341	1.434,324966	-	23.462	-	23.462	-	-	23.438	23.462	23.462	22.018

Regulamento Geral	Composição dos Investimentos											
	Posição Compra		Categoria		Vencimento			Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil		
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2014	2014	2014	2013
Ações			63.315	-	63.315	-	-	-	63.315	63.315	63.315	93.497
Instituições Financeiras			20.726	-	20.726	-	-	-	20.726	20.726	20.726	17.973
Bradesco PN	348.748	35,06	12.227	-	12.227	-	-	-	12.227	12.227	12.227	10.145
Itausa PN	292.123	9,39	2.743	-	2.743	-	-	-	2.743	2.743	2.743	2.328
Itaú Unibanco PN	166.350	34,60	5.756	-	5.756	-	-	-	5.756	5.756	5.756	5.500
Companhias Abertas			37.621	-	37.621	-	-	-	37.621	37.621	37.621	66.615
Ambev ON	1.091.234	16,35	17.841	-	17.841	-	-	-	17.841	17.841	17.841	18.874
Cemig PN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.187
Cia Paul. De Força e Luz ON	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.367
Eletrobrás PNB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.159
Embraer ON	65.700	24,44	1.606	-	1.606	-	-	-	1.606	1.606	1.606	1.241
Gerdau PN	98.200	9,58	941	-	941	-	-	-	941	941	941	1.801
Metalúrgica Gerdau PN	79.000	11,30	893	-	893	-	-	-	893	893	893	1.849
Petrobras ON	202.519	9,59	1.942	-	1.942	-	-	-	1.942	1.942	1.942	5.497
Petrobras PN	350.970	10,02	3.517	-	3.517	-	-	-	3.517	3.517	3.517	10.361
Vale do Rio Doce PNA	552.400	19,23	10.622	-	10.622	-	-	-	10.622	10.622	10.622	18.080
Valores a Receber	-	-	259	-	259	-	-	-	259	259	259	199
Patrocinador (Banco do Brasil)			4.968	-	4.968	-	-	-	4.968	4.968	4.968	8.909
Banco do Brasil ON	208.998	23,77	4.968	-	4.968	-	-	-	4.968	4.968	4.968	8.909
Fundos de Investimento			576.394	232.349	576.394	125.363	66.385	40.601	808.743	808.743	808.743	823.332
Renda Fixa			108.044	12.672	108.044	12.672	-	-	120.716	120.716	120.716	99.648
Fundo de Renda Fixa			108.044	12.672	108.044	12.672	-	-	120.716	120.716	120.716	99.648
Ações			400.098	67.294	400.098	67.294	-	-	467.392	467.392	467.392	535.809
Fundo de Ações			400.098	67.294	400.098	67.294	-	-	467.392	467.392	467.392	535.809
Multimercado			16.247	-	16.247	-	-	-	16.247	16.247	16.247	42.992
Fundo Multimercado			16.247	-	16.247	-	-	-	16.247	16.247	16.247	42.992
Direitos Creditórios			-	8.538	-	3.862	4.676	-	8.538	8.538	8.538	10.456
Fundo de Direitos Creditórios			-	8.538	-	3.862	4.676	-	8.538	8.538	8.538	10.456
Participações			-	143.845	-	41.535	61.709	40.601	143.845	143.845	143.845	89.280
Fundo de Participações			-	143.845	-	41.535	61.709	40.601	143.845	143.845	143.845	89.280
Imobiliário			52.005	-	52.005	-	-	-	52.005	52.005	52.005	45.147
Fundo Imobiliário			52.005	-	52.005	-	-	-	52.005	52.005	52.005	45.147

Regulamento Geral	Composição dos Investimentos											
	Posição Compra		Categoria		Vencimento			Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil		
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2014	2014	2014	2013
Investimentos Imobiliários			92.954	-	92.954	-	-	-	92.954	92.954	92.954	62.147
Imóveis			92.617	-	92.617	-	-	-	92.617	92.617	92.617	61.758
Aluguéis e Renda			337	-	337	-	-	-	337	337	337	389
Empréstimos e Financiamentos			58.823	-	58.823	-	-	-	58.823	58.823	58.823	60.270
Depósitos Judiciais/Recursais			5.501	-	5.501	-	-	-	5.501	5.501	5.501	5.475
Outros Realizáveis			2.477	-	2.477	-	-	-	2.477	2.477	2.477	2.314
Total			866.228	2.764.475	866.228	519.251	1.271.222	974.002	4.068.383	3.630.703	3.630.703	3.553.430

Em 2013 e 2014 não houve reclassificação de títulos entre as categorias definidas pela Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002.

d. Composição da carteira de investimentos do Plano PrevMais

PrevMais	Composição dos Investimentos											
	Posição Compra		Categoria		Vencimento			Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil		
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2014	2014	2014	2013
Títulos Públicos			-	168.561	-	-	-	168.561	155.393	168.561	168.561	122.476
Notas do Tesouro Nacional			-	168.561	-	-	-	168.561	155.393	168.561	168.561	122.476
Notas do Tesouro Nacional B	59.419	2.508,809691	-	162.420	-	-	-	162.420	149.071	162.420	162.420	122.476
Notas do Tesouro Nacional B	2.500	2.528,856960	-	6.141	-	-	-	6.141	6.322	6.141	6.141	-
Créditos Privados e Depósitos			-	131.490	-	-	131.490	-	131.490	131.490	131.490	105.626
Instituição Financeira			-	56.501	-	-	56.501	-	56.501	56.501	56.501	66.521
Certificados de Depósitos Bancários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.340
Letras Financeiras Privadas	8	1.179.142,3225	-	9.433	-	-	9.433	-	9.433	9.433	9.433	8.334
Letras Financeiras Privadas	40	1.176.683,1400	-	47.068	-	-	47.068	-	47.068	47.068	47.068	40.847
Patrocinador (Banco do Brasil)			-	74.989	-	-	74.989	-	74.989	74.989	74.989	39.105
Letras Financeiras	36	1.219.005,2017	-	43.884	-	-	43.884	-	43.884	43.884	43.884	39.105
Letras Financeiras	10	1.037.443,7870	-	10.375	-	-	10.375	-	10.375	10.375	10.375	-
Letras Financeiras	10	1.036.966,3930	-	10.370	-	-	10.370	-	10.370	10.370	10.370	-
Letras Financeiras	10	1.036.012,2650	-	10.360	-	-	10.360	-	10.360	10.360	10.360	-

PrevMais	Composição dos Investimentos											
	Posição Compra		Categoria		Vencimento			Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil		
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2014	2014	2014	2013
Fundos de Investimento			605.913	58.796	605.913	33.033	24.648	1.115	664.709	664.709	664.709	581.708
Renda Fixa			555.810	6.946	555.810	6.946	-	-	562.756	562.756	562.756	496.355
Fundo de Renda Fixa			555.810	6.946	555.810	6.946	-	-	562.756	562.756	562.756	496.355
Ações			49.287	3.235	49.287	3.235	-	-	52.522	52.522	52.522	52.161
Fundos de Ações			49.287	3.235	49.287	3.235	-	-	52.522	52.522	52.522	52.161
Índice de Mercado			816	-	816	-	-	-	816	816	816	-
Fundo de Mercado			816	-	816	-	-	-	816	816	816	-
Direitos Creditórios			-	46.766	-	22.852	23.914	-	46.766	46.766	46.766	32.363
Fundos de Direitos Creditórios			-	46.766	-	22.852	23.914	-	46.766	46.766	46.766	32.363
Participações			-	1.849	-	-	734	1.115	1.849	1.849	1.849	829
Fundo de Participações			-	1.849	-	-	734	1.115	1.849	1.849	1.849	829
Empréstimos e Financiamentos			42.074	-	42.074	-	-	-	42.074	42.074	42.074	31.599
Total			647.987	358.847	647.987	33.033	156.138	169.676	993.666	1.006.834	1.006.834	841.409

Perfil de Investimentos

Desde 01 de julho de 2009, o Economus oferece opção de perfis de investimentos para os participantes do Plano PrevMais. São quatro opções de perfis de investimento oferecidas: Conservador, Moderado, Agressivo e Super agressivo. A cada quatro meses (janeiro, maio e setembro), o Economus oferece ao participante a possibilidade de opção de troca de perfis de investimentos. A seguir, apresentamos a composição dos perfis de investimentos em 31 de dezembro de 2014:

Perfil	Qtd. Participantes (*)	Volume dos recursos (**)	Rentabilidade (%)
Conservador	9.044	632.960.758,07	11,91%
Moderador	840	48.545.751,35	9,49%
Agressivo	557	37.391.168,91	7,09%
Super Agressivo	321	22.520.124,22	4,70%
Total	10.762	741.417.802,55	

(*) Considera os participantes ativos, autopatrocinados, BPD e OPP (participantes desligados do Plano/Patrocinadora, aguardando concessão de benefício/extrato de desligamento, aguardando opção pelos Institutos ou suspensos). No perfil conservador foi incluído a quantidade de aposentados com opção por renda mensal por período determinado, renda mensal em percentual do MFI e pensionistas com saldo de MFI. A quantidade informada está acrescida em 15 participantes, a diferença reside no fato de que estes participantes têm recursos em mais de um perfil devido a vínculos anteriores.

(**) Soma dos Fundos A, B e C e Recursos Portados.

e. Composição da carteira de investimentos do Plano de Gestão Administrativa

Administrativa	Composição dos Investimentos											
	Posição Compra		Categoria		Vencimento			Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil		
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2014	2014	2014	2013
Títulos Públicos Federais			5.197	-	5.197	-	-	-	5.197	5.197	5.197	-
Letras Financeiras do Tesouro			5.197	-	5.197	-	-	-	5.197	5.197	5.197	-
Letras Financeiras do Tesouro	795	6.537,486428	5.197	-	5.197	-	-	-	5.197	5.197	5.197	-
Letras Financeiras do Tesouro	795	6.537,486428	5.197	-	5.197	-	-	-	5.197	5.197	5.197	-
Créditos Privados e Depósitos			1.091	1.219	1.091	-	1.219	-	2.310	2.310	2.310	2.069
Letras Financeiras Privadas			1.091	-	1.091	-	-	-	1.091	1.091	1.091	2.069
Certificados de Depósitos Bancários	1.000	1.091,47552	1.091	-	1.091	-	-	-	1.091	1.091	1.091	983
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.086
Patrocinador (Banco do Brasil)			-	1.219	-	-	1.219	-	1.219	1.219	1.219	-
Fundos de Investimento			38.014	-	38.014	-	-	-	38.014	38.014	38.014	17.360
Renda Fixa			38.014	-	38.014	-	-	-	38.014	38.014	38.014	17.360
Fundo de Renda Fixa			38.014	-	38.014	-	-	-	38.014	38.014	38.014	17.360
Outros Realizáveis			703	-	703	-	-	-	703	703	703	893
Total			45.005	1.219	45.005	-	1.219	-	46.224	46.224	46.224	20.322

8. Permanente

A composição do ativo permanente está demonstrada como segue:

Descrição	2013	Adições	Baixa	Depreciações e amortizações	2014
Imobilizado	1.421	125	(22)	(383)	1.141
Móveis e utensílios	177	19	-	(28)	168
Máquinas e equipamentos	1.190	38	(1)	(335)	892
Veículos	54	68	(21)	(20)	81
Intangível	629	46	-	(198)	477
Software	629	46	-	(198)	477
Total do Permanente	2.050	171	(22)	(581)	1.618

9. Gestão assistencial

A partir do exercício de 2010, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, que operam plano de assistência à saúde aos seus participantes e assistidos, passaram a utilizar as regras da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para os registros contábeis. Portanto, as Demonstrações Contábeis dos planos assistenciais administrados pelo Economus, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela ANS, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e pela Superintendência de Previdência Complementar (Previc).

As Demonstrações Contábeis e as notas explicativas da gestão assistencial são apresentadas de forma segregada às demonstrações dos planos previdenciais e plano de gestão administrativa, mas como parte integrante das Demonstrações Contábeis, conforme apresentado nas informações suplementares (Nota Explicativa 19.c).

Nos demonstrativos contábeis consolidados, elaborados em conformidade com os normativos do CNPC e Previc, são apresentados apenas os saldos totais do ativo, passivo e movimentos patrimoniais ocorridos no plano assistencial. Os valores de forma analítica são apresentados nos demonstrativos assistenciais elaborados em conformidade com as normas da ANS.

10. Exigível Operacional

Compete a este grupo o registro dos compromissos a pagar do Economus, segregados em gestão previdencial, administrativa e de investimentos.

A composição do exigível operacional está demonstrada como segue:

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		PGA		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Gestão Previdencial	3	564	1	511	4.923	6.334	700	1.070	-	-	5.627	8.479
Benefícios a pagar	-	261	-	385	-	731	1	72	-	-	1	1.450
Retenções a recolher	2	2	1	1	4.790	4.119	699	854	-	-	5.492	4.976
Outras exigibilidades ^(a)	1	301	-	124	133	1.483	-	144	-	-	134	2.053
Gestão Administrativa	-	-	-	-	-	-	-	-	7.496	7.007	7.496	7.007
Pessoal e encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	2.100	1.640	2.100	1.640
Fornecedores a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	4.555	4.611	4.555	4.611
Retenções a recolher	-	-	-	-	-	-	-	-	27	756	27	756
Tributos a recolher	-	-	-	-	-	-	-	-	814	-	814	-
Investimento	2	2	2	3	591	643	211	169	-	-	806	817
Investimentos imobiliários	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	1	2
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	52	55	96	27	-	-	148	82
Relacionados com o disponível	-	2	-	3	-	584	-	142	-	-	-	731
Outras Exigibilidades ^(b)	2	-	2	-	538	2	115	-	-	-	657	2
Total do exigível operacional	5	566	3	514	5.514	6.977	911	1.239	7.496	7.007	13.929	16.303

(a) outras exigibilidades referem-se à taxa de administração e contribuições a repassar entre os planos de benefícios.

(b) refere-se ao valor a pagar de consultoria técnica dos investimentos imobiliários do Plano Regulamento Geral

11. Exigível contingencial

O Economus tem ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros ramos do Direito.

A composição do exigível contingencial das ações classificadas como prováveis está demonstrada como segue:

Descrição	Provisões			Depósito Judicial		
	Saldo em 31/12/2013	Constituição/ (Reversão)	Atualização	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2013	Saldo em 31/12/2014
Trabalhistas^(a)	81.416	6.607	3.702	91.725	59.367	66.182
Regulamento Complementar nº 1	15.158	(4.141)	468	11.485	15.158	11.485
Regulamento Complementar nº 2	2.941	1.140	291	4.372	2.941	4.372
Regulamento Geral	60.114	12.582	2.763	75.459	38.113	49.983
Plano de Gestão Administrativo (PGA)	3.203	(2.974)	180	409	3.154	342
Cíveis^(b)	603	257	-	860	-	9
Regulamento Geral	240	590	-	830	-	9
Plano de Gestão Administrativo (PGA)	363	(333)	-	30	-	-
Outras^(c)	4.797	(3.674)	60	1.183	4.797	1.186
Regulamento Complementar nº 1	977	(977)	-	-	977	-
Regulamento Complementar nº 2	1.581	(1.581)	-	-	1.581	-
Plano de Gestão Administrativo (PGA)	2.239	(1.116)	60	1.183	2.239	1.186
Provisão para riscos fiscais	19.419	(2.864)	393	16.948	17.651	14.968
Regulamento Geral	5.474	(186)	204	5.492	5.473	5.492
IPTU ^(b)	5.248	-	195	5.443	5.247	5.443
ITBI ^(d)	178	(186)	8	-	178	-
Outras ^(e)	48	-	1	49	48	49
Plano de Gestão Administrativo (PGA)	13.945	(2.678)	189	11.456	12.178	9.476
CADIN ^(f)	107	(114)	7	-	107	-
ISS ^(d)	1.667	-	174	1.841	-	-
INSS ^(g)	212	(220)	8	-	212	-
PIS e COFINS - 2000 à 2002 ^(h)	3.751	(3.751)	-	-	3.751	-
PIS e COFINS - 2006 ⁽ⁱ⁾	8.208	1.407	-	9.615	8.108	9.476
Total do exigível contingencial	106.235	326	4.155	110.716	81.815	82.345

(a) Processos trabalhistas: São compostos por ações interpostas por participantes, ex-participantes e seus dependentes em face dos Planos de Benefícios do Regulamento Geral nº 1, Regulamento Geral nº 2 e Regulamento Geral. Esses processos estão em diversos estágios de andamento, inclusive com valores depositados judicialmente. A Administração avalia que a provisão constituída é estimada para a cobertura das eventuais perdas, consubstanciada na opinião dos seus assessores jurídicos, bem como de acordo com a metodologia e critérios estabelecidos para identificação das ações que se enquadrem nas classificações de provável, possível ou remota, em relação a decisões desfavoráveis ao Economus.

Atualmente, o Economus reconhece em seu ativo (Demais Realizáveis, Nota Explicativa 5.b.) o reembolso, por parte do Patrocinador Banco do Brasil S.A., dos valores referentes aos depósitos judiciais e recursais efetuados pelos Planos de Benefícios Regulamento Complementar nº 1 e Regulamento Complementar nº 2, compreendendo o período de novembro/2009 a dezembro/2014.

O acréscimo do passivo trabalhista previdencial no exercício de 2014 reflete a movimentação de fase processual das reclamações trabalhistas, de instrução para recurso, ocasião em que o processo é classificado como provável. Contabilmente, estão provisionados, em 2014, no valor total de R\$ 91.725 (R\$ 81.416, em 2013), e depositados judicialmente, em 2014, no valor total de R\$ 66.182 (R\$ 59.367, em 2013).

(b) Processos Cíveis: São compostos por ações em andamento na justiça comum, com provisionamento, em 2014, de R\$ 860 (R\$ 603, em 2013) e depositados judicialmente, em 2014, no valor total de R\$ 9 (R\$ 0, em 2013).

(c) Outros: São compostos por ações do Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2 e seguro de vida. Contabilmente, estão provisionados, em 2014, no valor total de R\$ 1.183 (R\$ 4.797, em 2013), e depositados judicialmente, em 2014, no valor total de R\$ 1.186 (R\$ 4.797, em 2013).

(d) IPTU, ITBI e ISS: O Economus provisionou e depositou judicialmente valores devidos a título de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e Imposto Sobre Serviços (ISS) dos bens constantes do Imobilizado do Plano de Benefícios do Regulamento Geral. Contabilmente estão provisionados em 2014 no valor total de R\$ 7.284 (R\$ 7.093, em 2013), e depositados judicialmente em 2014

no valor total de R\$ 5.443 (R\$ 5.425, em 2013).

Em 2007, o Economus aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), em fase de homologação pela Prefeitura de São Paulo, instituído pela Lei 14.129, de 11 de janeiro de 2006. O PPI é um programa cuja finalidade é oferecer oportunidade para que as pessoas físicas ou jurídicas possam quitar seus débitos tributários e não tributários e, assim, regularizar a situação perante o Município de São Paulo, com redução de até 75% da multa e 100% dos juros de mora.

Em 2014, o processo do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), foi julgado improcedente, convertido em renda da Prefeitura, aguardando o encerramento e arquivamento definitivo na 02ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo (R\$ 178, em 2013).

(e) Outras (fiscais): São compostas por ações de outros ramos do Direito. Contabilmente, estão provisionados, em 2014, no valor total de R\$ 49, (R\$ 48, em 2013), e depositados judicialmente, em 2014, no valor total de R\$ 49 (R\$ 48, em 2013).

(f) CADIN: Em 2010, a Receita Federal do Brasil emitiu despacho decisório cobrando crédito não homologado da COFINS e ajuizou a dívida na Procuradoria da Fazenda Nacional. Seguindo orientação dos assessores jurídicos, o Instituto recolheu judicialmente o valor total de R\$ 89, em 28 de fevereiro de 2011. O processo foi julgado em 28 de março de 2014, dando ganho de causa ao Economus, que efetuou o levantamento do valor total atualizado de R\$ 114.

(g) INSS: Em 2004 e 2007, o Economus foi autuado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) em relação às contribuições previdenciárias de caráter normal e divergência entre valores recolhidos e informados na GFIP. Assessoria jurídica especializada foi contratada para impugnação dos autos, os quais foram julgados improcedentes, sendo que ocorreu a baixa contábil em 2014.

(h) PIS e COFINS - 2000 a 2002: Com a edição da Medida Provisória 2.222, de 04 de setembro de 2001, editada pelo Governo Federal, que dispôs sobre o Regime Especial de Tributação (RET), modalidade de apuração de imposto de renda, que vigorou entre os anos de 2002 a 2004, o Economus desistiu das ações em andamento. Os depósitos judiciais referentes ao PIS e COFINS, efetuados de abril de 2000 a dezembro de 2002, totalizando R\$ 3.751 (provisão e depósito em

2009 e 2010), foram convertidos em renda da União em 23 de maio de 2013. Em 2014, ocorreu a baixa contábil do PIS e da COFINS.

(i) PIS e COFINS – 2006: A partir de 2006, seguindo orientação dos assessores jurídicos, o Economus impetrou Mandado de Segurança do PIS e da COFINS, teve liminar concedida e os valores apurados passaram a ser recolhidos judicialmente. A perspectiva de perda desse processo é “Possível”. Contabilmente, estão

provisionados, em 2014, R\$ 9.615 (R\$ 8.208, em 2013) e depositados judicialmente, em 2014, R\$ 9.476 (R\$ 8.108, em 2013).

O Economus possui ações de natureza trabalhista, cível, administrativa e investimentos que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificados pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível, estando assim representadas:

Natureza	Descrição do objeto	Expectativa de perda Possível	
		2014	2013
Trabalhista		9.155	13.144
Ações do Regulamento Geral	Diferenças de verbas trabalhistas nos benefícios previdenciais, concessão ou revisão de benefício.	9.155	13.144
Cível		20.486	9.975
Ações Cíveis Regulamento Geral	Concessão ou revisão de benefícios previdenciários	20.486	9.975
Subtotal trabalhista e cível		29.641	23.119
Administrativo			
Seguro de vida	Ações Cíveis Seguro de Vida em Grupo indenização Seguro de Vida e Acidentes/Manutenção Apólice	1.808	5.471
Ex-empregados do Economus	Verbas trabalhistas / reintegração ao emprego	52	92
Ex-empregados do Economus	Restabelecimento do plano de saúde / revisão do índice de reajuste	49	56
Receita Federal do Brasil	Pedido de compensação de tributos	15.204	-
Subtotal administrativo		17.113	5.619
Investimento			
Ações Cíveis – Empréstimo	Empréstimo a participante	-	14
Imóveis – Regulamento Geral	Imóveis	1.201	1.069
Subtotal investimento		1.201	1.083
Total das ações com risco de perda possível		47.955	29.821

12. Provisões matemáticas

A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 pode ser resumida como segue:

Descrição	01/Janeiro/2014	Constituição no exercício	31/Dez/2014
Benefícios Concedidos	3.832.655	246.856	4.079.511
Benefícios do Plano	3.832.655	246.856	4.079.511
Benefícios a Conceder	1.444.333	(82.413)	1.361.920
Benefícios do Plano com a Geração Atual	1.444.862	(82.517)	1.362.345
(-) Outras Contribuições da Geração Atual	(529)	104	(425)
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(371.275)	3.608	(367.667)
Total das Provisões Matemáticas	4.905.713	168.051	5.073.764

As provisões matemáticas a constituir totalizaram R\$ 367.667, referentes ao valor atual das contribuições futuras a ser realizadas pelos patrocinadores, participantes (saldados, não saldados e autopatrocinados) e assistidos. Está descontada a contribuição extraordinária (déficit equacionado de 2005 e 2009), sendo recolhida ao plano de benefícios do Regulamento Geral de forma paritária.

Plano de Benefício Definido (Regulamento Geral) Déficit Equacionado 2005

	2014	2013
Valor contratado	247.989	247.989
Saldo devedor atual	367.667	357.156
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	311 meses	311 meses
Prazo de amortização restante	220 meses	244 meses
Valor das contribuições ⁽²⁾	2.525	2.438
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 6%	INPC + 6%

(1) Na Avaliação Atuarial de 31/12/2010, foi alterado o método de financiamento utilizado para amortização das Contribuições Extraordinárias referente ao Déficit Equacionado - 2005, que passou para o Método Price. O prazo médio referencial estimado para amortização extraordinária do déficit técnico foi fixado em 311 meses, contados a partir de abril de 2011.

(2) Valor das contribuições de equacionamento do déficit arrecadadas no mês de dezembro, sem a 13ª contribuição.

**Plano de Benefício Definido (Regulamento Geral)
Déficit Equacionado 2009**

	2014	2013
Valor contratado	69.429	69.429
Saldo devedor atual	-	14.120
Prazo de amortização pactuado	52 meses	52 meses
Prazo de amortização restante	-	11 meses
Valor das parcelas	-	1.874
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 6%	INPC + 6%

No exercício de 2014, encerrou o período de amortização do déficit equacionado de 2009, portanto, não havendo saldo desta dívida na data da Avaliação Atuarial de 2014.

Demonstrativo da composição das provisões matemáticas por planos

	Regulamento Complementar nº 1	Regulamento Complementar nº 2	Regulamento Geral	PrevMais	Consolidado
Benefícios concedidos	9.035	1.490	3.855.262	213.724	4.079.511
Benefícios a conceder	6.055	5.500	668.355	682.010	1.361.920
(-) Provisões matemáticas a constituir	-	-	(367.667)	-	(367.667)
Exigível atuarial	15.090	6.990	4.155.950	895.734	5.073.764

O Economus, junto com a empresa Gama Consultores Associados, responsável técnico-atuarial pelos planos de benefícios administrados, realizou testes estatísticos retrospectivos, com dados históricos de todas as premissas demográficas e biométricas, bem como as premissas econômico-financeiras por método prospectivo, utilizadas no cálculo das Provisões Matemáticas dos Planos de Benefícios.

Com relação à premissa biométrica “Mortalidade Geral”, o Economus utiliza, para os planos Regulamento Geral,

Regulamento Complementar nº 1 e Regulamento Complementar nº 2, a Tábua de Mortalidade AT 2000 M&F, agravada em 60%, e para o plano PrevMais, a Tábua de Mortalidade AT 2000 F que, conforme testes aplicados pela Gama, mostraram-se aderentes às características da população analisada.

A seguir, os quadros das Premissas e Hipóteses Atuariais adotadas para os planos de benefícios administrados pelo Economus, em 2014 e 2013:

a. Regulamento Complementar nº 1

Premissas e Hipóteses	Hipóteses 2014	Hipóteses 2013
Taxa Real Anual de Juros	4,30%	4,30%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real – Benefícios	0,97	0,97
Tábua de Mortalidade	AT 2000 M&F (A60)	AT 2000 M&F (A60)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	WINKLEVOSS	RP 2000 DISABLE M
Tábua de Morbidez	EX – ECONOMUS II	EX – ECONOMUS II

b. Regulamento Complementar nº 2

Premissas e Hipóteses	Hipóteses 2014	Hipóteses 2013
Taxa Real Anual de Juros	4,30%	4,30%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real – Benefícios	0,97	0,97
Tábua de Mortalidade	AT 2000 M&F (A60)	AT 2000 M&F (A60)

c. Regulamento Geral

Premissas e Hipóteses	Hipóteses 2014	Hipóteses 2013
Taxa Real Anual de Juros	5,75%	5,75%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real – Benefícios	0,97	0,97
Tábua de Mortalidade	AT 2000 M&F (A60)	AT 2000 M&F (A60)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	WINKLEVOSS	RP 2000 DISABLE M
Tábua de Entrada em Invalidez	Zimmer (D26)	Zimmer (D26)
Tábua de Entrada em Aposentadoria	EX GAMA-ECONOMUS	-
Tábua de Rotatividade	EX- ECONOMUS Ajuste Gráfico	EX- ECONOMUS Ajuste Gráfico
Tábua de Morbidez	EX-ECONOMUS II	EX-ECONOMUS II
Composição da Família de Pensionistas	Composição Familiar Real	Composição Familiar Real
Crescimento Real de Salários	0,00%	-

Diante da necessidade de se adequar aos novos parâmetros estabelecidos pela Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, alterada pelas Resoluções MPS/CNPC nº 09/2012 e MPS/CNPC nº 15/2014, que determina que a taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefício deve ser reduzida, ano a ano, em 0,25 ponto percentual, a partir da avaliação atuarial do exercício de 2013 e até a avaliação do exercício de 2018, o Economus alterou a taxa real de juros de 6% a.a. (2012) para 5,75% a.a. (2013).

Em dezembro de 2014, através do ofício 3.946/2014/CGMI/DIACE/PREVIC, a Previc autorizou o Economus a manter a taxa real de juros de 5,75% a.a. para o Plano de Benefícios do Regulamento Geral, CNPB 19.780.001-38, em resposta à solicitação elaborada em conformidade com à Instrução

PREVIC nº 01, de 12 de abril de 2013, que faculta às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) pleitear manutenção da taxa de juros superior aos limites estipulados no item 4 do Regulamento Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, alterada pelas Resoluções MPS/CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012 e MPS/CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014.

A Entidade encaminhou ao órgão fiscalizador, estudos visando a alteração dos regimes financeiros (regime de repartição simples e repartição de capitais de cobertura), atualmente adotados para os cálculos das reservas técnicas referentes ao custeio dos benefícios de risco assegurados pelo plano do Regulamento Geral para o regime de capitalização, tendo em vista as características do plano.

d. PrevMais

Premissas e Hipóteses	Hipóteses 2014	Hipóteses 2013
Taxa Real Anual de Juros	5%	5%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de determinação Valor Real - Benefícios	0,97	0,97
Crescimento Real de Salário	1,80%	1,99%
Tábua de Mortalidade	AT 2000 F	AT 2000 F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI – 85 Female	MI – 85 Female
Tábua de Entrada em Invalidez	Muller	Muller
Tábua de Rotatividade	GAMA/ROT Exp. Economus 2011 (taxa média de 0,90% ao ano até a idade de aposentadoria, e nula após esta idade)	GAMA/ROT Exp. Economus 2011 (taxa média de 0,90% ao ano até a idade de aposentadoria, e nula após esta idade)
Tábua de Morbidez	EX – ECONOMUS II (D20%)	EX – ECONOMUS II (D20%)

12.1. Superávit/Déficit técnico

A composição do superávit/déficit técnico por plano de benefícios, findo em 31 de dezembro de 2014, pode ser resumida como segue:

Superávit/(Déficit) Técnico	Regulamento Complementar 1	Regulamento Complementar 2	Regulamento Geral	PrevMais	Consolidado
Resultado realizado em 01/01/2014	1.382	4.733	(624.871)	2.720	(616.036)
Result. Líquido Previdencial	1.456	482	(278.042)	70.050	(206.054)
Result. Líquido Investimentos	1.673	1.989	353.415	95.140	452.217
Atual. Provisão Matemática	(446)	645	(4.765)	(163.485)	(168.051)
Fundos Previdenciais	(3.081)	281	-	(7.899)	(10.699)
Resultado realizado em 31/12/2014	984	8.130	(554.263)	(3.474)	(548.623)
Resultados a realizar	-	-	416.051	-	416.051
Equilíbrio Técnico em 31/12/2014 ⁽ⁱ⁾	984	8.130	(138.212)	(3.474)	(132.572)

(i) vide nota 3.j. I

O Plano Regulamento Geral passou de uma situação deficitária de R\$ 182.895, em 2013, para R\$ 138.212, em 2014. A redução do déficit no exercício deveu-se, sobretudo, à variação pouco representativa das Provisões Matemáticas, motivada, principalmente, pela alteração da premissa de entrada em aposentadoria, o que superou a perda motivada pela não superação da meta atuarial do plano de 12,34%, composta pela taxa de juros de 5,75% ao ano, acrescida do INPC acumulado no ano de 2014, de 6,23%, enquanto que a rentabilidade do período foi de 10,47%, gerando uma perda atuarial de 1,66% no período.

Observando-se o dispositivo da Resolução MPS/CGPC n° 26, de 29 de setembro de 2008 e suas alterações, o déficit técnico apresentado pelo Plano Regulamento Geral no encerramento do exercício de 2014, se inferior a 10% das Provisões Matemáticas deve ser equacionado até o final do exercício subsequente ao da apuração do terceiro resultado deficitário anual consecutivo. Como o déficit acumulado foi de 3,33% da soma das Provisões Matemáticas estruturadas em Benefício Definido, não há necessidade de equacionamento imediato.

O Plano PrevMais passou de uma situação superavitária de R\$ 2.720, em 2013, para deficitária de R\$ 3.474, em 2014. Essa redução ocorreu devido à perda atuarial registrada em 2014, de 0,48%, uma vez que o Plano registrou rentabilidade de 11,00% ao ano, contra uma meta atuarial de 11,54% (composta pela taxa de juros de 5,00% ao ano, acrescida do INPC no período de 6,23%).

Observando-se o dispositivo da Resolução MPS/CGPC n° 26, de 29 de setembro de 2008, e suas alterações, o déficit técnico apresentado pelo Plano PrevMais no encerramento do exercício de 2014, se inferior a 10% das Provisões Matemáticas, deve ser equacionado até o final do exercício subsequente ao da apuração do terceiro resultado deficitário anual consecutivo. Como o déficit acumulado foi de 2,14% da soma das Provisões Matemáticas estruturadas em Benefício Definido e no ano anterior o Plano apresentou Superávit, não há necessidade de equacionamento imediato.

12.2. Fundos

A composição e evolução dos fundos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

Descrição	2013	Constituições	Reversões	2014
Fundos Previdenciais	123.521	10.980	(281)	134.220
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	4.849	1.607	-	6.456
PrevMais	4.849	1.607	-	6.456
Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	118.672	9.373	(281)	127.764
Regulamento Complementar n° 1	11.197	3.081	-	14.278
Regulamento Complementar n° 2	6.978	-	(281)	6.697
PrevMais	100.497	6.292	-	106.789
Fundos Administrativos	34.349	10.868	-	45.217
Plano de Gestão Administrativa	34.349	10.868	-	45.217
Fundos dos Investimentos	2.490	805	-	3.295
Fundo de contingências de empréstimos	2.490	805	-	3.295
Total dos fundos	160.360	22.653	(281)	182.732

Os valores dos Fundos Previdenciais são compostos pelo:

- **Fundo de Reversão - PrevMais**, constituído pelas parcelas patronais não resgatáveis de Participantes que optaram pelo Instituto do Resgate e que destinam-se à cobertura da Conta Coletiva do Plano ou a outra finalidade aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, conforme consta no regulamento do PrevMais;
- **Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial** - Regulamento Complementar n° 1, referem-se ao Fundo de Oscilação de Risco, constituído atuarialmente e destinado à cobertura de eventuais oscilações técnicas do Plano e ao Fundo de Cobertura de Alteração de Regimes Financeiros, constituído para suportar, mesmo que parcialmente, eventual alteração dos regimes financeiros dos benefícios de risco do plano para o regime de capitalização;
- **Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial** - Regulamento Complementar n° 2, refere-se ao Fundo de Oscilação de Risco, constituído atuarialmente e destinado à cobertura de eventuais oscilações técnicas do plano;
- **Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial - PrevMais**, fundo constituído em decorrência da capitalização dos benefícios de risco, que teve como origem primária de recursos o Fundo de Oscilação de Risco, mantido pelo plano até a capitalização dos benefícios de risco, ocorrida em 31 de dezembro de 2011.

O Fundo Administrativo tem por finalidade garantir o pagamento das despesas relativas à manutenção da estrutura administrativa do Economus. É constituído ou revertido a partir do resultado positivo ou negativo encontrado na equação entre as receitas, despesas e rendimentos auferidos dos investimentos da Gestão Administrativa.

Participação no Fundo Administrativo	2014	2013
Fundo administrativo do Regulamento Complementar n° 1	1.518	1.120
Fundo administrativo do Regulamento Complementar n° 2	2.381	2.003
Fundo administrativo do Regulamento Geral	27.588	21.569
Fundo administrativo PrevMais	13.730	9.657
Total do Fundo Administrativo	45.217	34.349

O Fundo dos Investimentos destina-se à garantia de cobertura do saldo devedor de empréstimos a participantes ativos e assistidos.

Descrição	2014	2013
Fundo dos investimentos do Regulamento Geral	2.864	2.219
Fundo dos investimentos PrevMais	431	271
Total dos Fundo de investimentos	3.295	2.490

13. Recursos para gestão administrativa

A composição dos recursos oriundos de outras gestões para a gestão administrativa é a seguinte:

Descrição	2014	2013
Gestão previdencial - custeio administrativo	24.181	20.375
Gestão assistencial	20.818	21.820
Gestão de investimentos	5.050	5.970
Total dos Recursos Oriundos de Outros Planos	50.049	48.165

14. Consolidação das Demonstrações Contábeis

Em atendimento ao disposto no item 9.1, Anexo "C" da Resolução CNPC n° 8, de 2011, e os itens 28 e 29 da instrução SPC n° 34, de 2009, as Demonstrações Contábeis devem ser apresentadas por planos de benefícios e consolidadas. A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores da participação do fundo administrativo nos planos previdenciais, superávit e déficit técnico. O Economus, ao efetuar a consolidação das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2014, anulou as seguintes operações que apresentavam reflexos em duplicidade na consolidação.

Descrição	2014	2013
ATIVO	45.217	34.349
Realizável	45.217	34.349
Gestão Administrativa	45.217	34.349
Participação no Plano de Gestão Administrativa	45.217	34.349
PASSIVO	(45.217)	(34.349)
Patrimônio Social	-	-
Superávit Técnico Acumulado	2.057	3.225
Reserva de Contingência	1.649	3.116
Reserva Especial para Ajuste do Plano	408	109
(-) Déficit Técnico Acumulado	(2.057)	(3.225)
(-) Déficit Técnico	(2.057)	(3.225)
Fundos	(45.217)	(34.349)
Fundos Administrativos	(45.217)	(34.349)
Participação no Fundo Administrativo	(45.217)	(34.349)

15. Apresentação da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) Consolidado

Conforme autoriza o item 17.1 do Anexo "C", da Resolução CNPC nº 8, de 2011, o Economus apresentou, no exercício social de 2013, e apresenta, no exercício social de 2014, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa de forma consolidada, conforme estabelecido no Regulamento do PGA.

16. Partes relacionadas

As partes relacionadas da Entidade podem ser assim consideradas: as Patrocinadoras; e seus administradores, compostos pelos Membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Entidade.

No exercício em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as transações com o Patrocinador Banco do Brasil S.A. são as seguintes:

Descrição	2014	2013
ATIVO	97.867	24.693
Disponível	5	62
Depósitos Judiciais e Recursais do Regulamento Complementar nº 1 e nº 2	16.686	15.722
Ações a vista	4.968	8.909
Letras Financeiras	76.208	-

17. Controles Internos e Gerenciamento de Riscos

O Economus tem como prática disseminar ações que visam implantar boas práticas de governança e promover o fortalecimento do ambiente de controle proporcionando, assim, conforto e segurança para seus patrocinadores, participantes e assistidos.

Os trabalhos de controle interno são respaldados pela metodologia e princípios estabelecidos pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), pela Norma Brasileira de Gestão de Riscos (ABNT - NBR ISO 31000), pela Norma AS/NZS 4360 e implementados por meio dos modelos CSA (*Control Self Assessment*) e RSA (*Risk Self Assessment*), o que garante transparência, eficácia, confiabilidade e conformidade aos processos, com o objetivo principal de mitigar os riscos aos quais o Instituto está exposto, em decorrência de suas operações.

Todas as unidades do Economus passam por testes de controle que visam assegurar a aderência das práticas dessas unidades aos controles estabelecidos. Os resultados são reportados e as não conformidades são endereçadas de tal forma que medidas corretivas sejam implementadas.

O conjunto dessas ações se traduz em incremento da qualidade dos processos operacionais e na importante difusão da cultura de controle, caminhando, assim, em consonância com as melhores práticas.

Gerenciamento de riscos

O Economus está exposto a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações relacionadas aos investimentos e seus passivos atuariais. O gerenciamento de tais riscos está contido nas Políticas de Investimentos, bem como em seus Normativos e Procedimentos internos.

a. Risco de Crédito

O Economus faz distinção entre diferentes níveis de risco, a fim de determinar limites de investimentos específicos para cada um deles, embora a Res. CMN 3.792/2009 não estabeleça distinção entre títulos privados com base no seu risco de crédito.

Para minimizar esse risco, o Economus possui processo de análise e aprovação de títulos de crédito privado. Para títulos emitidos por instituições financeiras, o Economus possui um modelo denominado Limite Técnico Bancário, para cálculo do limite de investimento, monitoramento

da exposição e controle de concentração dos recursos investidos. Esse modelo se baseia no rating atribuído por agência classificadora de risco contratada pelo Instituto.

Esses limites são atualizados anualmente e podem ser revisados quando se identificar fato relevante que implique em alterações dos limites calculados.

Para títulos emitidos por instituições não financeiras e para fundos de direitos creditórios, é considerado o rating de crédito atribuído por qualquer uma das agências internacionais domiciliadas no Brasil, além de outros fatores de risco.

b. Risco de Mercado

É a probabilidade de eventuais perdas decorrentes de variações nas taxas e preços de mercado de ativos e passivos.

A identificação, a avaliação, o controle e o monitoramento do risco de mercado são feitos por meio do *Value at Risk* (VaR), do *Benchmark - Value at Risk* (B-VaR) e do cálculo de DNP - Divergência Não Planejada.

c. Risco de Liquidez

É a probabilidade da Entidade não ter recursos disponíveis para honrar os compromissos em determinado momento. Para mitigar o risco de liquidez, é realizado monitoramento e avaliação para os horizontes de curto, médio e longo prazos. O monitoramento e a avaliação são realizados por meio do Índice de Cobertura de Liquidez, metodologia desenvolvida internamente e aprovada pela Diretoria Executiva.

d. Risco Legal

É a probabilidade de perdas decorrentes do não cumprimento das normas legais de natureza fiscal, previdencial, trabalhista, regulamento dos planos, processos judiciais, ações legais, dentre outros.

O acompanhamento do risco legal é efetuado pelo Economus no processo de avaliação, seleção e aquisição de novos investimentos. A mensuração e quantificação da aderência de todas as carteiras de investimentos, à luz da legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, são realizadas pela consultoria de investimentos contratada pelo Economus, prestador de serviços credenciado junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

e. Risco Sistêmico

Refere-se ao risco de colapso de todo sistema financeiro ou mercado, com impacto sobre as taxas de juros, o câmbio e os preços dos ativos em geral, afetando amplamente a economia. Para mitigar os impactos de crises de grande magnitude sobre os ativos, a alocação de recursos é realizada observando os aspectos referentes à diversificação de setores, emissores, gestores externos e diferentes *benchmarks* de investimento.

f. Risco do Passivo Atuarial

A avaliação atuarial anual dos planos de benefícios compreende a avaliação de encargos e receitas e, também, adequação do Plano de custeio em vigor. É feito também o acompanhamento das Hipóteses biométricas (mortalidade e entrada em invalidez) e Econômico-Financeiras (crescimento salarial e taxa de juros).

g. Risco Operacional

O gerenciamento do risco operacional é realizado de acordo com o porte e a complexidade dos processos que suportam a Entidade. Por meio do Ciclo de Avaliação de Riscos, a exposição aos riscos é mensurada e os controles internos já implantados são certificados.

Os resultados dessa mensuração são reportados à Diretoria Executiva e planos de ação são desenvolvidos com o objetivo de implementar melhorias nos processos e mitigar os maiores riscos identificados. Esses resultados também são reportados periodicamente ao Conselho Fiscal.

As perdas operacionais ocorridas no Instituto são monitoradas, identificadas, documentadas, reportadas e tratadas.

Com essas práticas, pretende-se atuar de forma prudente e eficiente na administração dos recursos dos participantes, assistidos e beneficiários.

18. Ativo contingente

O Economus é beneficiário de crédito perseguido na ação ordinária ajuizada pela Abrapp (substituta processual de diversas entidades de previdência complementar, dentre elas o Economus), em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), do BNDES e da União Federal. A ação objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs) e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos. Propõe-se a adoção do IPC, em vez do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991.

Em que pese o trânsito em julgado da decisão de mérito, o processo ainda está em fase de execução, tendo sido recentemente apresentados embargos à execução pela União Federal, sucessora do FND. Também foi interposta Ação Rescisória pela União Federal contra o acórdão que já havia transitado em julgado, estando atualmente em curso o prazo para apresentação de defesa. À luz da Resolução nº 1.180/09 do CFC, por não existirem evidências quanto à data e ao valor de liquidação, a Entidade não contabilizou os referidos rendimentos, uma vez que se caracteriza apenas como “provável”, e não “praticamente certa”, a entrada de benefícios econômicos futuros.

O trânsito em julgado do mérito ocorreu em 28 de setembro de 2008 e o processo entrou na fase de execução. Em 18 de maio de 2013, a execução foi suspensa em função da Ação Rescisória interposta pela União Federal em face da Abrapp.

19. Evento Subsequente

Para o exercício de 2014, o Economus não se utilizou da faculdade de adotar as condições estabelecidas nas Resoluções CNPC nº 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014, para os planos de benefícios que estão sob a sua administração.

Essa decisão se prende ao fato de que as taxas de juros em vigor para os planos de benefícios (PrevMais, Regulamento Complementar nº 1 e nº 2) se encontram dentro dos limites estabelecidos pela Estrutura a Termo de Taxa de Juros (ETT) estabelecida pelo órgão regulador para o exercício mencionado e foram confirmadas como adequadas nos estudos de aderência realizados pelo Atuário responsável pelos planos mencionados.

Quanto ao Regulamento Geral registra-se que a taxa de juros adotada para esse plano de benefício foi objeto de análise e aprovação pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) – por meio do ofício nº 3946/2014/CGMA/CGMI/DIACE/PREVIC, de 23 de dezembro de 2014. Esse ofício autorizou o Economus manter a taxa em 5,75% ao ano para o exercício de 2014, acima do limite superior da ETT, em razão das taxas contratadas para os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira de investimentos estarem superiores à taxa juros atuarial do referido plano.

Considerando o contexto acima, o Economus não espera impactos significativos na situação econômica e financeira dos planos de benefícios ao longo do exercício de 2015.

20. Outras informações

a. Investimento em controlada – Desmobilização

A Economus - Administradora e Corretora de Seguros Ltda. - em liquidação extrajudicial foi constituída em 23 de fevereiro de 1987, tendo como quotista majoritário o Economus - Instituto de Seguridade Social.

Conforme disposto na resolução CMN 3.792, de 24 de setembro de 2009, o acionista majoritário Economus não pode ter investimentos relevantes em outras empresas. A Corretora encontra-se em liquidação extrajudicial, desde 31 de dezembro de 2005.

b. Apólice nº 745 - Seguro de vida em grupo funcionários

A Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Banco Nossa Caixa S.A. (AFACEESP) impetrou Mandado de Segurança para a manutenção dos autores na apólice de Seguro de Vida em Grupo nº 745. Liminar foi concedida em 18 de junho de 2005 e os valores descontados em holerite dos aposentados e pensionistas dos planos Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2 e Regulamento Geral, inclusive funcionários ativos do Banco do Brasil S.A., do extinto Banco Nossa Caixa S.A., são repassados mensalmente para a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (COSESP).

O Economus - Instituto de Seguridade Social é o estipulante da apólice, por onde transitam os valores recebidos e repassados para a COSESP.

c. Informações Suplementares – Gestão Assistencial

Apresentamos a seguir as informações suplementares da gestão assistencial, as quais compreendem:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Social;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- Notas explicativas às informações contábeis da gestão assistencial.

Informações Suplementares da Gestão Assistencial

Balço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	Valores em mil (R\$)	
						2014	2013
ATIVO CIRCULANTE		33.297	45.345	PASSIVO CIRCULANTE		14.791	41.796
Disponível	4	1.432	823	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	9	7.345	1.468
Realizável		31.865	44.522	Provisões de Contraprestação Não Ganha		3.628	-
Aplicações Financeiras	5	23.634	12.514	Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		250	683
Aplicações Vinculadas a Provisão Técnica		2.353	-	Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		1.155	785
Aplicações Não Vinculadas		21.281	12.514	Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		2.312	-
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	5.557	22.405	Débitos de Operações de Assistência à Saúde	10	808	12.653
Contraprestação Pecuniária a Receber	6.1	1.832	7.671	Tributos e Encargos Sociais a recolher	11	1.399	2.320
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	6.2	407	12.567	Débitos Diversos	12	5.239	25.355
Outros Créditos de Op. com Planos de Assistência à Saúde	6.3	3.318	2.167				
Créditos Tributários e Previdenciários	7	16.19	1.205	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		145.891	177.034
Bens e Títulos a Receber	8	1.055	8.398	Provisão para Ações Judiciais	13	145.891	177.034
ATIVO NÃO CIRCULANTE		420.810	478.925				
Realizável a Longo Prazo		420.810	478.925	PATRIMÔNIO LÍQUIDO/PATRIMÔNIO SOCIAL		293.425	305.440
Aplicações Financeiras	5	280.487	315.394	Reservas		293.425	305.440
Aplicações Vinculadas a Provisão Técnica		1.609	1.507	Reservas de Lucro/Sobras/Retenções de Superávits		293.425	305.440
Aplicações Não Vinculadas		278.878	313.887				
Depósitos Judiciais e Fiscais	13	140.323	163.531				
TOTAL DO ATIVO		454.017	524.270	TOTAL DO PASSIVO		454.107	524.270

Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Valores em mil (R\$)

	Nota	2014	2013
Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde		218.720	224.610
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		220.130	225.932
Contraprestações Líquidas	15	220.130	225.932
(-) Tributos Diretos de Op. com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(1.410)	(1.322)
Eventos Indenizáveis Líquidos		(238.361)	(222.962)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	16	(238.361)	(222.962)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		(19.641)	1.648
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		17.290	22
Outras Receitas Operacionais		17.290	22
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(14.639)	(19.536)
Outras Despesas Operacionais de Operações com Plano de Assistência à Saúde		(12.437)	(16.717)
Provisão para Perdas Sobre Crédito		(2.202)	(2.819)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. Com Planos de Saúde da Operadora		(7.592)	(5.596)
RESULTADO BRUTO		(24.582)	(23.462)
Despesas Administrativas	17	(21.195)	(22.607)
Resultado Financeiro Líquido		33.762	20.718
Receitas Financeiras		35.241	32.333
Despesas Financeiras		(1.479)	(11.615)
RESULTADO LÍQUIDO		(12.015)	(25.351)

Demonstração do Resultado Abrangente

Valores em mil (R\$)

	2014	2013
Resultado Líquido	(12.015)	(25.351)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(12.015)	(25.351)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Valores em mil (R\$)

	Reservas de lucros/ sobras/ retenções de superávit	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2012	330.791	330.791
Lucro/Superávit /Prejuízo Líquido do Exercício	(25.351)	(25.351)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	305.440	305.440
Lucro/Superávit /Prejuízo Líquido do Exercício	(12.015)	(12.015)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	293.425	293.425

Demonstrações dos Fluxos de Caixa(método direto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Valores em mil (R\$)

	2014	2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimentos de Plano Saúde	223.722	208.178
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	272.052	388.820
(+) Outros Recebimentos Operacionais	2.341	543
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(237.390)	(223.045)
(-) Pagamentos de Pessoal	(17.886)	(7.887)
(-) Pagamentos de Pró-Labore	(282)	(131)
(-) Pagamentos de Serviços Terceiros	(7.744)	(3.440)
(-) Pagamentos de Tributos	(12.911)	(8.868)
(-) Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(899)	(1.167)
(-) Aplicações Financeiras	(220.296)	(354.259)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	707	(1.256)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento	(177)	(179)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(177)	(179)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	530	(1.435)
Caixa - Saldo Inicial	823	2.258
Caixa - Saldo Final	1.353	823
Ativos Livres no Início do Período	327.224	349.494
Ativos Livres no Final do Período	301.591	327.224
AUMENTO/ (DIMINUIÇÃO) NAS APLIC. FINANC. - RECURSOS LIVRES	(25.633)	(22.270)

Notas Explicativas às Informações Contábeis da Gestão Assistencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

1. Informações Gerais

O **Economus - Instituto de Seguridade Social**, CNPJ n.º 49.320.799/0001-92, com sede na Rua Quirino de Andrade, n.º 185, em São Paulo/SP, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, constituída em 1º de setembro de 1977, registrada na ANS sob n.º 34.2611, para operar planos de assistência à saúde, conforme Lei Complementar n.º 109, de 29 de maio de 2001.

A Gestão Assistencial do Economus tem por finalidade oferecer assistência à saúde suplementar, na modalidade de autogestão, aos beneficiários titulares vinculados ao extinto Banco Nossa Caixa S.A., atualmente vinculados ao Banco do Brasil S.A., aos empregados do Economus e aos participantes do FEAS (PAMC e Básico), NOVO FEAS vinculados aos Regulamentos Geral e Complementar n.º 1, e aos respectivos dependentes.

Em 25 de julho de 2014, após aprovação da ANS em 10 de fevereiro de 2014, o Plano Economus Família com registro na ANS n.º 470.596/14-3, vinculado aos agregados dos participantes ativos e assistidos do Economus, iniciou suas operações e houve a transferência da carteira dos beneficiários Autossustentáveis dos planos de saúde PLUS, PLUS II e EcoSaúde II.

Na Gestão Assistencial, são observadas as disposições descritas na Lei n.º 9.656, de 3 de junho de 1998, e alterações posteriores, nas Resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), bem como no Estatuto Social do Economus, Regimentos Internos, Regulamento de cada plano de saúde e nas decisões proferidas pela Administração do Economus.

Em conformidade com o artigo 14º do Código Tributário Nacional, o Economus: (a) não distribui parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro; (b) não aplica seus recursos diretamente no exterior; e (c) mantém escrituração centralizada em sua sede, revestida das formalidades legais, sendo registradas suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão.

O Economus possui 47.379 vidas assistidas (50.685 vidas, em 2013) e administra os seguintes planos assistenciais:

Plano	Custeio	População 2014	População 2013	Principais Características
Básico ANS n.º 400.593/98-7	Banco do Brasil	119	128	- Contratação: Coletivo por Adesão; - Empregados ativos, aposentados dos planos Regulamento Complementar n.º 1, Regulamento Complementar n.º 2, Regulamento Geral e seus dependentes, residentes na capital - São Paulo; - Acomodação em enfermaria.
PAMC ANS n.º 400.594/98-5	Banco do Brasil	581	623	- Contratação: Coletivo por Adesão; - Empregados ativos, aposentados dos planos Regulamento Complementar n.º 1, Regulamento Complementar n.º 2, Regulamento Geral e seus dependentes, residentes na interior do Estado de São Paulo; - Acomodação em apartamento.
PLUS ANS n.º 400.597/98-0	Banco do Brasil	17.186	18.365	- Contratação: Coletivo Empresarial; - Empregados ativos (admitidos até 31/12/00), aposentados dos planos Regulamento Complementar n.º 1, Regulamento Complementar n.º 2, Regulamento Geral e seus dependentes;
	Autossustentável	17	8.962	- Cobertura nacional; - Acomodação em apartamento.

Plano	Custeio	População 2014	População 2013	Principais Características
PLUS II ANS nº 435.934/01-8	Banco do Brasil Autossustentável	12814 2	12542 197	- Contratação: Coletivo Empresarial; - Empregados ativos (admitidos a partir de 01/01/01), aposentados do plano Regulamento Geral e seus dependentes; - Cobertura nacional; - Acomodação em apartamento.
Básico FEAS ANS nº 400.595/98-3	FEAS	444	452	- Contratação: Coletivo por Adesão; - Aposentados e pensionistas dos planos Regulamento Complementar nº 1 e Regulamento Geral; - Cobertura em todo Estado de São Paulo; - Acomodação em apartamento.
PAMC FEAS ANS nº 400.596/98-1	FEAS	3.221	3.323	- Contratação: Coletivo por Adesão; - Aposentados e pensionistas dos planos Regulamento Complementar nº 1 e Regulamento Geral; - Cobertura em todo Estado de São Paulo; - Acomodação em apartamento.
NOVO FEAS ANS nº 469.503/13-8	FEAS	6.196	5.704	- Contratação: Coletivo por Adesão; - Aposentados e pensionistas assistidos pelo Economus; - Ex-empregados que se desligaram do Básico FEAS e PAMC FEAS, entre 31/12/09 até a data de aprovação do regulamento; - Cobertura nacional; - Acomodação em apartamento.
EcoSaúde II ANS nº 469.920/13-3	Economus	406	372	- Contratação; Coletivo Empresarial; - Empregados Ativos, aposentados e pensionistas do Economus; - Cobertura nacional; - Acomodação em apartamento.
	Autossustentável	3	17	- Contratação; Coletivo Empresarial; - Dependentes não preferenciais inscritos pelo titular até 31/07/05; - Acomodação em apartamento.
Economus Família ANS nº 470.596/14-3	Autossustentável	6.390	-	- Contratação: Coletivo por Adesão; - Dependentes indiretos (não preferenciais) que estavam no Autossustentável dos planos PLUS, PLUS II e ECOSAÚDE II; - Dependentes indiretos de Titulares de quaisquer outros planos (PLUS, PLUS II, ECOSAÚDE II, FEAS PAMC, FEAS BÁSICO, NOVO FEAS, PAMC BNC, BÁSICO BNC); - Parentes consanguíneos até 3º (terceiro) grau e afins até 2º (segundo) grau; - Cobertura nacional; - Acomodação em apartamento

2. Base de preparação das Demonstrações Contábeis

As informações suplementares da Gestão Assistencial foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As Demonstrações Contábeis são apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 322, de 23 de março de 2013, sendo as principais práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3.

Em cumprimento à Instrução Normativa nº 19, de abril de 2009, as operadoras de planos de assistência à saúde, vinculadas às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, deverão adotar integralmente o plano de contas contábil padrão da ANS, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Conforme permitido pela Resolução Normativa RN nº 322/13, o Economus optou por apresentar as Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC) pelo método direto.

Nas Demonstrações Contábeis das informações suplementares da Gestão Assistencial, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual o Economus opera. As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em milhares de Reais.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas Demonstrações Contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios.

Receitas: as receitas são provenientes das contribuições mensais dos mantenedores (Banco do Brasil S.A. e Economus), dos participantes e aposentados, conforme regulamento de cada plano de saúde, além da rentabilidade proveniente de aplicações do seu patrimônio, que obedecem ao disposto na Resolução ANS nº 159, de 03 de julho de 2007.

Despesas: os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas mensalmente pela rede credenciada, respeitando o regime de competência dos exercícios.

b. Estimativas contábeis

As Demonstrações Contábeis incluem estimativas e premissas. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas, em função do valor justo de determinados ativos e passivos, inclusive passivos contingentes.

c. Ativos Circulantes

Os ativos são reconhecidos pelos valores de realização, atualizados, quando aplicável, pelos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d. Disponível - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários disponíveis em conta corrente e investimentos financeiros

com vencimentos de curto prazo, de alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em montante de caixa, estando sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

e. Aplicações financeiras

Os ativos financeiros da Gestão Assistencial foram classificados segundo a intenção do Economus nas seguintes categorias: “valor justo por meio do resultado” e “mantido até o vencimento”.

Valor justo por meio de resultado: os ativos classificados nessa categoria foram adquiridos com o propósito de ser negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, observando as condições de mercado e a estratégia adotada para essa carteira. Na precificação desses ativos, foi considerado o preço justo de negociação do dia da apuração ou, quando não disponível, o preço justo de negociação no dia útil anterior.

Mantidos até o vencimento: os ativos classificados nessa categoria foram adquiridos com o propósito de não aliená-los, tendo em vista a correlação mantida com o passivo. Esses ativos foram avaliados e precificados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, bem como decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

f. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Os créditos são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados pelas provisões estimadas para eventuais perdas.

g. Passivos Circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo as provisões constituídas, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

As provisões técnicas são constituídas em conformidade com os critérios estabelecidos pela ANS.

h. Passivos Não Circulantes

As provisões e obrigações a pagar após o término do exercício subsequente à data do balanço são classificadas como não circulante e estão atualizadas, quando aplicável, pelos encargos previstos.

As provisões de contingências são constituídas para os casos de probabilidade de perda provável cujo desembolso possa ser mensurável.

i. Outros ativos e passivos (circulante e não circulante)

Um ativo é reconhecido no Balanço Patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação ocorre nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

j. Provisões, passivos e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas de obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras, quando aplicável. No presente exercício não ocorreram ativos contingentes.

Passivos contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com outros processos, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas e classificados como remotos, que não requerem provisão nem divulgação.

Os depósitos judiciais efetuados pelo Economus e as provisões contingenciais são atualizados mensalmente pela taxa Selic, à exceção das provisões de seguro de vida, que são atualizadas pela taxa de poupança.

k. Provisões técnicas de operações assistenciais à saúde

A provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA) é constituída para a cobertura de eventos ocorridos e não avisados, sendo calculada com base na Resolução Normativa nº 274, de 20 de outubro de 2011, da ANS.

A provisão para eventos a liquidar é constituída com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços comunicando a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até 31 de dezembro de 2014.

l. Provisões para Perdas Sobre Crédito (PPSC)

A provisão para perdas sobre crédito de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos e a vencer dos contratos que possuem pelo menos um título vencido, há mais de 60 (sessenta) dias, para o plano Economus Família, e há mais de 90 (noventa) dias para os demais planos (nota explicativa 6.1).

m. Imposto de renda, contribuição social e contribuições

O Economus, conforme consta em seu Estatuto, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar sem fins lucrativos e está isento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), desde janeiro de 2005, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004. Também possui isenção da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Instrução Normativa SRF nº 588, de 21 de dezembro de 2005. Discute judicialmente a não sujeição ao PIS e à COFINS, apurados com base na Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.

n. Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente está sendo apresentada, no entanto, sem movimento comparado ao exercício anterior.

4. Disponível - Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos disponíveis abrangem saldos financeiros com realização em até três meses ou menos, a partir da data da contratação ou aquisição. Tais saldos são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão da operadora nas obrigações de curto prazo.

Abaixo, apresentamos a composição do caixa e equivalentes de caixa representados por numerários mantidos em conta corrente para pagamento de serviços de assistência à saúde e pelos valores para pagamento de despesas provisionadas em dezembro de 2014 e liquidadas em janeiro de 2015, conforme segue:

Descrição	2014	2013
Contas correntes	1.353	823
Total do Caixa e Equivalente de Caixa	1.353	823

5. Aplicações financeiras

Os ativos financeiros são aplicados no mercado financeiro em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Política de Investimento. Abaixo, apresentamos a composição dos ativos financeiros:

Descrição	Nível hierárquico	2014		2013	
		Valor Contábil	Valor de mercado	Valor Contábil	Valor de mercado
Valor justo por meio de resultado		58.784	58.784	125.437	125.437
Fundos de Renda Fixa	2	18.060	18.060	77.687	77.687
Títulos Públicos - LFT	2	2.353	2.353	-	-
Fundos de Renda Variável	2	38.371	38.371	47.750	47.750
Títulos mantidos até o vencimento		245.337	240.596	202.471	192.838
Fundos de Renda Fixa	2	18.059	18.059	15.006	15.006
Fundos de Renda Variável	2	9.277	9.277	11.305	11.305
Títulos Públicos Federais - NTN	2	124.812	120.071	73.955	64.322
Títulos Privados - CDB/RDB/LF	2	71.840	71.840	75.331	75.331
Fundos de Investimentos estruturados	2	21.349	21.349	26.874	26.874
Total dos Ativos Financeiros		304.121	299.380	327.908	318.275

Abaixo, de acordo com o CPC 40, apresentamos as definições da hierarquia do valor justo dos ativos financeiros:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A seguir, demonstramos a composição de valores da carteira de investimentos:

Descrição	Composição dos Investimentos									
	Posição Compra		Vencimento			Categoria		Valor Contábil		
	Quant.	PU Mercado	Indeter.	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Até Vencimento / Valor de Custo	Até Vencimento / Valor de Mercado	2014	2013
Títulos Públicos			-	2.353	-	1.609	2.353	1.609	3.962	1.507
Notas do Tesouro Nacional			-	-	-	1.609	-	1.609	1.609	1.507
Notas do Tesouro Nacional B	668	2.508,809691	-	-	-	1.609	-	1.609	1.609	1.507
Letras Financeiras do Tesouro			-	2.353	-	-	2.353	-	2.353	-
Letras Financeiras do Tesouro	360	6.537,486428	-	2.353	-	-	2.353	-	2.353	-
Vinculados a Provisões Técnicas			-	2.353	-	1.609	2.353	1.609	3.962	1.507
Títulos Públicos			-	-	-	123.204	-	123.204	123.203	72.448
Notas do Tesouro Nacional			-	-	-	123.204	-	123.204	123.203	72.448
Notas do Tesouro Nacional B	29.812	2.528,856960	-	-	-	82.894	-	82.894	82.894	72.448
Notas do Tesouro Nacional B	10.378	2.508,809691	-	-	-	24.435	-	24.435	24.434	-
Notas do Tesouro Nacional B	6.750	2.513,963057	-	-	-	15.875	-	15.875	15.875	-
Créditos Privados e Depósitos			-	43.578	28.262	-	-	71.840	71.840	75.331
Certificado de Depósito Bancário			-	20.662	-	-	-	20.662	20.662	17.936
Certificado de Depósito Bancário	10.000	2.066,173384	-	20.662	-	-	-	20.662	20.662	17.936
Letras Financeiras Privadas			-	22.916	28.262	-	-	51.178	51.178	44.881
Letras Financeiras Privadas	9	1.179.142,3233	-	-	10.612	-	-	10.612	10.612	9.376
Letras Financeiras Privadas	16	1.432.237,1475	-	22.916	-	-	-	22.916	22.916	20.187
Letras Financeiras Privadas	15	1.176.683,1400	-	-	17.650	-	-	17.650	17.650	15.318
Depósito a Prazo com Garantia Especial			-	-	-	-	-	-	-	12.514
Depósito a Prazo com Garantia Especial			-	-	-	-	-	-	-	12.514
Fundos de Investimento			56.431	23.097	25.588	-	56.431	48.685	105.116	178.622
Renda Fixa			18.060	11.233	-	-	18.060	11.233	29.293	85.554
Fundo de Renda Fixa			18.060	11.233	-	-	18.060	11.233	29.293	85.554
Ações			38.371	9.277	-	-	38.371	9.277	47.648	59.055
Fundos de Ações			38.371	9.277	-	-	38.371	9.277	47.648	59.055
Multimercado			-	-	-	-	-	-	-	11.038
Fundos de Multimercado			-	-	-	-	-	-	-	11.038
Direitos Creditórios			-	2.587	4.239	-	-	6.826	6.826	7.139
Fundos de Direitos Creditórios			-	2.587	4.239	-	-	6.826	6.826	7.139
Fundos de Investimento Estruturado			-	-	21.349	-	-	21.349	21.349	15.836
Fundos de Participações			-	-	21.349	-	-	21.349	21.349	15.836
Não Vinculados a Provisões Técnicas			56.431	66.675	53.850	123.204	56.431	243.729	300.159	326.401
Total da Carteira de Investimentos			56.431	69.028	53.850	124.813	58.784	245.338	304.121	327.908

6. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

6.1 Contraprestação Pecuniária a Receber

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber dos beneficiários dos planos de assistência à saúde administrados pelo Economus, conforme segue:

Descrição	2014	2013
Cobertura Assistencial com Preço Pré-Estabelecido	258	-
Contraprestações a Receber Bruto	1.758	-
Provisão para Perdas Sobre Crédito	(1.500)	-
Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido	1.574	7.671
Contraprestações a Receber Bruto	4.674	10.488
Provisão para Perdas Sobre Crédito	(3.100)	(2.817)
Total de Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber	1.832	7.671

As contraprestações pecuniárias referem-se às contribuições a receber dos beneficiários. Os critérios de constituição de Provisões para Perdas Sobre Créditos (PPSC), em conformidade com os normativos da ANS são:

- No plano Economus Família no qual o preço é preestabelecido, havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
- Nos demais planos do Economus, havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito foi provisionada.

6.2 Créditos de Operações de Administração de Benefícios

Neste grupo, são registrados os valores a receber da taxa de administração e sua composição é representada da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Taxa de administração do Mantenedor (Banco do Brasil)	302	310
Taxa de administração do Autossustentável ^(a)	-	12.148
Taxa de administração sobre os investimentos do FEAS	105	109
Total dos Créditos de Operações de Administração de Benefícios	407	12.567

(a) Em 2014, ocorreu a quitação da taxa de administração do Autossustentável.

6.3 Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Conforme descrito na RN nº 344, de 20 de dezembro de 2013, que altera o Anexo da RN nº 290, de 2012, passa a vigorar acrescido do Capítulo III – Modelo de Publicação da ANS, “Balanço Patrimonial - ATIVO”. Neste grupo são registradas participações dos beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis de Coparticipação a receber e outros valores a receber. Sua composição é representada da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizáveis	106	1.726
Coparticipação a Receber	527	1.729
(-) Provisão para Perdas Sobre Crédito	(421)	(3)
Outros Créditos de Operações com Planos	3.212	441
Outros Créditos a Receber	3.212	441
Total de Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	3.318	2.167

7. Créditos Tributários e Previdenciários

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os títulos e contribuições a recolher apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Créditos Tributários	237	229
Imposto de renda a compensar / restituir	17	9
INSS a recuperar	217	217
ISS a recuperar	3	3
Outros Créditos a Receber	1.382	976
PIS/COFINS/CSLL a compensar / restituir	166	145
PIS e COFINS a recuperar – retido s/taxa de Adm.	1.216	831
Total dos Créditos Tributários e Previdenciários	1.619	1.205

8. Bens e Títulos a Receber

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os Bens e Títulos a Receber apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Outros Bens e Títulos a Receber	6	-
Adiantamentos Diversos	6	-
Outros Créditos a Receber	1.049	8.398
IR/CSLL a ser recebida pelo Mantenedor (Banco do Brasil)	807	774
Valores a receber entre os Planos de Saúde da Operadora	242	7.624
Total dos bens e títulos a receber	1.055	8.398

9. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

O Economus, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, tem as seguintes provisões técnicas constituídas:

Descrição	2014	2013
Provisão para Prêmios ou Contribuições não Ganhas (PPCNG)	3.628	-
Provisão para Prêmios ou Contribuições não Ganhas (PPCNG) ^(a)	3.628	-
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS	250	683
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS ^(b)	250	683
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviço Assistenciais	1.155	785
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviço Assistenciais ^(c)	1.155	785
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	2.312	-
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) ^(d)	2.312	-
Total de Provisão Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	7.345	1.468

As Provisões Técnicas são montantes contabilizados com o objetivo de refletir obrigações futuras esperadas, decorrentes da operação de planos de assistência à saúde.

São registradas em obediência ao princípio da competência, lastreadas, obrigatoriamente, por ativos garantidores vinculados em favor da ANS, junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), quando vencidas e superiores a 60 dias, conforme determinam as Resoluções Normativas da ANS nº 209/2009, 227/2010, 274/2011 e alterações.

a) Provisão para Prêmios ou Contribuições não Ganhas (PPCNG): provisão de receitas não ganhas, isto é, do montante provisionado do contrato cujo período de cobertura do risco não tenha transcorrido.

b) Provisão de Eventos a Liquidar (PEL): para o Sistema Único de Saúde (SUS): provisão de ressarcimento ao SUS, referente às despesas assistenciais de beneficiários atendidos pelo SUS. Esses valores estão registrados na contabilidade através dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI) e pela média dos atendimentos demonstrados no site da ANS relacionados ao Economus.

c) Provisão de Eventos a Liquidar (PEL): para Outros Prestadores de Serviço Assistencial: provisão regulamentada pelas resoluções Normativas da ANS nº 209/2009 e 227/2010 e alterações, que deve ser constituída para fazer frente aos valores a pagar, por eventos avisados.

d) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA): provisão regulamentada pelas Resoluções Normativas da ANS nº 209/2009 art. 16-B (introduzida pela RN ANS nº 274/2011), cujo objetivo é efetuar estimativas atuariais para fazer frente ao pagamento dos eventos já ocorridos e não registrados contabilmente pelo Economus.

Adicionalmente, os Planos de Saúde do Economus estão sujeitos às exigências estabelecidas por RN ANS nº 159/07, RN nº 209/2009, RN nº 227/2010 e alterações.

i. Patrimônio mínimo ajustado

De acordo com o Art. 3º, da RN 209, o Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA) representa o valor mínimo do Patrimônio Líquido ou Patrimônio Social da Operadora de Planos de Saúde, ajustado por efeitos econômicos na forma da regulamentação do disposto no inciso I, do artigo 22, calculado a partir da multiplicação do fator 'K' (38,39% no caso do Economus), obtido em tabela anexa à norma, em que são definidos coeficientes, de acordo com a região de atuação da operadora, pelo capital base de R\$ 6.673 (em 2013, R\$ 6.264). Em 31 de dezembro de 2014, foi observado o limite mínimo de patrimônio, multiplicado pelo fator K. A seguir, estão demonstrados os cálculos do Patrimônio Mínimo Ajustado.

Descrição	2014	2013
Capital Base do Patrimônio Mínimo Ajustado	6.673	6.264
(x) Fator K	38,39%	38,39%
(=) Patrimônio Mínimo Ajustado	2.562	2.405
Capital Requerido	2.562	2.405

O capital para a gestão assistencial do Economus está em conformidade com o limite mínimo estabelecido pelo PMA, pois, ao final do exercício 2014, seu capital totalizou R\$ 293.425 (R\$ 305.440 em 2013). Ainda conforme a RN 209, art. 6º, o cálculo do PMA deverá ser observado até dezembro de 2013, quando será substituído pela margem de solvência.

ii. Margem de solvência

A partir de janeiro de 2014, as operadoras ficam submetidas à Margem de Solvência, a fim de verificar a capacidade do patrimônio necessário para atuar no mercado de saúde.

Regulamentada pelo art. 6 da RN nº 209/2009, alterada pela RN nº 313/2012, a Margem de Solvência representa a manutenção do patrimônio líquido superior a 20% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses, dos dois o maior.

Descrição	2014
Patrimônio Líquido	293.425
Patrimônio Líquido	293.425
Margem de Solvência (maior entre 'A' ou 'B')	43.562
A - Contraprestações Líquidas (12 meses)	22.370
A ¹ - 50% das Contraprestações Líquidas planos pós-estabelecidos	87.263
A ² - 100% das Contraprestações Líquidas planos preestabelecidos	24.587
(=) Total das Contraprestações Líquidas (A ¹ + A ²)	111.850
20% sobre as Contraprestações Líquidas	22.370
B - Eventos Indenizáveis Líquidos (36 meses)	43.562
B ¹ - Média anual 50% do total de Eventos Indenizáveis pós-estabelecidos	108.655
B ² - Média anual de 100% do total de Eventos Indenizáveis preestabelecidos	23.351
(=) Total das Contraprestações Líquidas (B ¹ + B ²)	132.006
33% sobre a média anual dos Eventos Indenizáveis	43.562
Solvência Apurada	249.863

O Economus, em 31 de dezembro de 2014, possui um Patrimônio Social Ajustado que atende à Margem de Solvência total requerida pela ANS.

iii. Ativos Garantidores

A Resolução Normativa nº 159/2007, expedida pela DIOPE/ANS, exige que a operadora de saúde vincule em Ativo Garantidor ao total de suas Provisões Técnicas quando vencidas e superiores a 90 dias, com exceção da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados. Abaixo está demonstrada a suficiência de garantias financeiras do Economus.

Descrição	2014	2013
Ativos Garantidores	3.962	1.507
Aplicações Vinculadas às Provisões Técnicas	3.962	1.507
Provisões Técnicas	2.894	1.468
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	250	683
Provisão de Eventos a Liquidar	332	785
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	2.312	-
Sobra de Garantias Financeiras	1.068	39

10. Débitos de Operações de Assistência à Saúde

Apresentamos, a seguir, a composição analítica dos valores registrados na rubrica contábil “Outros Débitos de Operações de Assistência à Saúde”, em dezembro de 2014 e 2013, conforme segue:

Descrição	2014	2013
Obrigações dos prestadores de assistência médica	263	263
Taxa de administração do Autossustentável ^(a)	-	12.148
Créditos Rejeitados	133	133
Taxa de administração sobre investimentos	105	109
Devoluções de contribuições	307	-
Total de Outros Débitos de Operações de Assistência à Saúde	808	12.653

(a) Em 2014, ocorreu a quitação da taxa de administração do Autossustentável.

11. Tributos e Encargos Sociais a recolher

Descrição	2014	2013
Tributos e Contribuições	476	1.293
Contribuições Previdenciárias	476	1.293
Retenções de Impostos e Contribuições	923	1.027
Imposto de Renda Retido na Fonte de terceiros	96	68
Imposto Sobre Serviços retidos na fonte	493	405
Contribuições Previdenciárias retidas de terceiros	116	417
Outros – PIS/COFINS/CSLL sobre prest. de serviço médico	218	137
Total de Tributos e Encargos Sociais a recolher	1.399	2.320

São registrados, neste grupo de contas, todos os tributos e contribuições a recolher referentes aos serviços médico-hospitalares, tais como Imposto de Renda, Contribuições Federais sobre serviços de terceiros, INSS sobre honorários e ISS a recolher.

12. Débitos diversos

Contemplam obrigações que não estão relacionadas à prestação de serviços de saúde. A composição dos débitos é a seguinte:

Descrição	2014	2013
Fornecedores de serviço	20	18
Contas a pagar	20	18
Depósitos de beneficiários e de terceiros	18	16
Valores a regularizar	18	16
Outros débitos a pagar	5.201	25.321
Valores recebidos a maior	105	337
Taxa de custódia a pagar dos investimentos	2	2
Valores a reembolsar à Gestão Previdencial ^(a)	1.969	14.894
Outros	3.125	10.088
Total de Débitos Diversos	5.239	25.355

(a) Em 2014, ocorreu integralmente o repasse das despesas administrativas estruturais da Gestão Assistencial para o Plano de Gestão Administrativa (PGA) do exercício de 2013.

Mensalmente, o Economus registra o valor de custeio administrativo a ser reembolsado para o Plano de Gestão Administrativa (PGA) - Gestão Previdencial, conforme estabelecido pela Resolução CGPC n° 28, de 26 de janeiro de 2009, e alterações posteriores. Parte das despesas administrativas que são alocadas na Gestão Assistencial é reembolsada ao PGA pelos planos de assistência à saúde administrados pelo Economus, após apuração das despesas relativas à gestão assistencial, conforme descrito no regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo por meio da Ata n° 384, de 06 de dezembro de 2011.

13. Provisão para Ações Judiciais - Contingências

Nos subgrupos ativo e passivo não circulantes, são considerados, respectivamente, os depósitos judiciais efetuados pelo Economus e as provisões contingenciais.

Correspondem às incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação financeira da Entidade. A movimentação está demonstrada a seguir:

Descrição	Provisões			Depósito Judicial		
	Saldo em 2013	Constituição/ (Reversão)	Atualização	Saldo em 2014	Saldo em 2013	Saldo em 2014
Provisão para ações Trabalhistas ^(a)	2.343	1.567	-	3.910	2.343	3.012
Provisão para ações Cíveis ^(b)	1.037	(284)	-	753	-	77
Provisão para ações Tributárias	173.643	(24.804)	795	141.211	161.177	137.217
PIS e COFINS de 2000 a 2002 ^(c)	5.039	(5.039)	-	-	5.039	-
PIS e COFINS de 2006 ^(d)	12.515	1.411	-	13.926	12.355	13.840
PIS e COFINS de 1996 a 2000 ^(e)	117.323	5.293	-	114.193	108.900	114.193
INSS ^(f)	13.170	(557)	479	13.092	9.287	9.184
INSS de 2000 ^(g)	25.596	(25.912)	316	-	25.596	-
Provisão para ações Outras ^(h)	11	-	6	17	11	17
Total do Exigível Contingencial	177.034	(23.521)	801	145.891	163.531	140.323

(a) Trabalhistas: Processos relativos a reclamações trabalhistas, cobertura médica, reparação por danos morais e manutenção de beneficiários no plano FEAS e EcoSaúde II, cujo valor totalizou R\$ 3.910, em 2014 (R\$ 2.343, em 2013), classificados como perda provável pelos assessores jurídicos especializados e depositado judicialmente o valor de R\$ 3.012 (R\$ 2.343, em 2013).

(b) Cíveis: Referem-se a ações judiciais cíveis, cobertura médica e reparação por danos morais, provisionadas com base na opinião dos assessores jurídicos especializados, classificadas como perdas prováveis. O saldo provisionado em 2014 é de R\$ 753 (R\$ 1.037, em 2013) e depositado judicialmente o valor de R\$ 77.

(c) PIS e COFINS de 2000 a 2002: Com a edição da Medida Provisória 2.222, de 04 de setembro de 2001, editada pelo Governo Federal, que dispôs sobre o Regime Especial de Tributação (RET), modalidade de apuração de imposto de renda, que vigorou entre os anos de 2002 a 2004, o Economus desistiu das ações em andamento. Os depósitos judiciais referentes ao PIS e à COFINS, efetuados de abril de 2000 a dezembro de 2002, totalizando R\$ 3.751 (provisão e depósito em 2009 e 2010), foram convertidos em renda da União em 23 de maio de 2013. Em 2014, ocorreu a baixa contábil do PIS e da COFINS.

(d) PIS e COFINS de 2006: A partir de 2006, seguindo orientação dos assessores jurídicos, o Economus impetrou Mandado de Segurança do PIS e da COFINS, teve liminar concedida e os valores apurados passaram a ser recolhidos judicialmente. A perspectiva de perda desse processo é "Possível". Contabilmente, está provisionado o valor de R\$ 13.926 (R\$ 12.515, em 2013) e depositado judicialmente o valor de R\$ 13.840 (R\$ 12.355, em 2013).

(e) PIS e COFINS de 1996 a 2000: Autos lavrados pela Receita Federal do Brasil (RFB), questionando incidência e bases de recolhimento referentes aos exercícios de 1996 a 2000. Após o trâmite da discussão na instância administrativa, o Economus ajuizou, por meio de sua assessoria jurídica, ação anulatória com pedido de antecipação de tutela em 2002. A ação foi julgada procedente em agosto de 2008, tendo a União recorrido da decisão em janeiro de 2009. O recurso de apelação encontra-se pendente de julgamento. Contabilmente, foi provisionado, em 2014, o valor R\$ 114.193 (R\$ 117.323, em 2013) e depositado judicialmente o valor de R\$ 114.193 (R\$ 108.900, em 2013).

(f) INSS: Autos lavrados em 2004 e 2007, relacionados às contribuições previdenciárias de caráter normal, serviços remunerados às cooperativas e divergência entre valores recolhidos e informados na GFIP (NFLD - 35.650.232-5, NFLD - 35.650.233-3, NFLD - 35.650.235-0, NFLD - 37.012.400-6 e NFLD - 37.012.399-9). Assessoria jurídica especializada foi contratada para impugnação dos autos. Contabilmente, está provisionado, em 2014, o montante de R\$ 13.092 (R\$ 13.170, em 2013) e depositado judicialmente, em 2014, o montante de R\$ 9.184 (R\$ 9.287, em 2013).

(g) INSS de 2000: Mandado de Segurança nº 2000.61.011.967-3, que tramitou perante a 7ª Vara Federal de São Paulo, ajuizado em 13 de abril de 2000, requerendo o reconhecimento do direito do Economus "de não se submeter à exigência do crédito tributário relativo à contribuição social prevista no artigo 22, inciso IV, da Lei 8.212/91, com redação dada pelo artigo 1º da Lei 9.876/99." Por decisão do juízo, procedeu-se à conversão em renda da totalidade dos depósitos judiciais realizados nos autos. Contabilmente, ocorreu a baixa contábil em 2014 (R\$ 25.596, em 2013).

(h) Outras: São compostas por ações diversas. Contabilmente, estão provisionados em 2014 no valor total de R\$ 17 (R\$ 11, em 2013), e depositados judicialmente em 2014 no valor total de R\$ 17 (R\$ 11, em 2013).

O Economus possui ações de natureza cível e trabalhista, cujos objetos tratam de assistência à saúde, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível no montante de R\$ 211.224 (R\$ 184.390, em 2013) e R\$ 509 (R\$ 522, em 2013), respectivamente. Esses processos, classificados com probabilidade de perda possível, referem-se à recomposição do patrimônio, inclusão de dependentes e agregados aos planos médicos, cobertura dos procedimentos médicos, materiais, custos de internação e indenizações por danos morais.

14. Patrimônio Social

O patrimônio social é composto pela incorporação dos superávits e déficits apurados em cada exercício social. O Economus não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado.

15. Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde

a. Composição Consolidada das Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde

Descrição	2014	2013
Contribuições Líquidas ^(a)	199.113	203.801
Receitas com Administração dos Planos ^(b)	21.017	22.131
Total das Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência	220.130	225.932

(a) Contribuições Líquidas: receita do patrocinador e do participante a título de contraprestação emitida dos planos de Assistência à Saúde.

(b) Receitas com Administração dos Planos: são registrados os valores das receitas correspondentes à administração dos planos.

16. Eventos Conhecidos ou Avisados

a. Eventos Indenizáveis Líquidos Consolidados (despesas assistenciais)

Descrição	2014	2013
Eventos Indenizáveis ^(a)	254.874	235.443
Consultas	16.130	16.203
Exames	44.985	42.403
Terapias	4.214	3.997
Internações	131.405	122.295
Outros Atendimentos Ambulatoriais	55.034	40.942
Demais Despesas Assistenciais	343	8.498
Sistema Único de Saúde (SUS)	451	1.105
Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA)	2.312	-
(-) Recuperação de Eventos Indenizáveis ^(b)	(16.513)	(12.481)
Total dos eventos indenizáveis líquidos	238.361	222.962

(a) Eventos Indenizáveis: registram-se os valores dos eventos conhecidos e indenizações de todos os gastos com procedimentos médico-hospitalares prestados a beneficiários dos planos do Mantenedor (Banco do Brasil S.A.), Autossustentável, FEAS, NOVO FEAS, EcoSaúde II e Economus Família.

(b) Recuperação de Eventos Indenizáveis: são registrados os valores de eventos de assistência médico-hospitalar recuperados por glosas e coparticipação.

b. Cobertura Assistencial com Preço Prestabelecido – Planos Coletivos por Adesão Pós Lei

Conforme descrito na RN n° 344, de 20 de dezembro de 2013, que altera o Anexo da RN n° 290, de 2012, passa a vigorar acrescido do Capítulo III – Modelo de Publicação da ANS. Abaixo, está demonstrado o plano coletivo por adesão do Economus Família firmado posteriormente à Lei n° 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar a modalidade de preço preestabelecido. Conforme descrito na RN n° 344, de 20 de dezembro de 2013, que altera o Anexo da RN n° 290, de 2012, passa a vigorar acrescido do Capítulo III – Modelo de Publicação da ANS. Abaixo, está demonstrado o plano coletivo por adesão do Economus Família firmado posteriormente à Lei n° 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar a modalidade de preço preestabelecido.

	2014						2013
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Contratada	916	3.238	255	11.330	5.297	-	21.036
Reembolso	-	3	-	-	-	-	3
Total	916	3.241	255	11.330	5.297	-	21.039

17. Despesas Administrativas

A partir de 1º de janeiro de 2010, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) passaram a adotar as normas contábeis previstas na Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores. As EFPCs que administram planos de assistência à saúde passaram a adotar, adicionalmente, os normativos da ANS dispostos na RN ANS nº 207 e IN ANS nº 36, ambas de 2009, e alterações posteriores.

No âmbito da gestão administrativa, a alteração mais relevante está na obrigatoriedade das EFPCs contabilizarem seus gastos administrativos de forma segregada, dentro de um modelo denominado Plano de Gestão Administrativa (PGA). O PGA está suportado por regulamento próprio aprovado pelo Conselho Deliberativo.

De acordo com as normas publicadas pela Previc, todas as despesas administrativas contabilizadas no PGA, atribuídas aos planos assistenciais, são inteiramente reembolsadas pelos planos de assistência à saúde.

Abaixo, a composição das despesas administrativas:

Descrição	2014	2013
Despesas com Pessoal Próprio ^(a)	13.840	15.090
Despesas com Serviços de Terceiros ^(b)	4.172	4.420
Despesas com Localização e Funcionamento ^(c)	2.572	2.349
Despesas com Tributos ^(d)	166	175
Despesas Administrativas Diversas ^(e)	445	573
Total das Despesas Administrativas	21.195	22.607

(a) Despesas com pessoal próprio: as despesas com pessoal próprio são originadas na Gestão Administrativa Previdencial, sendo transferida, por meio de rateio, a parcela correspondente à Gestão Assistencial. O saldo é composto conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2014	2013
Salários	7.940	7.713
Encargos	2.572	2.490
Bonificações / benefícios	3.328	4.887
Total das despesas com Pessoal Próprio	13.840	15.090

(b) Despesas com serviços de terceiros: são representadas pelos serviços contratados de terceiros, tais como: consultoria técnica, serviços de conectividade, temporários e terceirizados, honorários advocatícios, entre outros.

(c) Despesas com localização e funcionamento: correspondem às despesas básicas para manutenção das atividades da empresa. Neste subgrupo, são registradas despesas com água, aluguel, luz e telefone.

(d) Despesas com tributos: despesas com IPTU, taxa de saúde suplementar e outras contribuições fiscais.

(e) Despesas administrativas diversas: são outras despesas não classificáveis nas demais contas de despesas administrativas, tais como: despesas judiciais, jornais e revistas, multas, entre outras.

18. Partes Relacionadas

As partes relacionadas do Economus podem ser assim consideradas: dos beneficiários e dos Mantenedores (Banco do Brasil S.A. e Economus), cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convênio de Adesão para oferecimento dos planos assistenciais para seus empregados.

Remuneração da Administração

O Economus considerou, como pessoal-chave da administração, os integrantes da Diretoria Executiva e dos Conselhos. Os valores com os benefícios de curto prazo no exercício de 2014 somaram R\$ 1.664 (R\$ 1.985 em 2013).

19. Gerenciamento de riscos

O Economus tem como prática disseminar ações que visam implantar boas práticas de governança e promover o fortalecimento do ambiente de controle proporcionando, assim, conforto e segurança para seus patrocinadores, participantes e assistidos.

Os trabalhos de controle interno são respaldados pela metodologia e princípios estabelecidos pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), pela Norma Brasileira de Gestão de Riscos (ABNT – NBR ISO 31000), pela Norma AS/NZS 4360 e implementados por meio dos modelos CSA (*Control Self Assessment*) e RSA (*Risk Self Assessment*), o que garante transparência, eficácia, confiabilidade e conformidade aos processos, com o objetivo principal de mitigar os riscos aos quais o Instituto está exposto, em decorrência de suas operações.

Todas as unidades do Economus passam por testes de controle que visam assegurar a aderência das práticas dessas unidades aos controles estabelecidos. Os resultados são reportados e as não conformidades são endereçadas de tal forma que medidas corretivas sejam implementadas.

O conjunto dessas ações se traduz em incremento da qualidade dos processos operacionais e na importante difusão da cultura de controle, caminhando, assim, em consonância com as melhores práticas.

Gerenciamento de riscos

O Economus está exposto a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações relacionadas aos investimentos e seus passivos atuariais. O gerenciamento de tais riscos está contido nas Políticas de Investimentos, bem como em seus Normativos e Procedimentos internos.

a. Risco de crédito

O risco de crédito está associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus participantes ou patrocinadores, sendo este atenuado pela cobrança a uma base pulverizada e pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência. Esse risco é mitigado, também, pelo modelo utilizado para cobrança: desconto em folha de pagamento dos beneficiários, débito em conta corrente, contribuições dos Mantenedores (Banco do Brasil S.A. e Economus) e emissão de boletos.

O Economus também está sujeito a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Para minimizar esse risco, o Economus possui processo de análise e aprovação de títulos de crédito privado. Adicionalmente há o risco de crédito para os créditos relativos a operações com planos de saúde e títulos e créditos a receber.

b. Risco de Mercado

É a probabilidade de eventuais perdas decorrentes de variações nas taxas e preços de mercado de ativos e passivos.

A identificação, a avaliação, o controle e o monitoramento do risco de mercado são feitos por meio do *Value at Risk* (VaR), do *Benchmark - Value at Risk* (B-VaR).

c. Risco de Liquidez

Para mitigar o risco de liquidez, é realizado monitoramento e avaliação para os horizontes de curto, médio e longo prazos. O monitoramento e a avaliação são realizados por meio do Índice de Cobertura de Liquidez, metodologia desenvolvida internamente e aprovada pela Diretora Executiva.

d. Risco Legal

É a probabilidade de perdas decorrentes do não cumprimento das normas legais de natureza fiscal, previdencial, trabalhista, regulamento dos planos, processos judiciais, ações legais, dentre outros.

O acompanhamento do risco legal é efetuado pelo Economus no processo de avaliação, seleção e aquisição de novos investimentos. A mensuração e quantificação da aderência de todas as carteiras de investimentos são realizadas pela consultoria de investimentos contratada pelo Economus, prestador de serviços credenciado junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

e. Risco Sistêmico

Refere-se ao risco de colapso de todo sistema financeiro ou mercado, com impacto sobre as taxas de juros, o câmbio e os preços dos ativos em geral, afetando amplamente a economia. Para mitigar os impactos de crises de grande magnitude sobre os ativos, a alocação de recursos é realizada observando os aspectos referentes à diversificação de setores, emissores, gestores externos e diferentes *benchmarks* de investimento.

f. Risco Operacional

O gerenciamento do risco operacional é realizado de acordo com o porte e a complexidade dos processos que suportam a Entidade. Por meio do Ciclo de Avaliação de Riscos, a exposição aos riscos é mensurada e os controles internos já implantados são certificados.

Os resultados dessa mensuração são reportados à Diretoria Executiva e planos de ação são desenvolvidos com o objetivo de implementar melhorias nos processos e mitigar os maiores riscos identificados. Esses resultados também são reportados periodicamente ao Conselho Fiscal.

As perdas operacionais ocorridas no Instituto são monitoradas, identificadas, documentadas, reportadas e tratadas. Com essas práticas, pretende-se atuar de forma prudente e eficiente na administração dos recursos dos beneficiários.

20. Instrumentos Financeiros Ativos

Os instrumentos financeiros do Economus estão restritos às aplicações financeiras e no resultado, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos e encontram-se classificados, conforme abaixo:

Aplicações financeiras: estão demonstrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em linha com as melhores práticas de precificação adotadas pelo mercado financeiro. Os ativos financeiros foram adquiridos levando-se em consideração as condições e premissas estabelecidas pela Política de Investimentos vigente à época, que foi aprovada pelo Conselho Deliberativo do Economus.

21. Instrumentos Financeiros Derivativos

Durante os exercícios de 2014 e de 2013, o Economus não realizou diretamente operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

22. Aprovação das Demonstrações Contábeis das Informações Suplementares da Gestão Assistencial

As Demonstrações Contábeis das informações suplementares da Gestão Assistencial foram aprovadas pela Diretoria Executiva, em 24 de fevereiro de 2015, e pelo Conselho Deliberativo, em 26 de março de 2015.

SERGIO IUNES BRITO

Diretor Superintendente
CPF 270.690.521-20

BENILTON COUTO DA CUNHA

Diretor Administrativo
CPF 431.529.967-72

MAURÍCIO MESSIAS

Diretor de Seguridade
CPF 097.549.218-73

PAULO LEITE JULIÃO

Diretor Financeiro
CPF 956.029.098-34

TADEU PIGIONI HORTA FERNANDES

Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF 222.044.038-90



Capítulo 8:
Pareceres

Pareceres

**Avaliação Atuarial
Plano Regulamento Geral
CNPB 1978.0001-38
Parecer Atuarial 042/015**

1. Considerações Iniciais

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios do Regulamento Geral, administrado e executado pelo Economus – Instituto de Seguridade Social, patrocinado pelo então Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A., e pelo próprio Economus, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2014, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano de Benefícios do Regulamento Geral é um plano suplementar de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhados aos do Regime Geral de Previdência Social, destinado aos empregados das Patrocinadoras do Plano, oferecendo, em conformidade com o Regulamento, benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido *a priori*, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

O Plano está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1978.0001-38, sendo que a Avaliação Atuarial anual de 2014 contempla o Regulamento vigente na sua Data Base, sendo a última alteração aprovada em 26 de outubro de 2007, por meio da Portaria MPS/SPC nº 1.802, com vigência a partir de 29 de outubro de 2007. Cumpre ressaltar que o Plano passou por processo de saldamento facultativo no ano de 2006, sendo q e se encontra em situação de extinção, ou seja, fechado a novas adesões.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2014 na Data Base de 31 de dezembro de 2014, sendo esta também a Data da Avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigente, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos levantados e informados pela Entidade, vinculados às Patrocinadoras do Plano,

bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de 31 de dezembro de 2014, observado, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano do Regulamento Geral, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório GAMA 151 – RE 057/15, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios do Regulamento Geral, posicionada em 31 de dezembro de 2014.

Adicionalmente, e em face de o Economus não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência GAMA 151 – CT 365/14 de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2014, consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

2 Resultados Atuariais

2.1 Em Relação ao Grupo de Custeio: Geral

2.1.1 Evolução dos Custos

Todos os benefícios do Plano do Regulamento Geral estão estruturados na modalidade de Benefício Definido. Os benefícios programados (Complementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço e por Idade) estão estruturados no regime de Capitalização, pelo método de Crédito Unitário Projetado. Dentre os benefícios de risco, as Complementações de Aposentadoria por Invalidez, de Pensão por Morte e de Auxílio-Reclusão estão estruturadas sob o regime de Repartição de Capitais de Cobertura, enquanto que os demais benefícios (Auxílio-Doença, Pecúlio por Morte, Pecúlio por Invalidez e Auxílio-Adicional) estão estruturados em Repartição Simples, sendo o Auxílio-Doença avaliado pelo método Atuarial e os demais avaliados pelo método de Teoria Coletiva do Risco, observando-se as ocorrências nos últimos 36 meses anteriores à Avaliação, com margem de segurança estatística de 91%.

Comparativamente ao exercício anterior, o custo do Plano, apurado, para fins meramente referenciais, sobre a base de folha de Salário Real de Participação – SRP, elevou-se de 1.286,30% para 1.314,84%. Essa elevação deveu-se, sobretudo, à revisão dos custos dos benefícios avaliados

pela Teoria Coletiva do Risco, que considera o histórico de 36 meses de eventos ocorridos, o que pode acarretar variações nas alíquotas de custo.

2.1.2 Variação das Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos do Plano do Regulamento Geral, existentes em 31 de dezembro de 2014, e disponibilizadas pelo Economus, foram determinadas atuarialmente e montam R\$ 3.855.262.398,04, na data de 31 de dezembro de 2014, sendo R\$ 3.463.134.846,32 referentes aos benefícios programados, e R\$392.127.551,72 referentes aos benefícios não programados, ambos estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD).

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC foram avaliadas atuarialmente em função das informações individuais dos Participantes do Plano, observada a metodologia disposta na Nota Técnica Atuarial do Plano, e montam R\$ 668.355.243,00, na data de 31 de dezembro de 2014, integralmente referentes aos benefícios programados do Plano.

As Provisões Matemáticas a Constituir – PMaC foram avaliadas em R\$ 367.667.305,18, em 31 de dezembro de 2014, e referem-se, integralmente, a equacionamento de Déficit, sendo sua totalidade referente a Déficit equacionado em 2005. No exercício de 2014 encerrou o período de amortização do Déficit equacionado de 2009, portanto, não havendo saldo desta dívida na data da Avaliação Atuarial de 2014.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2013, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano foi de 0,11%, tendo sido registrado o montante de R\$ 4.155.950.335,86 em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 4.151.184.703,80 em 31 de dezembro de 2013. A variação pouco representativa das Provisões Matemáticas deveu-se ao aumento das Provisões de Benefícios Concedidos, motivado pela concessão de novos benefícios, aumento do valor médio dos benefícios e alteração da premissa de mortalidade de inválidos, ter sido ligeiramente superior à redução dos Benefícios a Conceder, justificada principalmente pela alteração na premissa de entrada em aposentadoria. Maiores detalhes podem ser encontrados no Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 057/15.

2.1.3 Principais Riscos Atuariais

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o

Plano de Benefícios do Regulamento Geral, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, sendo que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2014 do Plano do Regulamento Geral, foram aprovadas pelo Economus, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório GAMA 151 - RE 082/14, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006.

2.1.4 Soluções para Insuficiência de Cobertura

Apesar de o Plano do Regulamento Geral ter apresentado déficit técnico no encerramento do exercício a que se refere este Parecer, e em 2014 não ter sido registrado o terceiro déficit consecutivo e este inferior a 10% das Provisões Matemáticas estruturadas em Benefício Definido, não há necessidade da realização e aprovação de Plano de Equacionamento no exercício subsequente, nos termos da Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 13, de 14 de novembro de 2013.

Caso o resultado se mantenha deficitário e no patamar inferior a 10% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido por três exercícios consecutivos, será necessária a elaboração e aprovação de Plano de Equacionamento, o qual preverá solução para a insuficiência de cobertura do Plano.

2.2 Em Relação ao Plano de Benefícios

2.2.1 Qualidade da Base Cadastral

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

2.2.2 Regras de Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais

Não há fundos previdenciais na data da Avaliação Atuarial, em 31 de dezembro de 2014.

2.2.3 Variação do Resultado

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$ 4.155.950.335,86, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 4.017.738.293,55, verifica-se que o Plano do Regulamento Geral apresentou Déficit Técnico, de R\$ 138.212.042,31, em 31 de dezembro de 2014.

O Resultado do Plano passou de um Déficit de R\$ 182.895.461,39, em 31 de dezembro de 2013, para R\$ 138.212.042,31, em 31 de dezembro de 2014. A redução do déficit no exercício deveu-se, sobretudo, à variação pouco representativa das Provisões Matemáticas, motivada principalmente pela alteração da premissa de entrada em aposentadoria, o que superou a perda motivada pela não superação da meta atuarial do Plano de 12,34%, composta pela taxa de juros de 5,75% ao ano acrescida do INPC acumulado no ano de 2014, de 6,23%, enquanto que a rentabilidade do período foi de 10,47%, gerando uma perda atuarial de 1,66% no período.

2.2.4 Natureza do Resultado

O resultado deficitário acumulado, apresenta características estruturais, sendo oriundo, dentre outras causas, dos regimes financeiros adotados para os benefícios de risco do Plano. Contribuiu para este resultado, também, a ocorrência de oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas para o Plano, o que é inerente a processos estocásticos baseados em inferências.

2.2.5 Soluções para Equacionamento do Déficit

O Plano Regulamento Geral apresentou Déficit Técnico no encerramento do exercício a que se refere este Parecer. Observando-se o disposto na Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 13, de 14 de novembro de 2013, o déficit, se inferior a 10% (dez por cento) das Provisões Matemáticas deve ser equacionado até o final do exercício subsequente ao da apuração do terceiro resultado deficitário anual consecutivo. Como o Déficit Acumulado foi de 3,33% da soma das Provisões Matemáticas em Benefício Definido e em 2014 não ter sido registrado o terceiro déficit consecutivo, não há necessidade de equacionamento imediato.

2.2.6 Adequações dos Métodos de Financiamento

Adota-se, para o financiamento dos benefícios programados assegurados pelo Plano, o regime de Capitalização conjugado com o método de Crédito Unitário Projetado. Quanto aos benefícios de risco, adota-se o regime de Repartição de Capitais de Cobertura para os benefícios

de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e Auxílio-Reclusão e o regime de Repartição Simples para os benefícios de Auxílio-Doença, Auxílio Adicional, Pecúlio por Morte e Pecúlio por Invalidez, estando todos avaliados pelo método de Teoria do Risco Coletivo, exceto o Auxílio-Doença avaliado pelo método Atuarial.

Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006.

2.2.7 Outros Fatos Relevantes

1) O Plano do Regulamento Geral encontra-se em situação de extinção, ou seja, fechado a novas adesões, considerando a data de desativação de 31 de julho de 2006, e passou por processo de saldamento facultativo em 2006, contendo, portanto, além de Participantes e Assistidos, Participantes com direito a Benefício Proporcional Saldado;

2) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado, parcela destes estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento, sendo que para tal, a Entidade atestou a possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 04/2002, e suas alterações posteriores, fato que pode ser verificado no Parecer GAMA 151 – PA 049/15;

3) De acordo com o referido Balancete Contábil, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontrava-se integralizado;

4) Conforme decisão da Entidade será mantido o custeio administrativo praticado no exercício de 2014 para este Plano, sendo este de 0,90% sobre o Salário Real de Participação, Benefício Saldado ou Benefício Proporcional Diferido, para os Participantes, conforme sua situação; 0,90% sobre o valor do benefício, para os Aposentados e Pensionistas; e contribuições patronais paritárias às dos Participantes e Assistidos, exceto Autopatrocinados;

5) As Provisões Matemáticas a Constituir do Plano, no valor total de R\$ 367.667.305,18, em 31 de dezembro de 2014, referem-se a equacionamentos de Déficit apurado na Avaliação Atuarial do exercício de 2005. A amortização dessas provisões se dá por meio de contribuições extraordinárias mensais, conforme definido no respectivo Plano de Custeio, sendo as alíquotas de contribuição aplicáveis a Participantes, Patrocinadoras e Assistidos, com exceção para os pensionistas, os quais não contribuem para o equacionamento de déficit de 2005, e revistas

anualmente, conforme plano de pagamento estipulado à época de cada equacionamento;

6) Os Fundos do Plano montavam a quantia de R\$ 30.451.610,24, sendo R\$ 27.587.619,96 referentes a Fundo Administrativo e R\$ 2.863.990,28 referentes à Fundos dos Investimentos. Os valores desses fundos foram informados pela Entidade, através do balancete contábil do Plano. O Plano não apresenta, em 31 de dezembro de 2014, valores registrados em Fundos Previdenciais;

7) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2014, comparativamente às adotadas para o exercício de 2013, destacam-se às alterações do Fator de Capacidade dos Benefícios, em que se utilizou 0,9783 em substituição a 0,9792; da Tábua de Mortalidade de Inválidos, em que se utilizou a Winklevoss em substituição à RP 2000 Disabled Male; e à inclusão da Tábua de Entrada em Aposentadoria em que se utilizou a Experiência GAMA-ECONOMUS;

8) Ainda sobre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2014, destaca-se que a manutenção da Taxa Real Anual de Juros em 5,75% ao ano foi objeto de aprovação pela PREVIC por meio do Ofício nº 3946/2014/CGMA/CGMI/DIACE/PREVIC, conforme exigido pela Instrução PREVIC nº 01, de 12 de abril de 2013.

9) Cumpre ressaltar que, conforme recomendado nos Pareceres Atuariais anteriores, a Entidade iniciou estudos visando, dentre outros aspectos relacionados

à manutenção da solvência e equilíbrio do Plano, à alteração dos regimes financeiros atualmente adotados nos benefícios de risco assegurados pelo Plano para o regime de Capitalização, tendo em vista suas características, principalmente, no que tange ao Plano se encontrar em extinção, havendo possibilidade de comprometimento da formação de reservas técnicas para o custeio desses benefícios. Registra-se, entretanto, que os regimes atualmente adotados estão aderentes à legislação vigente, conforme Resolução MPS/CGPC nº 18/2006;

10) Em 30/12/2014 foi publicada a Medida Provisória nº 664 que promoveu alterações na legislação que rege o regime geral de previdência social, notadamente em relação aos benefícios de auxílio-doença e de pensão por morte, em suas condições de carência, parâmetros de cálculo de renda, elegibilidade e, especificamente, para o benefício de pensão, o tempo de recebimento. Diante dessas considerações a Entidade deverá acompanhar, ao longo de 2015, os desdobramentos da Medida Provisória nº 664, de modo a se preparar para eventuais adaptações em seus planos de benefícios.

3. Plano de Custeio

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início em 1º de abril de 2015, em conformidade com o Regulamento do Plano, deverá ter a seguinte configuração, observada sua prévia aprovação pela Entidade e Patrocinadoras, antes de sua entrada em vigor:

Plano de Custeio para 2015

Participantes

Contribuição Normal

	Faixa Salarial	Alíquota (% SRP)	Dedução (% Teto INSS)
Participantes (1)	SRP ≤ ½ x Teto INSS	1%	-
	½ x Teto INSS < SRP ≤ 1 Teto INSS	1,75%	0,375%
	1 Teto INSS < SRP ≤ 6 Teto INSS	25,55%	24,17%
Participantes em BPD que não optaram pela cobertura dos benefícios de risco			0,00%
Participantes em BPD que optaram pela cobertura dos benefícios de risco			4,90% do BPD
Participantes que optaram pelo saldamento			0,00%
Participantes saldados em autopatrocínio que optaram pela cobertura dos benefícios de risco		4,90% do valor do Benefício Saldado	
Participantes autopatrocinados		Idêntica a dos participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora	

Contribuição Extraordinária - Déficit Equacionado 2005

	Prazo Remanescente ⁽²⁾	Alíquota (% SRP, % BPD ou % BS)
Participantes (ativos, em BPD e que optaram pelo saldamento)	220 meses	3,84% ⁽³⁾
Participantes autopatrocinados	220 meses	Idêntica a dos participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora ⁽³⁾
Metodologia de financiamento	Tabela Price, com alíquota de contribuição e prazo de financiamento recalculados anualmente.	
Objetivo	Equacionamento da Provisão a Constituir por Déficit verificada e equacionada na Avaliação Atuarial de 2005	

Patrocinadoras**Contribuição Normal**

Patrocinadoras Paritárias às Contribuições Normais dos Participantes e dos Assistidos

Contribuição Extraordinária - Déficit Equacionado 2005

	Prazo remanescente ⁽²⁾	Alíquota (% SRP, % BS ou % Benefício)
Patrocinadoras	220 meses	Paritárias às Contribuições dos Participantes e Assistidos para esse fim ⁽³⁾
Metodologia de financiamento	Tabela Price, com alíquota de contribuição e prazo de financiamento recalculados anualmente	
Objetivo	Equacionamento da Provisão a Constituir por Déficit verificada e equacionada na Avaliação Atuarial de 2005	

Assistidos**Contribuição Normal**

Aposentados 4,1% sobre o valor do benefício

Pensionistas 0,00%

Contribuição Extraordinária - Déficit Equacionado 2005

	Prazo remanescente ⁽²⁾	Alíquota (% Benefício)
Aposentados	220 meses	3,84% ⁽³⁾
Pensionistas	-	-
Metodologia de financiamento	Tabela Price, com alíquota de contribuição e prazo de financiamento recalculados anualmente.	
Objetivo	Equacionamento da Provisão a Constituir por Déficit verificada e equacionada na Avaliação Atuarial de 2005	
Pensionistas	-	0,00% ⁽³⁾

Plano de Custeio Administrativo

Em conformidade com a definição da Entidade acerca dos Custos Administrativos dos Planos Previdenciais, em observância ao seu Plano de Gestão Administrativa – PGA, o custo intencionado para o Plano de Benefícios do Regulamento Geral é definido conforme a seguir:

a) Taxa de Carregamento aplicável sobre o Salário Real de Participação	0,90%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre o BPD	0,90%
c) Taxa de Carregamento aplicável sobre o Benefício Proporcional Saldado	0,90%
d) Taxa de Carregamento aplicável sobre a Complementação recebida pelo Aposentado	0,90%
e) Taxa de Carregamento aplicável sobre a Complementação recebida pelo Pensionista	0,90%
f) Taxa de Carregamento paga pelas Patrocinadoras	0,90%
g) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano	0,15%
h) Participantes Autopatrocinados	Taxa de carregamento devida pelo Participante adicionada a parcela que seria devida pelas Patrocinadoras.

(1) Só contribuem os Participantes com tempo de Plano inferior a 30 anos.

(2) Na Data da Avaliação.

(3) Manutenção das alíquotas atualmente praticadas, conforme decisão da Entidade, alíquotas essas que, quando da Avaliação Atuarial de 2014, eram suficientes para a amortização do valor do déficit equacionado, no prazo remanescente.

(4) No caso dos Participantes autopatrocinados, o custo é definido pela soma do custo do Participante e da Patrocinadora.

4. Conclusão

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano do Regulamento Geral, em 31 de dezembro de 2014, é deficitária em R\$138.212.042,31, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano. Em se tratando de déficit inferior a 10% do total das Provisões Matemáticas em Benefício Definido e em 2014 não ter sido registrado o terceiro déficit consecutivo não há necessidade da elaboração de Plano de Equacionamento até o final do exercício de 2015.

Este é o parecer.

Brasília, 20 de fevereiro de 2015.



ANTÔNIO FERNANDO GAZZONI

Atuário MIBA 851 - MTb/RJ

DIRETOR-PRESIDENTE

PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGULAMENTO COMPLEMENTAR nº 1

Avaliação Atuarial de 2014
Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1
CNPB 1978.0002-19
Parecer Atuarial 043/15
Fevereiro/2015

1. Considerações Iniciais

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1, administrado e executado pelo Economus – Instituto de Seguridade Social, patrocinado pelo então Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A., em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2014, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano do Regulamento Complementar nº 1 é um plano suplementar de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhados aos do Regime Geral de Previdência Social, destinado aos empregados da Patrocinadora do Plano admitidos originariamente pelo regime de CLT, até 13/05/1974, e protegidos pelas Leis Estaduais nº 1.386/1951 e nº 4.819/1958, oferecendo, em conformidade com o Regulamento, benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido *a priori*, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

O Plano está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1978.0002-19, sendo que a Avaliação Atuarial anual de 2014 contempla o Regulamento vigente na sua Data Base, sendo a última alteração aprovada em 26 de outubro de 2007, por meio da Portaria MPS/SPC nº 1.802, com vigência a partir de 29 de outubro de 2007.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2014 na Data Base de 31 de dezembro de 2014, sendo esta também a Data da Avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigente, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e

Assistidos levantados e informados pela Entidade, vinculados à Patrocinadora do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de 31 de dezembro de 2014, observado, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano do Regulamento Complementar nº 1, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório GAMA 151 – RE 055/15, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do Plano do Regulamento Complementar nº 1 posicionada em 31 de dezembro de 2014.

Cabe ressaltar que aos Participantes do Plano do Regulamento Complementar nº 1, admitidos originariamente pelo regime CLT, até 13/05/1974, e protegidos pelas Leis Estaduais nº 1.386/51 e nº 4.819/58, ou aos seus dependentes, serão concedidos os seguintes benefícios, cujo custeio é de responsabilidade exclusiva da Fazenda do Estado de São Paulo, para aqueles admitidos até 22/01/1974 nos termos do Decreto nº 33.754, de 09/09/91, ou Banco do Brasil, para aqueles admitidos após 22/01/1974 e até 13/05/1974:

- Aposentadoria por Tempo de Serviço;
- Aposentadoria por Idade;
- Aposentadoria por Invalidez; e
- Pensão por Morte.

A atual massa de Participantes do Plano é aquela que está em atividade na Patrocinadora ou recebendo benefício de aposentadoria pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Banco do Brasil, bem como os Aposentados e Pensionistas que recebem benefício pelo Plano. Assim, na forma da regulamentação geral e do Regulamento específico do Plano de Benefícios em comento, são assegurados, mediante custeio dos Participantes, Assistidos e Patrocinadora, os seguintes benefícios:

- Auxílio-Reclusão;
- Auxílio-Doença;
- Pecúlio por Morte; e
- Pecúlio por Invalidez.

Os benefícios de Auxílio-Natalidade e Auxílio-Funeral, na forma do Regulamento do Plano em tela, são concedidos nas mesmas condições da Previdência Oficial, em conformidade com a Lei nº 8.213, de 14 de agosto de 1991. Entretanto, com o advento da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, que alterou a Lei nº 8.213/1991, tais auxílios não mais são objeto de concessão pelo Regime Geral de Previdência Social e, conseqüentemente, pelo

Economus, em consonância, inclusive, com as informações repassadas pela Entidade.

Adicionalmente, e em face do Economus não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência GAMA 151 - CT 365/14 de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2014, consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

2. Resultados Atuariais

2.1 Em Relação ao Grupo de Custeio: Geral

2.1.1 Evolução dos Custos

Os benefícios assegurados pelo Plano do Regulamento Complementar nº 1 cujos custos são avaliados atuarialmente são os de Auxílio-Doença, Auxílio-Reclusão, Pecúlio por Morte e Pecúlio Por Invalidez. Todos os benefícios estão estruturados na modalidade de Benefício Definido, estando o benefício de Auxílio-Reclusão avaliado sob o Regime de Repartição de Capitais de Cobertura e os demais pelo Regime de Repartição Simples. Para o cálculo dos custos, utilizou-se o método Atuarial para o benefício de Auxílio-Doença e o método de Teoria do Risco Coletivo para os demais benefícios, observando-se as ocorrências nos últimos 36 meses anteriores à Avaliação, adotando-se a margem de segurança estatística de 91%.

Comparativamente ao exercício anterior, o custo dos benefícios de risco ficou praticamente estável, oscilando de 0,226%, registrado na última Avaliação Atuarial, posicionada em 31 de dezembro de 2013, conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 - RE 034/14, para 0,222% nesta Avaliação, posicionada em 31 de dezembro de 2014, conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 - RE 055/15, o que demonstra certa estabilidade dos gastos históricos com tais benefícios nos 36 meses anteriores a cada Avaliação Atuarial, conforme dados repassados pela Entidade.

Cumprir ressaltar que, excepcionalmente, os benefícios concedidos de Aposentadoria e Pensão já estão integralmente cobertos pelo Patrimônio de Cobertura do Plano, não havendo custos atribuídos aos Assistidos, tampouco à Patrocinadora, em relação a esses benefícios concedidos.

2.1.2 Variação das Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos - PMBC,

fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos do Plano foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros e montam R\$ 9.034.369,35, na data de 31 de dezembro de 2014, sendo R\$ 7.225.295,48 referentes aos benefícios programados e R\$ 1.809.073,87 referentes aos benefícios não programados, estruturados na modalidade de Benefício Definido.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder - PMBaC foram avaliadas em R\$ 6.055.443,33, na data de 31 de dezembro de 2014, referentes ao valor atual dos benefícios futuros não programados. Este valor é calculado a partir da parcela resgatável do saldo de conta dos Participantes, em consonância com a Nota Técnica Atuarial do Plano, elaborada conforme definição emanada da Entidade.

O Plano não possuía Provisões Matemáticas a Constituir - PMaC na data base da Avaliação Atuarial. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava, em 31 de dezembro de 2014, em R\$ 15.089.812,68.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2013, a variação nominal das Provisões Matemáticas foi de 3,05%, tendo sido registrado o montante de R\$ 14.643.680,77 em 31 de dezembro de 2013. O crescimento deve-se, em especial, à elevação dos benefícios médios dos Assistidos e alteração da Tábua de Mortalidade de Inválidos, tendo o efeito dessa elevação sido mitigado em razão da involução natural dessas Provisões, dadas pelo pagamento mensal de benefícios. Maiores detalhes podem ser encontrados no Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 - RE 055/15.

2.1.3 Principais Riscos Atuariais

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o Plano do Regulamento Complementar nº 1, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, sendo que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2014 do Plano do Regulamento Complementar nº 1, foram definidas pelo Economus, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais

executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório GAMA 151 - RE 082/14, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006.

2.1.4 Soluções para Insuficiência de Cobertura

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura nesta Avaliação, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2 Em Relação ao Plano de Benefícios

2.2.1 Qualidade de Base Cadastral

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

2.2.2 Regras de Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais

Os Fundos Previdenciais, subdividem em Fundo de Oscilação de Risco que montava R\$ 9.420.565,88 em 31 de dezembro de 2014, constituído atuarialmente para cobertura de oscilações de risco, na forma de sua Nota Técnica Atuarial. E o Fundo para Cobertura de Alteração de Regimes Financeiros que montava R\$ 4.857.596,41 em 31 de dezembro de 2014, constituído para suportar, mesmo que parcialmente, eventual alteração dos regimes financeiros dos benefícios de risco do Plano para o regime de Capitalização, sendo que, continuará a receber, mensalmente, os recursos correspondentes à diferença entre as contribuições normais vigentes até a entrada em vigor do Plano de Custeio apurado na Avaliação Atuarial de 2011 e as contribuições normais definidas no Plano de Custeio decorrente da Avaliação de 2014, assim como vem sendo feito desde a Avaliação de encerramento de exercício de 2011.

2.2.3 Variação do Resultado

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$ 15.089.812,68, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 16.073.946,99, verifica-se que o Plano do Regulamento Complementar nº 1 apresentou superávit técnico-atuarial, de R\$ 984.134,31, em 31 de dezembro de 2014.

O Superávit do Plano diminuiu de R\$ 1.381.938,90 em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 984.134,31 em 31 de dezembro de 2014, representando uma queda de 28,79%, ou R\$ 397.804,59. Esta queda deveu-se, em especial, ao aumento das Provisões Matemáticas de Benefícios

Concedidos do Plano, que registrou elevação de 5,77% no exercício de 2014 comparado com o exercício de 2013, conforme explicado anteriormente neste Parecer.

A redução do superávit foi parcialmente mitigada pelo ganho atuarial decorrente da superação da meta atuarial pela rentabilidade do Plano, que foi de 11,67% em 2014, conforme informado pela Entidade, sendo que a meta atuarial no período, dada pela taxa de juros atuariais acrescida do índice do Plano, foi de 10,80%, o que resultou em um ganho técnico atuarial no exercício de 0,79%.

2.2.4 Natureza do Resultado

Na Avaliação Atuarial de 2014, observa-se que, apesar da manutenção do resultado superavitário, no exercício o Plano apresentou déficit, o qual foi resultante de causas conjunturais, relacionadas ao aumento das Provisões Matemáticas gerado pela elevação dos benefícios médios dos Assistidos e alteração da Tábua de Mortalidade de Inválidos.

Do superávit apurado em 31 de dezembro de 2014, a sua totalidade, que montava R\$ 984.134,31, foi alocada em Reserva de Contingência, correspondente a 6,52% das Provisões Matemáticas do Plano, estruturadas em Benefício Definido.

2.2.5 Soluções para Equacionamento do Déficit

Tendo em vista que o Plano não apresentou Déficit nesta Avaliação, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2.6 Adequações dos Métodos de Financiamento

Adota-se, para o financiamento dos benefícios assegurados pelo Plano, o regime Repartição Simples conjugado com o método de Teoria do Risco Coletivo para os benefícios de Pecúlio por Morte e Pecúlio por Invalidez; o regime de Repartição Simples conjugado com o método Atuarial para o benefício de Auxílio-Doença; e o regime de Repartição de Capitais de Cobertura conjugado com o método de Teoria do Risco Coletivo para o benefício de Auxílio-Reclusão. Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006.

2.2.7 Outros Fatos Relevantes

1) O Plano abriga Participantes que foram admitidos pelo então Banco Nossa Caixa S.A. até 13/05/1974, originariamente pelo regime de CLT, na forma de seu Regulamento. A estes Participantes, ou a seus dependentes, são oferecidos, mediante custeio exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo para aqueles admitidos até 22/01/1974 ou pelo Banco do Brasil, para aqueles admitidos após 22/01/1974 e até

13/05/1974, benefícios de Aposentadoria e Pensão. Mediante custeio, serão assegurados pelo Plano os benefícios de Auxílio- Reclusão; Auxílio-Doença; Pecúlio por Morte; e Pecúlio por Invalidez;

2) Dentre os ativos de investimentos, parcela destes estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento. Os ativos financeiros do Plano, contemplando, inclusive, o Exigível Contingencial e os Fundos Previdenciais, estes sem necessidade de liquidez imediata, conforme informação do Economus, conferem à Entidade a condição de manter tais título precificados dessa forma, com base em Fluxo Atuarial específico desenvolvido para tal fim, nos termos da Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores, fato que pode ser verificado no Parecer GAMA 151 – PA 050/15.

3) De acordo com o referido Balancete, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontrava-se integralizada;

4) Conforme decisão da Entidade, será mantido o custeio administrativo total praticado no exercício de 2014 para este Plano, sendo distribuído no exercício de 2015 em 0,680% sobre o Salário Real de Participação - SRP, para os Participantes; 0,680% sobre a folha de SRP, para a Patrocinadora; e 0,680% da folha dos benefícios para os Assistidos custeados pelo Economus;

5) Os Fundos do Plano em 31 de dezembro de 2014 montavam a quantia de R\$ 15.796.392,32, sendo R\$1.518.230,03 referentes a Fundos Administrativos, valores esses informados pela Entidade, e R\$ 14.278.162,29, referente aos Fundos Previdenciais;

6) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2014, comparativamente às adotadas para o exercício de 2013, destaca-se a alteração relativa ao Fator de Capacidade dos Benefícios, em que se utilizou 0,9782, em substituição a 0,9792; e alteração da Tábua de Mortalidade de Inválidos, em que se utilizou a tábua de Winklevoss em substituição a tábua RP 2000 Disabled Male;

7) No que diz respeito às Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, de valor equivalente à parcela resgatável do saldo de conta dos Participantes, este registro tem como base decisão da Entidade, que se amparou em parecer jurídico emitido em 2008, o qual manifesta opinião de que os Participantes teriam direito a 50% das suas contribuições pessoais em caso de desligamento da Patrocinadora, conforme parágrafo 3º do artigo 5º da regulamentação geral vigente até dezembro de 2005;

8) Em 30/12/2014, foi publicada a Medida Provisória nº 664 que promoveu alterações na legislação que rege o regime geral de previdência social, notadamente em relação aos benefícios de auxílio-doença e de pensão por morte, em suas condições de carência, parâmetros de cálculo de renda, elegibilidade e, especificamente, para o benefício de pensão, o tempo de recebimento. Diante dessas considerações a Entidade deverá acompanhar, ao longo de 2015, os desdobramentos da Medida Provisória nº 664, de modo a se preparar para eventuais adaptações em seus planos de benefícios.

3. Plano de Custeio

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início em 1º de abril de 2015, em conformidade com o Regulamento do Plano, deverá ter seguinte configuração.

Plano de Custeio para 2015

Participantes

Contribuição Normal

Participantes “ativos”	0,137% do Salário Real de Participação
Participantes em percepção de benefícios custeados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Banco do Brasil S.A.	0,137% do Salário Real de Participação*

Contribuição Extraordinária para Constituição de Fundo Previdencial**

Participantes “ativos”	0,743% do Salário Real de Participação
Participantes em percepção de benefícios custeados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Banco do Brasil S.A.	0,743% do Salário Real de Participação*

Patrocinadora

Contribuição Normal

Patrocinadora	0,069% da Folha de Salário Real de Participação
---------------	---

Contribuição Extraordinária para Constituição de Fundo Previdencial**

Patrocinadora	0,361% da Folha de Salário Real de Participação
---------------	---

Assistidos**Contribuição Normal**

Aposentados em recebimento de benefício custeado pelo Economus	4,880% sobre o valor da Complementação
Pensionistas em recebimento de benefício custeado pelo Economus	Não há

Plano de Custeio Administrativo

Em conformidade com a definição da Entidade acerca dos Custos Administrativos dos Planos Previdenciais, em observância ao seu Plano de Gestão Administrativa - PGA, o custo intencionado para o Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1 é definido conforme a seguir:

a) Taxa de Carregamento aplicável sobre o salário real de participação dos Participantes Ativos e em percepção de Benefício custeado pela SEFAZ e Banco do Brasil	0,68%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre o valor da Complementação recebida pelos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) cujos benefícios são custeados pelo Economus	0,68%
c) Taxa de Carregamento, paga pela Patrocinadora, aplicável sobre a folha de salário real de participação	0,68%
d) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano	0,15%

* O Salário Real de Participação corresponde à soma da renda mensal real paga pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Banco do Brasil S.A., bem como dos salários dos funcionários que se encontram em atividade.

** Fundo Previdencial destinado a suportar eventual alteração dos regimes financeiros dos benefícios de risco, para o regime de capitalização, conforme Nota Técnica Atuarial do Plano.

4. Conclusão

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano do Regulamento Complementar nº 1, em 31 de dezembro de 2014, é superavitária em R\$984.134,31, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo a totalidade deste valor alocada em Reserva de Contingência.

Este é o parecer.

Brasília, 20 de fevereiro de 2015.



ANTÔNIO FERNANDO GAZZONI

Atuário MIBA 851 - MTb/RJ

DIRETOR-PRESIDENTE

PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGULAMENTO COMPLEMENTAR nº 2

Avaliação Atuarial de 2014
Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 2
CNPB 1978.0003-83
Parecer Atuarial 044/15
Fevereiro/2015

1. Considerações Iniciais

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 2, administrado e executado pelo Economus – Instituto de Seguridade Social, patrocinado pelo então Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A., em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2014, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano do Regulamento Complementar nº 2 é um plano suplementar de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhados aos do Regime Geral de Previdência Social, destinado aos empregados da Patrocinadora do Plano optantes pelo regime celetista, na forma prevista pela Lei Estadual (SP) nº 10.430/1971 e Decreto nº 7.711/1976, oferecendo, em conformidade com o Regulamento, benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido *a priori*, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

O Plano está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1978.0003-83, sendo que a Avaliação Atuarial anual de 2014 contempla o Regulamento vigente na sua Data Base, sendo a última alteração aprovada em 26 de outubro de 2007, por meio da Portaria MPS/SPC nº 1.802, com vigência a partir de 29 de outubro de 2007. Cumpre ressaltar que o Plano encontra-se em situação de extinção, ou seja, fechado a novas adesões.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2014 na Data Base de 31 de dezembro de 2014, sendo esta também a Data da Avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigentes,

assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos levantados e informados pela Entidade, vinculados à Patrocinadora do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de 31 de dezembro de 2014, observado, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano do Regulamento Complementar nº 2, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório GAMA 151 – RE 056/15, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do Plano do Regulamento Complementar nº 2 posicionada em 31 de dezembro de 2014.

Cabe ressaltar que aos Participantes do Plano do Regulamento Complementar nº 2, optantes pelo regime CLT, na forma prevista pela Lei Estadual nº 10.430/71 e Decreto nº 7.711/76, ou aos seus dependentes, serão concedidos os seguintes benefícios, cujo custeio é de responsabilidade exclusiva da Fazenda do Estado de São Paulo, nos termos do Decreto nº 34.351, de 09/09/91 e da Lei Estadual nº 8.236, de 19/01/93, conforme Regulamento do Plano:

- Aposentadoria por Tempo de Serviço;
- Aposentadoria por Idade;
- Aposentadoria por Invalidez; e
- Pensão por Morte.

Além daqueles acima listados, o Plano oferece os benefícios de Auxílio-Doença, Auxílio-Reclusão, Pecúlio por Invalidez e Pecúlio por Morte, sendo estes custeados pelos Participantes.

A atual massa de Participantes do Plano é aquela que está recebendo benefício de aposentadoria pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, bem como os Pensionistas que recebem benefício pelo Plano em comento. Assim, considerando os demais benefícios assegurados pelo Plano, o único em que a massa remanescente se enquadra é o de Pecúlio por Morte.

Os benefícios de Auxílio-Natalidade e Auxílio-Funeral, na forma do Regulamento do Plano em tela, são concedidos nas mesmas condições da Previdência Oficial, em conformidade com a Lei nº 8.213, de 14 de agosto de 1991. Entretanto, com o advento da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, que alterou a Lei nº 8.213/1991, tais auxílios não mais são objeto de concessão pelo Regime Geral de Previdência Social e, conseqüentemente, pelo

Economus, em consonância, inclusive, com as informações repassadas pela Entidade.

Adicionalmente, e em face do Economus não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência GAMA 151 - CT 365/14 de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2014, consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

2. Resultados Atuariais

2.1 Em Relação ao Grupo de Custeio: Geral

2.1.1 Evolução dos Custos

O benefício de Pecúlio por Morte assegurado pelo Plano do Regulamento Complementar nº 2 cujo custo é avaliado atuarialmente está estruturado na modalidade de Benefício Definido, sob o Regime de Repartição Simples. Para o cálculo dos custos desse benefício, utilizou-se o método de Teoria do Risco Coletivo, observando-se as ocorrências nos últimos 36 meses anteriores à Avaliação, com segurança estatística de 91%.

Comparativamente ao exercício anterior, foi observado uma redução do custo do Plano, que oscilou de 2,46% registrado na última Avaliação Atuarial, posicionada em 31 de dezembro de 2013, conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 - RE 035/14, para 2,36% nesta Avaliação, posicionada em 31 de dezembro de 2014, conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 - RE 056/15, sendo ambas as alíquotas incidentes sobre a folha de Salário Real de Participação, tendo sido influenciado, especialmente pela redução dos gastos históricos com o referido benefício nos últimos 36 meses, conforme dados repassados pela Entidade.

Cumpramos ressaltar que, excepcionalmente, os benefícios concedidos de Pensão por Morte já estão integralmente cobertos pelo Patrimônio de Cobertura do Plano, não havendo custos atribuídos aos Assistidos, tampouco à Patrocinadora, em relação a esses benefícios concedidos.

2.1.2 Variação das Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos - PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (neste caso apenas Pensionistas) do Plano do Regulamento Complementar nº 2 disponibilizadas pelo

Economus, foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros e montam R\$ 1.489.708,69, na data de 31 de dezembro de 2014, sendo referentes ao benefício não programado, estruturado na modalidade de Benefício Definido.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder - PMBaC foram avaliadas em R\$ 5.500.429,38, na data de 31 de dezembro de 2014, referentes ao valor atual dos benefícios futuros não programados. Este valor é calculado a partir da parcela resgatável do saldo de conta dos Participantes, em consonância com a Nota Técnica Atuarial do Plano, elaborada conforme definição emanada da Entidade.

O Plano não possuía Provisões Matemáticas a Constituir - PMaC na data base da Avaliação Atuarial. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava, em 31 de dezembro de 2014, em R\$ 6.990.138,07.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2013, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano foi negativa em 8,45%, tendo sido registrado o montante de R\$ 7.635.541,94 em 31 de dezembro de 2013. Esta redução deveu-se, sobretudo, às alterações na base cadastral de Participantes e Assistidos e à involução das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, dada pelo pagamento de benefícios no decorrer do ano de 2014. Maiores detalhes podem ser encontrados no Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 - RE 056/15.

2.1.3 Principais Riscos Atuariais

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o Plano do Regulamento Complementar nº 2, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, sendo que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2014 do Plano do Regulamento Complementar nº 2, foram definidas pelo Economus, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório GAMA 151 - RE 082/14, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006.

2.1.4 Soluções para Insuficiência de Cobertura

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura nesta Avaliação, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2 Em Relação ao Plano de Benefícios

2.2.1 Qualidade de Base Cadastral

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

2.2.2 Regras de Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais

No que diz respeito aos Fundos Previdenciais, o valor de R\$ 6.696.938,52, considerando 31 de dezembro de 2014, refere-se integralmente ao Fundo para Cobertura de Oscilação de Riscos.

O referido Fundo foi constituído atuarialmente para atender a Gestão Previdencial do Plano, e é destinado à cobertura de eventuais oscilações técnicas do Plano, na forma de sua Nota Técnica Atuarial.

2.2.3 Variação do Resultado

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$ 6.990.138,07, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 15.120.406,37, verifica-se que o Plano do Regulamento Complementar nº 2 apresentou Superávit técnico-atuarial, de R\$ 8.130.268,30, em 31 de dezembro de 2014.

O Superávit do Plano aumentou de R\$ 4.732.974,27 em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 8.130.268,30, em 31 de dezembro de 2014, representando elevação de 71,78%, ou R\$ 3.397.294,03. Este aumento deveu-se à redução nas Provisões Matemáticas, pelos motivos já mencionados anteriormente neste Parecer. O superávit também foi influenciado pelo ganho atuarial do Plano no exercício, que registrou rentabilidade de 11,76% ao ano, contra uma meta atuarial de 10,80% (composta pela taxa de juros de 4,30% ao ano, acrescida do INPC no período de 6,23%), gerando um ganho atuarial de 0,87%.

2.2.4 Natureza do Resultado

O resultado superavitário do Plano apresenta características estruturais, sendo oriundo, dentre outras causas, do regime financeiro adotado para o benefício de risco do Plano, qual seja, o Pecúlio por Morte, bem como do histórico de superação das metas atuariais pela rentabilidade, superações essas que

têm seu efeito maximizado pelo elevado montante alocado em Fundos Previdenciais, os quais representavam, na data da Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2014, montante equivalente a 95,8% das Provisões Matemáticas do Plano, sendo que os recursos desses Fundos estão indexados à meta atuarial do Plano.

Da totalidade do superávit apurado em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$ 1.747.534,52 foi alocado em Reserva de Contingência, e R\$ 6.382.733,78 em Reserva Especial para Revisão do Plano, em conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, sendo este o terceiro exercício consecutivo em que se registrou valor alocado nessa conta contábil, motivo pelo qual, se mantido o resultado, haverá obrigatoriedade de destinação de Reserva Especial no encerramento do exercício de 2015.

2.2.5 Soluções para Equacionamento do Déficit

Tendo em vista que o Plano não apresentou Déficit nesta Avaliação, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2.6 Adequações dos Métodos de Financiamento

Adota-se, para o financiamento do benefício assegurado pelo Plano que está sujeito a financiamento atuarial (Pecúlio por Morte), o regime de Repartição Simples, conjugado com método de financiamento dado pela Teoria Coletiva do Risco. O método utilizado está aderente à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006.

2.2.7 Outros Fatos Relevantes

1) O Plano abriga Participantes que foram admitidos pelo então Banco Nossa Caixa S.A., optantes pelo regime de CLT, na forma de seu Regulamento. A estes Participantes, ou a seus dependentes, são oferecidos, mediante custeio exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, benefícios de Aposentadoria e Pensão. Considerando os demais benefícios assegurados pelo Plano, bem como sua atual massa de Participantes, na qual não há qualquer Participante em atividade na Patrocinadora, o único benefício que esta massa remanescente se enquadra é o de Pecúlio por Morte;

2) Dentre os ativos de investimentos, parcela destes estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento. Os ativos financeiros do Plano, contemplando, inclusive, o Exigível Contingencial e os Fundos Previdenciais, estes sem necessidade de liquidez imediata, conforme informação do Economus, conferem à Entidade a condição de manter tais títulos precificados dessa forma, com base em Fluxo Atuarial específico desenvolvido para tal fim, nos termos da

Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores, fato que pode ser verificado no Parecer GAMA 151 – PA 051/15.

3) De acordo com o Balancete Contábil de dezembro de 2014, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontrava-se integralizada;

4) Conforme decisão da Entidade, será mantido o custeio administrativo total praticado no exercício de 2014 para este Plano, sendo distribuído no exercício de 2015 em 1,334% sobre o Salário Real de Participação - SRP, para os Participantes; 1,334% sobre a folha de SRP, para a Patrocinadora; e 1,334% da folha dos benefícios para os Assistidos custeados pelo Economus;

5) Os Fundos do Plano em 31 de dezembro de 2014 montavam a quantia de R\$ 9.078.268,49, sendo R\$ 2.381.329,97 referentes a Fundos Administrativos, valores esses informados pela Entidade, e R\$ 6.696.938,52 referentes a Fundos Previdenciais;

6) No exercício de 2015, a partir da vigência do Plano de Custeio apurado para este exercício, continuará a haver utilizações do Fundo para Cobertura de Oscilações de Riscos, assim como vem sendo feito desde a vigência do Plano de Custeio apurado na Avaliação de encerramento de exercício de 2011, visando complementar o custeio dos benefícios do Plano. Assim, as contribuições dos Participantes serão

mantidas nos níveis atuais, sendo suportado o complemento do custeio pelo referido Fundo Previdencial. Mensalmente, será utilizada quantia equivalente a 0,79% da folha de Salário Real de Participação;

7) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2014, comparativamente às adotadas para o exercício de 2013, destaca-se a alteração do Fator de Capacidade dos Benefícios, em que se utilizou 0,9782, em substituição a 0,9792;

8) No que diz respeito às Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, de valor equivalente à parcela resgatável do saldo de conta dos Participantes, este registro tem como base decisão da Entidade, que se amparou em parecer jurídico emitido em 2008, o qual manifesta opinião de que os Participantes teriam direito a 50% das suas contribuições pessoais em caso de desligamento da Patrocinadora, conforme parágrafo 3º do artigo 5º da regulamentação geral vigente até dezembro de 2005.

3. Plano de Custeio

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início em 1º de abril de 2015, em conformidade com o Regulamento do Plano, deverá ter a seguinte configuração, sendo atribuíveis contribuições normais exclusivamente aos Participantes do Plano, conforme definição da Entidade:

Plano de Custeio para 2015

Participantes

Contribuição Normal

Participantes em percepção de benefícios custeados pela secretaria da fazenda do estado de São Paulo ou Banco do Brasil S.A.	1,570% do Salário Real de Participação*
Fundo previdencial de oscilação de riscos**	0,792% da folha de Salário Real de Participação*

Plano de Custeio Administrativo

Em conformidade com a definição da Entidade acerca dos Custos Administrativos dos Planos Previdenciais, em observância ao seu Plano de Gestão Administrativa – PGA, o custo intencionado para o Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 2 é definido conforme a seguir:

a) Taxa de Carregamento aplicável sobre o salário real de participação	1,334%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre o valor da Complementação recebida pelos Assistidos cujos benefícios são custeados pelo ECONOMUS	1,334%
c) Taxa de Carregamento, paga pela Patrocinadora, aplicável sobre a folha de salário real de participação	1,334%
d) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano	0,15%

* Corresponde à renda mensal real de responsabilidade da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo – SEFAZ.

** Correspondente ao valor revertido mensalmente do saldo do Fundo Previdencial de Oscilação de Riscos ao Patrimônio de Cobertura do Plano.

4. Conclusão

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano do Regulamento Complementar nº 2, em 31 de dezembro de 2014, é superavitária em R\$ 8.130.268,30, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo que, desse montante, R\$ 1.747.534,52 foi alocado em Reserva de Contingência, e R\$ 6.382.733,78 alocado em Reserva Especial para Revisão do Plano, sendo este o terceiro exercício consecutivo em que se registrou valor alocado nessa conta contábil, motivo pelo qual se faz obrigatória a destinação de Reserva Especial no encerramento do exercício de 2015.

Este é o parecer.

Brasília, 20 de fevereiro de 2015.



ANTÔNIO FERNANDO GAZZONI

Atuário MIBA 851 - MTb/RJ
DIRETOR-PRESIDENTE

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVMAIS

Avaliação Atuarial de 2014
Plano de Benefícios PrevMais
CNPB 2006.0034-29
Parecer Atuarial 045/15
Fevereiro 2015

1. Considerações Iniciais

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano PrevMais, administrado e executado pelo Economus - Instituto de Seguridade Social, patrocinado pelo então Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A., e pelo próprio Economus, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2014, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano PrevMais está estruturado na modalidade de Contribuição Variável (CV), na forma disposta na Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, posto que os benefícios programados assegurados pelo Plano observam a conjugação das características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) ou Contribuição Definida (CD), na fase de percepção, conforme opção a ser exercida pelo Participante, estando sujeitos a riscos atuariais aqueles que optam pela percepção do benefício na modalidade de Benefício Definido (renda vitalícia).

No que se refere aos benefícios de risco, todos estão estruturados sob a modalidade de Benefício Definido, conforme Regulamento do Plano, sendo assegurados os benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte, Auxílio-Doença e Auxílio-Funeral.

O Plano está registrado na Previc sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB nº 2006.0034-29, sendo que a Avaliação Atuarial anual de 2014 contempla o Regulamento vigente na sua Data Base, sendo a última alteração aprovada pela Portaria MPS/SPC nº 1.577, de 18 de setembro de 2007.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2014 na Data Base de 31 de dezembro de 2014, sendo esta também a Data da Avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigentes,

assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos levantados e informados pela Entidade, vinculados às Patrocinadoras do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de 31 de dezembro de 2014, observado, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano PrevMais, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório GAMA 151 – RE 058/15, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do Plano PrevMais posicionada em 31 de dezembro de 2014.

Adicionalmente, e em face do Economus não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência GAMA 151 - CT 365/14 de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2014, consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

2. Resultados Atuariais

2.1 Em Relação ao Grupo de Custeio: Geral

2.1.1 Evolução dos Custos

Os benefícios de risco assegurados pelo Plano PrevMais são os de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte, Auxílio-Doença e Auxílio-Funeral. Todos esses benefícios estão estruturados na modalidade de Benefício Definido, sendo avaliados sob o Regime de Capitalização e pelo Método de Financiamento de Crédito Unitário Projetado, e registrados no Fundo Previdencial para Cobertura de Benefícios de Riscos, em conformidade com o Regulamento e Nota Técnica Atuarial do Plano.

Conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 058/15, os benefícios avaliados atuarialmente na fase de acumulação (benefícios de risco) apresentaram aumento em suas alíquotas. No total dos benefícios de risco, o custo aumentou de 1,398% na última Avaliação Atuarial, posicionada em 31 de dezembro de 2013 (Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 033/14), para 1,463% na Avaliação posicionada em 31 de dezembro de 2014, sendo as alíquotas incidentes sobre a folha de Salário de Benefício. Esse aumento deveu-se ao reajuste médio dos

salários acima do esperado, assim como no ano passado, foi utilizado o carregamento de segurança estatística no cálculo, objetivando, sem provocar qualquer alteração no Plano de Custeio, elevar o nível de segurança atuarial do PrevMais.

Quanto ao benefício programado de Aposentadoria, o custo calculado com base na contribuição média dos Participantes e Patrocinadoras foi de 11,811% em 31 de dezembro de 2013, elevando-se para 12,497% na Avaliação do exercício de 2014. Essa variação deveu-se ao aumento das contribuições médias dos Participantes e, conseqüentemente, à contrapartida das Patrocinadoras. Embora este benefício esteja sujeito a risco atuarial, em razão da possibilidade de requerimento da Aposentadoria em forma de renda vitalícia, estruturada em Benefício Definido, não há custo atuarialmente calculado atribuído a este benefício.

2.1.2 Variação das Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do Plano PrevMais, foram avaliadas em R\$ 213.724.440,24, na data de 31 de dezembro de 2014, sendo R\$ 51.488.217,37 referentes aos benefícios programados estruturados na modalidade de Contribuição Definida, e R\$ 162.236.222,87 referentes aos benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido, onde R\$ 8.041.087,10 são referentes aos benefícios programados e R\$ 154.195.135,77 referentes aos benefícios não programados.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC foram avaliadas em R\$ 682.009.429,40, na data de 31 de dezembro de 2014, com base nas informações individuais dos Participantes, referentes aos benefícios determinados pelo método de capitalização financeira individual, estruturados, na fase de captação, na modalidade de Contribuição Definida (CD).

O Plano PrevMais não possui Provisões Matemáticas a Constituir – PMAc, na data base da Avaliação Atuarial. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava, em 31 de dezembro de 2014, em R\$ 895.733.869,64.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2013, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano PrevMais foi de 22,33%, tendo sido registrado o montante de R\$ 732.249.230,42 em 31 de dezembro de 2013. O crescimento deveu-se, majoritariamente, ao aporte de contribuições pelos Participantes e Patrocinadoras do Plano, elevando os saldos de conta dos Participantes e, conseqüentemente, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.

2.1.3 Principais Riscos Atuariais

O Risco Actuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o Plano PrevMais, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, sendo que as hipóteses, Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Actuarial anual de 2014 do Plano PrevMais, foram aprovadas pelo Economus, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório GAMA 151 - RE 082/14 observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006.

2.1.4 Soluções para Insuficiência de Cobertura

Apesar de o Plano do PrevMais ter apresentado déficit técnico no encerramento do exercício a que se refere este Parecer, em sendo o primeiro ano de déficit e este inferior a 10% das Provisões Matemáticas estruturadas em Benefício Definido, não há necessidade da realização do equacionamento imediato, nos termos da Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 13, de 14 de novembro de 2013.

Caso o resultado se mantenha deficitário e no patamar inferior a 10% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido por três exercícios consecutivos, será necessária a elaboração e aprovação de Plano de Equacionamento, o qual preverá solução para a insuficiência de cobertura do Plano.

2.2 Em Relação ao Plano de Benefícios

2.2.1 Qualidade de Base Cadastral

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

2.2.2 Regras de Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais

Os Fundos Previdenciais subdividem-se em Fundo de Reversão, por exigência regulamentar, cujo valor de

R\$ 6.455.789,73, em 31 de dezembro de 2014, foi informado pela Entidade, o qual é constituído pelas parcelas patronais não resgatáveis de Participantes que optaram pelo Instituto do Resgate e destina-se à cobertura da Conta Coletiva do Plano ou a outra finalidade aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, conforme consta do Regulamento do Plano; e pelo Fundo de Capitalização dos Benefícios de Risco, previsto em Nota Técnica Actuarial, que montava, em 31 de dezembro de 2014, R\$ 106.789.107,54, e teve como origem primária de recursos o Fundo de Oscilação de Risco, mantido pelo Plano até a capitalização dos benefícios de risco, ocorrida em 31 de dezembro de 2011, e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo este fundo dimensionado atuarialmente e destinado a custear os benefícios de risco do Plano.

2.2.3 Variação do Resultado

Na confrontação do Passivo Actuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$ 895.733.869,64, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 892.259.581,23, verifica-se que o Plano PrevMais apresentou Déficit técnico-actuarial, de R\$ 3.474.288,41, em 31 de dezembro de 2014.

O Plano passou de uma situação superavitária em R\$ 2.719.648,26 em 31 de dezembro de 2013 para deficitária de R\$ 3.474.288,41 em 31 de dezembro de 2014, repre-sentando uma queda de R\$ 6.193.936,67. Esta redução deveu-se, em especial, à perda actuarial registrada em 2014, de 0,48%, uma vez que o Plano registrou rentabilidade de 11,00% ao ano, contra uma meta actuarial de 11,54% (composta pela taxa de juros de 5,00% ao ano, acrescida do INPC no período de 6,23%).

2.2.4 Natureza do Resultado

O resultado deficitário do Plano apresenta características conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, da perda actuarial registrada no exercício. Por estar relacionado a fatores econômico-financeiros, não se pode atribuir natureza estrutural ao resultado.

2.2.5 Soluções para Equacionamento do Déficit

O Plano PrevMais apresentou Déficit Técnico no encerramento do exercício a que se refere este Parecer. Observando-se o disposto na Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008 e suas alterações, o déficit, se inferior a 10% das Provisões Matemáticas deve ser equacionado até o final do exercício subsequente ao da apuração do terceiro resultado deficitário anual consecutivo. Como o Déficit Acumulado foi de 2,14% da soma das Provisões Matemáticas estruturadas em Benefício Definido e no ano anterior o Plano apresentou Superávit, não há necessidade de equacionamento imediato.

2.2.6 Adequações dos Métodos de Financiamento

Adota-se, para o financiamento dos benefícios do Plano, o Regime de Capitalização conjugado com o Método de Capitalização Financeira para o benefício programado, estruturado em Contribuição Variável, e o método de Crédito Unitário Projetado para os benefícios de risco, estruturados em Benefício Definido. Portanto, os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006.

2.2.7 Outros Fatos Relevantes

1) O Plano PrevMais foi implantado quando da realização do processo de saldamento do Plano do Regulamento Geral, também administrado pelo Economus, como opção de ingresso para aqueles que optaram pelo Saldamento de seus benefícios naquele Plano, encontrando-se, atualmente, aberto a novas adesões;

2) Para fins desta Avaliação Atuarial, foram considerados os valores de patrimônio, ativos de investimentos, exigível operacional e exigível contingencial do Plano informados pela Entidade, através do Balancete Contábil do Plano do mês de dezembro de 2014;

3) De acordo com o referido Balancete Contábil, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontra-se integralizado;

4) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado, parcela destes estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento, sendo que para tal, a Entidade atestou a possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 04/2002, e suas alterações posteriores, fato que pode ser verificado no Parecer GAMA 151 – PA 052/15;

5) Na Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2014, não obstante ter sido possível uma redução no custeio dos benefícios de risco do Plano, tendo em vista a diminuição do custo normal desses benefícios, influenciada, especialmente, pela alteração das hipóteses atuariais, preponderando à redução da taxa de crescimento real de salários, conforme detalhado adiante, optou-se por manter o custeio ora praticado, por meio da inserção de carregamento de segurança estatística para a apuração do custo dos benefícios de risco, posto que estes são dimensionados por meio de Fundo Previdencial;

6) Conforme decisão da Entidade será mantido o custeio administrativo praticado no exercício de 2014 para este Plano, sendo esta variável conforme o Salário de Benefício do Participante, de 0,15% a 0,94% sobre o Salário de Benefício; e de 0,90% sobre o valor da Complementação recebida e do Benefício Proporcional Diferido, para os Assistidos e Participantes em BPD, respectivamente;

7) Os Fundos do Plano montavam a quantia de R\$ 127.405.428,87, sendo R\$ 113.244.897,27 referentes a Fundos Previdenciais; R\$ 13.729.884,50 referentes a Fundo Administrativo; e R\$ 430.647,10 referentes a Fundo dos Investimentos. Os valores dos Fundos Administrativo e dos Investimentos foram informados pela Entidade, através do Balancete Contábil do Plano;

8) No que diz respeito às hipóteses atuariais, procederam-se às seguintes alterações na Avaliação Atuarial de 2014, quando comparadas com aquelas adotadas em 2013: i) Fator de Capacidade de 0,9792 para 0,9782; ii) Crescimento Real de Salários de 1,99% ao ano para 1,80% ao ano; e iii) Composição Familiar nesta hipótese é considerada a família real no caso dos Assistidos e para Ativos é utilizado a diferença de idade entre os gêneros (homens 3 anos mais velhos e mulheres 2 anos mais novos) e a proporção de casados segregada por sexo, sendo que, no ano de 2013 foi observado que 65,85% dos homens eram casados e 58,68% das mulheres eram casadas, enquanto que no ano de 2014 a proporção era de 66,58% e 60,03%, respectivamente.

9) Em 30/12/2014 foi publicada a Medida Provisória nº 664 que promoveu alterações na legislação que rege o regime geral de previdência social, notadamente em relação aos benefícios de auxílio-doença e de pensão por morte, em suas condições de carência, parâmetros de cálculo de renda, elegibilidade e, especificamente, para o benefício de pensão, o tempo de recebimento. Diante dessas considerações a Entidade deverá acompanhar, ao longo de 2015, os desdobramentos da Medida Provisória nº 664, de modo a se preparar para eventuais adaptações em seus planos de benefícios.

3. Plano de Custeio

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início em 1º de abril de 2015, em conformidade com o Regulamento do Plano, deverá ter a seguinte configuração, observada sua prévia aprovação pela Entidade e Patrocinadoras, antes de sua entrada em vigor:

Plano de Custeio para 2015

Participantes				
Contribuição Normal				
	Para o custeio dos benefícios programados	Variável de 2% a 8% sobre o salário de benefício, conforme opção do Participante.		
		Limite Inferior SB* em R\$	Limite Superior SB* em R\$	% SB*
		0	2.500	0,06%
		2.500,01	3.000	0,20%
		3.000,01	3.500	0,34%
		3.500,01	4.000	0,46%
		4.000,01	5.000	0,55%
Participantes	Para o custeio dos benefícios de risco	5.000,01	6.000	0,65%
		6.000,01	7.000	0,73%
		7.000,01	8.000	0,77%
		8.000,01	10.000	0,83%
		10.000,01	12.000	0,88%
		12.000,01	6 PPE **	0,93%
Participantes autopatrocinados	Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da patrocinadora			
Participantes em BPD	0,00%			

Patrocinadoras	
Contribuição Normal	
Paritárias às Contribuições Normais dos Participantes.	
Assistidos	
Contribuição Normal	
Não aplicável ao Plano, devido à inexistência de Contribuição Normal de Assistido no Plano.	

Plano de Custeio Administrativo		
Em conformidade com a definição da Entidade acerca dos Custos Administrativos dos Planos Previdenciais, em observância ao seu Plano de Gestão Administrativa - PGA, o custo intencionado para o Plano PrevMais é definido conforme a seguir:		
Base de Incidência	Faixa Salarial (SB*) em R\$	Taxa Aplicável - Plano de Custeio Proposto (a partir de abr/15)
	Até 2.500,00	0,15%
	De 2.500,01 a 3.000,00	0,30%
	De 3.000,01 a 3.500,00	0,45%
	De 3.500,01 a 4.000,00	0,55%
a) Taxa de Carregamento aplicável sobre o salário real de participação, em relação aos Participantes.	De 4.000,01 a 5.000,00	0,65%
	De 5.000,01 a 6.000,00	0,80%
	De 6.000,01 a 7.000,00	0,85%
	De 7.000,01 a 10.000,00	0,90%
	De 10.000,01 a 6 PPE**	0,94%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre o salário real de participação, em relação ao Participante Autopatrocinado	Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora.	
c) Taxa de Carregamento aplicável sobre o BPD	0,90%	
d) Taxa de Carregamento aplicável sobre a Complementação recebida pelo Aposentado	0,90%	
e) Taxa de Carregamento aplicável sobre a Complementação recebida pelo Pensionista	0,90%	
f) Taxa de Carregamento, paga pelas Patrocinadoras	Paritárias às Contribuições dos Participantes para este fim.	
g) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano	0,15%	

* Salário de Benefício. | ** Padrão Previdenciário Economus, correspondente a R\$3.572,33 na Data da Avaliação.

4. Conclusão

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano PrevMais, em 31 de dezembro de 2014, é deficitária em R\$3.474.288,41, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano.

Conforme demonstrado neste Parecer Atuarial, em se tratando do primeiro ano de resultado deficitário, inferior a 10% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido, não há obrigatoriedade em se elaborar e aprovar Plano de Equacionamento no exercício de 2015.

Este é o parecer.

Brasília, 20 de fevereiro de 2015.



ANTÔNIO FERNANDO GAZZONI

Atuário MIBA 851 - MTb/RJ
DIRETOR-PRESIDENTE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, aos Conselheiros, aos Participantes e aos Patrocinadores do Economus - Instituto de Seguridade Social, São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Economus - Instituto de Seguridade Social ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pelo Economus - Instituto de Seguridade Social, aqui denominado consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas por plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada

do Economus - Instituto de Seguridade Social e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC).

Ênfase

Conforme a Nota Explicativa nº 12c às demonstrações contábeis, no exercício, a Entidade encaminhou ao órgão fiscalizador estudos visando à alteração dos regimes financeiros atualmente adotados para os cálculos das reservas técnicas referentes ao custeio dos benefícios de risco assegurados pelo plano do Regulamento Geral, os quais se encontram calculados pelo regime de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, passando para o regime de capitalização, tendo em vista as características do plano. Caso sejam implementadas as alterações, as reservas técnicas do plano serão sensibilizadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Examinamos, também, informações suplementares sobre o Plano de Assistência e Saúde, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, do fluxo de caixa, da mutação do patrimônio líquido, assim como as correspondentes principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas informações suplementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

São Paulo, 26 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Silbert Christo Sasdelli Júnior
Contador CRC 1SP230685/O-0

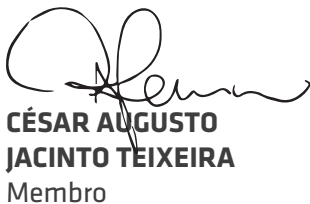
RELATÓRIO ANUAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2014**Parecer do Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal do Economus Instituto de Seguridade Social, no uso das atribuições conferidas pelo inciso II do Artigo 45 de seu Estatuto Social, examinou as Demonstrações Contábeis de 2014 (Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefício, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios) e respectivas Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis Consolidadas e as Informa es Contábeis da Gestão Assistencial (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração de Resultados Abrangentes, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social) e respectivas Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis.

Com base no exame desses documentos, complementados por informa es e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos do Economus e, considerando ainda o parecer dos Auditores Independentes e o parecer Atuarial da Consultoria Externa contratada, o Conselho Fiscal recomenda ao Conselho Deliberativo   aprova o das referidas Demonstrações Contábeis.



JOSÉ ZAMAI
Presidente



**CÉSAR AUGUSTO
JACINTO TEIXEIRA**
Membro



PEDRO AMAURI RINALDI
Membro



ESLEI JOSÉ DE MORAIS
Membro

MANIFESTA O DO CONSELHO DELIBERATIVO**Quanto  s Demonstrações Contábeis do Exercício 2014**

Em reunião de 26 de março de 2015, o Conselho Deliberativo do Economus Instituto de Seguridade Social, no uso das competências de que trata o inciso XIII do Artigo 21 do Estatuto Social da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer da KPMG - Auditores Independentes, no Parecer Atuarial emitido pela Gama Consultores Associados, no Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 2014, refletem adequadamente a situa o patrimonial e financeira da Entidade, razão pela qual as aprova.



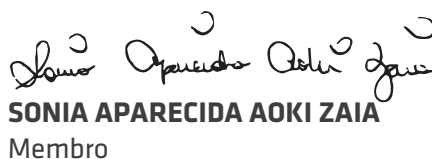
GILMAR FERREIRA
Presidente



FRANCISCO VIANNA DE O. JUNIOR
Membro



VITOR PAULO CAMARGO GONÇALVES
Membro



SONIA APARECIDA AOKI ZAIA
Membro



ITAMAR DE SOUZA MENEZES
Membro



LUCIA HELENA C. MOYA CUEVAS
Membro



Capítulo 9:
Contatos

Contatos



**Central de
Atendimento**

0800 014 7000

e-mail: atendimento@economus.com.br



Horário de atendimento presencial:
de **segunda a sexta**, das **9h00** às **17h00**



Horário de atendimento telefônico:
de **segunda a sexta** das **8h00** às **18h00**



Atendimento de urgência e emergência médica:
plantão 24h todos os dias

Endereço: Rua Quirino de Andrade, 185 - Centro CEP 01049-902 - São Paulo